

LITERACIA MEDIÁTICA EM PORTUGAL

1º Relatório ao abrigo do n.º 2 do artigo 33.ºA da Diretiva (UE) dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual

Medidas e atividades de promoção e desenvolvimento de competências de literacia mediática – setembro de 2020 – outubro de 2022



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Título do documento: 1º Relatório ao abrigo do n.º 2 do artigo 33.ºA da Diretiva (UE) dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual

Responsável pela produção do relatório: Entidade Reguladora para a Comunicação Social
Departamento de Análise de Media e Unidade de Literacia Mediática

Website do responsável: www.erc.pt

Contacto do responsável: info@erc.pt

Estado-Membro: Portugal

Data de edição: Lisboa, maio de 2023

TABELA DE CONTEÚDOS

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
A DSCSA E A LITERACIA MEDIÁTICA (LM)	5
1º RELATÓRIO: DA EXPECTATIVA À ABORDAGEM POSSÍVEL	7
PRESSUPOSTOS DE PARTIDA: DIVERSIDADE DE INTERVENÇÕES E DE CONCEITOS.....	9
METODOLOGIA	12
PERÍODO ABRANGIDO	12
PESQUISA E RECOLHA DE INFORMAÇÃO	12
<i>Sobre o modelo de formulário</i>	<i>12</i>
DELIMITAÇÃO DO OBJETO.....	15
A. MEDIDAS JURÍDICAS/ POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO/DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM 18	
DECORRENTES DA TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA	18
ASPETOS DO TRABALHO DA ERC NO CONTEXTO DA TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA	20
<i>Posicionamento perante as novas obrigações e mapeamento de medidas/atividades de promoção da LM</i>	<i>21</i>
RTP – RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL S.A.	21
<i>Resposta da RTP ao pedido de informação da ERC.....</i>	<i>23</i>
MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SA.....	29
<i>Breve caracterização das duas PPV registadas pela MEO</i>	<i>29</i>
<i>Resposta da MEO ao pedido de informação da ERC.....</i>	<i>30</i>
OUTRAS MEDIDAS POLÍTICAS/JURÍDICAS EXISTENTES.....	34
<i>O Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM).....</i>	<i>34</i>
<i>Reforço do Plano Nacional de Cinema (PNC).....</i>	<i>37</i>
<i>LEME – Literacia e Educação para os Media em Linha</i>	<i>37</i>
<i>O investimento em medidas que visam reforçar competências digitais</i>	<i>39</i>
<i>Medidas anteriores ao período de referência.....</i>	<i>39</i>
B. MEDIDAS ORGANIZATIVAS.....	42
ERC – ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	42
<i>Relação com o campo da LM</i>	<i>43</i>
ESTRUTURA DE COOPERAÇÃO SOBRE LM QUE A ERC INTEGRA:	48
GRUPO INFORMAL SOBRE LITERACIA MEDIÁTICA	48
(GILM)	48
<i>Natureza e modo de funcionamento</i>	<i>48</i>
<i>Composição atual</i>	<i>49</i>
<i>Financiamento</i>	<i>49</i>
<i>Medidas/atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM.....</i>	<i>49</i>
BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: A INTEGRAÇÃO DA LM NO CURRÍCULO ESCOLAR	53
<i>Escolaridade obrigatória.....</i>	<i>53</i>
<i>Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)</i>	<i>53</i>
<i>Referencial de Educação para os Media</i>	<i>57</i>
<i>Ensino Superior</i>	<i>60</i>
DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO (DGE)	61
REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES.....	70
<i>Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar (AcBE)</i>	<i>71</i>
PLANO NACIONAL DE LEITURA (2027).....	82

PLANO NACIONAL DE CINEMA	85
COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO	86
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)	87
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA (FCT)	87
INCoDe2030.....	89
CENTRO INTERNET SEGURA (CIS).....	96
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (SGPCM)	96
C. FINANCIAMENTO PÚBLICO E OUTROS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DA LITERACIA	
MEDIÁTICA.....	99
FUNDAÇÕES	99
<i>FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia</i>	99
<i>Fundação Calouste Gulbenkian</i>	100
<i>Fundação Bissaya Barreto</i>	100
<i>Fundação José Neves</i>	100
<i>Fundação Belmiro de Azevedo</i>	101
<i>Fundação Eugénio de Almeida</i>	101
<i>Cooperativa António Sérgio para a Economia Social</i>	101
PROGRAMAS NACIONAIS DE INICIATIVA GOVERNAMENTAL	102
<i>Agência Nacional ERASMUS +</i>	102
<i>COMPETE 2020 e COMPETE 2030</i>	102
<i>Portugal 2020</i>	102
<i>POISE</i>	102
<i>Lisboa 2020</i>	102
D. ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO EM LM	108
MILOBS - OBSERVATÓRIO MÉDIA, INFORMAÇÃO E LITERACIA	108
IBERIFIER, A AÇÃO DO HUB IBÉRICO DO EDMO	125
<i>Comunicação/Articulação Iberifier-ERC</i>	126
<i>Mapeamento das atividades de LM da equipa portuguesa do Iberifier</i>	126
OBERCOM	128
ASSOCIAÇÃO LITERACIA PARA OS MEDIA E JORNALISMO (ALMJ)	128
MEDIA SMART	131
<i>Vertente de formação de professores</i>	131
OS FILHOS DE LUMIÈRE	131
INICIATIVAS PROMOVIDAS POR OUTROS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (NÃO ABRANGIDOS PELAS OBRIGAÇÕES	
DECORRENTES DA DIRETIVA)	132
PÚBLICO NA ESCOLA	132
MEDIA LAB-DN E MEDIA/LAB/JN	133
LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL.....	134
SIC	138
BIBLIOTECAS	141
ESCOLAS, INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E CENTROS DE INVESTIGAÇÃO	142
FORMAÇÃO DE PROFESSORES	143
E. CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
.....	164

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AcBE – Aprender com a Biblioteca Escolar
ALMJ – Associação Literacia para os Media e Jornalismo
API – Associação Portuguesa de Imprensa
BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação
CE – Comissão Europeia
CECS/UM – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho
Cenjor- Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CIS – Centro Internet Segura
CMTV – Correio da Manhã TV
CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNU – Comissão Nacional da UNESCO
DGLAB-Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)
DGE – Direção-Geral de Educação
DSCSA-Diretiva dos Serviços de Comunicação Social Audiovisual
EDMO- European Digital Media Observatory
EMIL – EPRA Media and Information Literacy Taskforce
EPRA – European Platform of Regulatory Authorities
ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social
ERGA – European Regulators Group for Audiovisual Media Services
ESCS – Escola Superior de Comunicação Social
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia
GILM – Grupo Informal sobre Literacia Mediática
GMCS – Gabinete para os Meios de Comunicação Social
ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
INCoDe.2030 – Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030
LTSAP – Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido
MILObs – Observatório Media, Informação e Literacia
MUDA- Movimento pela Utilização Digital Ativa
Obercom – Observatório da Comunicação
PPV – Plataforma(s) de Partilha de Vídeos
PNA – Plano Nacional das Artes
PNC – Plano Nacional de Cinema
PNL 2027 – Plano Nacional de Leitura
PNLM – Plano Nacional de Literacia Mediática
RBE – Rede de Bibliotecas Escolares
REpM- Referencial de Educação para os Media
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
SIC – Sociedade Independente de Comunicação
TVI – Televisão Independente
UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

A DSCSA e a Literacia Mediática (LM)

A Diretiva (UE) 2018/1808 - Diretiva sobre Serviços de Comunicação Social Audiovisual (doravante DSCSA ou “Diretiva”) em vigor¹ - é o documento que regula a coordenação das legislações nacionais dos Estados-Membros da União Europeia (UE), relativas a todos os serviços de comunicação social audiovisual, para as adaptar à evolução das realidades do mercado. O relatório que aqui se apresenta tem como objetivo materializar a resposta de Portugal, por intermédio da **Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)**, ao proposto no n.º 2 do artigo 33.º-A da DSCSA. Ou seja, a missão de os Estados-Membros informarem a Comissão Europeia (CE), de três em três anos, sobre o estado da promoção e desenvolvimento da Literacia Mediática (LM) nos respetivos territórios, tendo como foco as medidas adotadas para promover as competências de LM no período que medeia cada novo relatório. **A Diretiva vem assim convocar diretamente os Estados-Membros a promover medidas e atividades que permitam elevar os níveis de LM dos cidadãos.**

Por indicação da CE no documento intitulado [Orientações nos termos do n.º 3 do artigo 33.º-A, da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual sobre o âmbito dos relatórios dos Estados-Membros relativos às medidas de promoção e de desenvolvimento](#)

¹ Aprovada a 14 de novembro de 2018, entrou em vigor a 18 de dezembro de 2018, a Diretiva (UE) 2018/1808 altera a Diretiva 2010/13/UE- de modo a adaptá-la à evolução do mercado único digital. Em termos globais, importa ter presente que a Diretiva visa pretende reforçar a promoção de conteúdos europeus, maior proteção dos públicos menores de idade, combater o discurso de ódio com maior eficácia, reforçar a independência das autoridades reguladoras nacionais, introduzir flexibilidade nas restrições aplicáveis à televisão e atribuir obrigações aos fornecedores de Plataformas de Partilha de Vídeo, assim como aos conteúdos audiovisuais partilhados em determinados serviços de comunicação social. A versão em português da Diretiva encontra-se disponível para consulta em <https://eur-lex.europa.eu/legal->

[de competências de literacia mediática](#)², publicado no Jornal Oficial da União Europeia a 23 de fevereiro de 2023, o período de análise abrangido neste primeiro relatório decorre entre setembro de 2020 e outubro de 2022, ou seja, correspondendo aos três anos que decorrem após 19 de setembro de 2020, a data estabelecida para a transposição da Diretiva nos Estados-Membros. No entanto, o mesmo documento também refere que, os Estados-Membros que o desejem, podem reportar medidas fora desse período. Optou-se por seguir as duas orientações, dando ênfase ao intervalo temporal proposto, mas recuperando medidas e atividades que sejam essenciais para contextualizar um campo – o da educação para os media – que em Portugal conta com intervenções neste domínio há algumas décadas.

Ainda a propósito do momento de referência deste primeiro relatório, importa contextualizar que o processo de transposição da Diretiva não foi iniciado, nem concluído por todos os Estados-Membros em simultâneo, nem dentro dos prazos inicialmente previstos³.

[content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018L1808](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018L1808). Versão consolidada disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:02010L0013-20181218&from=PT>.

² Hiperligação para a versão portuguesa do documento: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52023XC0223\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52023XC0223(01)&from=EN).

³ O Observatório Europeu do Audiovisual tem seguido este assunto, sistematizando numa tabela informação relativa à transposição da Diretiva nos vários Estados-Membros, informação que se encontra disponível na seguinte hiperligação: <https://www.obs.coe.int/en/web/observatoire/avmsd-tracking>.

Em Portugal, o diploma legal que concretiza a transposição da Diretiva – **Lei nº74/2020**⁴ - foi publicado a **19 de novembro de 2020** e entrou em vigor a **19 de fevereiro de 2021**.

Conforme se explicará de forma mais detalhada na secção A do relatório, essa Lei introduziu alterações em duas leis em vigor no país – a **Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido (Lei n.º 27/2007, comumente abreviada “Lei da Televisão”, ou LTSAP)** e a **Lei relativa ao fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais (Lei n.º 55/2012, genericamente designada “Lei do Cinema”)**. Entre essas alterações importam aqui as que dizem diretamente respeito à LM e que, além da ERC, vieram convocar formalmente a intervenção de alguns agentes da área da comunicação audiovisual, nomeadamente: os fornecedores de serviços de Plataformas de Partilha de Vídeo (PPV)⁵ sob jurisdição nacional (Alínea h) do Artigo 69.º da LTSAP e o serviço público de rádio e televisão (Alínea f), n.º 2 do Artigo 51.º da LTSAP).

À ERC compete acompanhar e supervisionar o cumprimento dessas (e de outras) obrigações desses serviços audiovisuais. Os primeiros passos relativos a essas novas competências que derivam da Diretiva são naturalmente parte do conteúdo deste relatório.

Embora a ERC seja a entidade legalmente responsável pela produção deste documento, para o fazer, como se verá, recorreu ao contributo de outros agentes com intervenção no campo da LM a nível nacional. Nomeadamente aqueles com

⁴ Inclui Declaração de retificação n.º 2-A /2021 de 18 de janeiro, disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2021/01/01101/0000200003.pdf>.

⁵ A inclusão das PPV no âmbito dos serviços de comunicação audiovisuais é aliás uma das grandes novidades da Diretiva, que no seu artigo 28.º-B remete para os Estados-Membros, através do incentivo à correção, a necessidade de assegurarem que as

Serviços Audiovisuais abrangidos pela DSCSA

O artigo 1.º do Capítulo I da Diretiva define os conceitos nela previstos que aqui se descrevem sem as referências legais nele contidas para facilitar a sua apreensão.

Serviço de comunicação social audiovisual: um serviço prestado sob a responsabilidade editorial de um fornecedor de serviços de comunicação social, que consiste na oferta ao público em geral de programas destinados a informar, distrair ou educar, através de redes de comunicações eletrónicas, sob a forma de radiodifusão ou a pedido.

Serviço de comunicação social audiovisual a pedido: um serviço de comunicação social audiovisual prestado por um fornecedor de serviços de comunicação social para visionamento de programas pelo utilizador, a pedido individual deste, num momento por ele escolhido para o efeito com base num catálogo de programas selecionados pelo fornecedor do serviço de comunicação social.

Serviço de plataforma de partilha de vídeos: um serviço que oferece ao público em geral programas, vídeos gerados pelos utilizadores ou ambos, em relação aos quais o fornecedor da plataforma de partilha de vídeos não tem responsabilidade editorial, destinados a informar, distrair ou educar, através de redes de comunicações eletrónicas, e cuja organização é determinada pelo fornecedor da plataforma de partilha de vídeos, nomeadamente por meios automáticos ou por algoritmos, em particular através da apresentação, da identificação e da sequenciação.

In <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/audiovisual-media-services-directive-avmsd.html>

PPV sob sua jurisdição tomam medidas adequadas para proteção dos públicos (dos menores em particular, mas também do público em geral). Já em matéria de LM a Diretiva estipula que os fornecedores de serviços de PPV devem: «Prever medidas e instrumentos eficazes em matéria de literacia mediática e sensibilizar os utilizadores para essas medidas e instrumentos» (alínea j) do n.º 3 do artigo 28.º-B da DSCSA).

quem tem vindo a cooperar de forma mais regular nesta área.

1º Relatório: da expectativa à abordagem possível

Antes de passar a descrever o modo como será operacionalizado em termos de estrutura, conteúdo e objetivos, considera-se essencial fazer um **esclarecimento inicial relacionado com expectativas e o que relatório se propõe efetivamente fazer.**

Para esse esclarecimento importa ter presente os termos em que este está previsto na lei portuguesa:

«(...) relatório relativo à evolução das competências em literacia mediática em Portugal.» (artigo 93.ºA da LTSAP)

Ora, cumpre clarificar desde já que este primeiro relatório não tem a ambição, nem terá a capacidade de corresponder a uma estreita interpretação daquele objetivo, que, pode ser considerado em si mesmo muito complexo e difícil de alcançar. É encarado e assumido pela ERC como **um trabalho exploratório e inicial** que se irá circunscrever sobretudo às orientações da CE. Fixam-se assim os seguintes **objetivos principais**:

- Facultar um primeiro retrato em relação ao posicionamento e obrigações em matéria de LM dos serviços de comunicação audiovisual diretamente visados pela transposição da Diretiva; esse retrato deverá ser conseguido a partir de uma descrição das suas principais medidas/atividades no período de referência, embora sem fazer a avaliação formal das mesmas;
- Identificar as novas competências da ERC relacionadas com a LM que decorrem da Diretiva;

- Facultar um breve retrato do modo como o regulador tem vindo a intervir neste campo;

- Salientar o modo como a ERC tem vindo a articular a sua intervenção com outros agentes no terreno a nível nacional;

- Elaborar um mapeamento, de modo assumidamente não exaustivo, da intervenção de outras entidades públicas que a nível nacional têm atribuições formais ou assumem responsabilidades na promoção da LM⁶;

- Salientar a intervenção de outros agentes/projetos sem essa atribuição formal, mas cuja intervenção na promoção e desenvolvimento da LM se tem destacado.

A opção por uma abordagem exploratória é justificável desde logo por diferentes condicionantes:

- Ainda que a ERC tenha passado a acumular novas atribuições, na área da promoção da LM e não só, a realidade é que em matéria orçamental a mesma não se encontra devidamente munida dos meios necessários para conseguir dar resposta a essas atribuições e, simultaneamente, prosseguir com a resposta às anteriormente previstas.

- No caso dos fornecedores de serviços de PPV por ser um campo recente em termos de atividade regulatória, embora a ERC tenha vindo a desenvolver trabalho no sentido de preparar a sua intervenção neste campo (ver secções A e B), considera-se que o mesmo está ainda numa fase exploratória e em progresso, desde logo no primeiro nível dessa intervenção, ou seja, da identificação das próprias PPV que estão sob sua jurisdição;

- No caso do serviço público de rádio e televisão, conforme se reportará, encontra-se num contexto de revisão do contrato de concessão que gere a sua atividade, processo

⁶ A este respeito, recorde-se o número 2 do artigo 30.º da Diretiva: «Os Estados-Membros asseguram que as autoridades ou entidades reguladoras nacionais disponham de recursos financeiros e humanos e de

poderes de execução adequados para desempenhar as suas funções de forma eficaz e para contribuir para o trabalho do ERGA (...).».

que, eventualmente poderá estar a condicionar o desenvolvimento das novas obrigações que lhe estão atribuídas;

- Do ponto de vista legal, também é necessário ter em atenção que embora o período definido para o relatório se inicie em setembro de 2020, as alterações decorrentes da transposição da Diretiva apenas entraram oficialmente em vigor em 19 de fevereiro de 2021;

- Além disso, importa não esquecer que o momento do relatório coincide com um tempo histórico atípico: a vivência da pandemia de Covid-19, que acabaria por

condicionar e alterar profundamente as diferentes dimensões da vida de pessoas, mas também das instituições, colocando-lhes desafios que podem ter afetado a sua habitual intervenção.

Quanto à estrutura, o relatório segue o modelo de **seis secções** proposto nas já referidas *Orientações da CE* para abordagem de “melhor esforço”, isto é, uma tentativa de reportar o máximo de informações, naturalmente consoante o tempo e disponibilidade para a recolha das mesmas.

A tabela 1 sistematiza a estrutura proposta nas orientações da CE, bem como o tipo de questões que lhe correspondem.

Tabela 1 - Estrutura de relatório e questões propostas nas Orientações relativas ao âmbito dos relatórios definidas pela CE

Secções do Relatório	Questões específicas
A. Medidas jurídicas e/ou políticas	<p>Que medidas legislativas e outras medidas de natureza jurídica aplicáveis aos serviços de comunicação social audiovisual e aos fornecedores de plataformas de partilha de vídeos aplica ou, se for caso disso, prevê o seu país aplicar para promover e desenvolver competências de literacia mediática?</p> <p>— No seu país, é imposta aos serviços de comunicação social audiovisual e aos fornecedores de plataformas de partilha de vídeos a obrigação de aplicar medidas de literacia mediática?</p> <p>— Que medidas políticas mais abrangentes existem no seu país para promover e desenvolver competências de literacia mediática?</p> <p>— Como avalia a adequação das medidas de literacia mediática aplicadas pelos fornecedores de plataformas de partilha de vídeos sob a jurisdição do seu país, tendo em conta o conjunto de instrumentos de literacia mediática?</p>
B. Medidas organizativas	<p>No seu país, que autoridades ou entidades são responsáveis pela promoção e pelo desenvolvimento de competências de literacia mediática, bem como pela supervisão do cumprimento das eventuais obrigações impostas aos fornecedores de serviços de comunicação social audiovisual e aos fornecedores de plataformas de partilha de vídeos?</p> <p>Que atribuições específicas lhes foram confiadas?</p> <p>— Pode fornecer informações sobre a(s) estrutura(s) de cooperação das partes interessadas e as diferentes partes interessadas que cooperam com as autoridades e entidades do seu país para efeitos das suas atividades de literacia mediática?</p>
C. Financiamento público e outros mecanismos de financiamento da literacia mediática	<p>Pode descrever a dimensão e o(s) calendário(s) dos recursos financeiros públicos afetados no seu país à promoção e ao desenvolvimento de competências de literacia mediática e os instrumentos de financiamento utilizados para financiar atividades de literacia mediática, incluindo os que se destinam a atrair financiamento privado?</p>
D. Atividades de participação e sensibilização, incluindo programas	<p>Que atividades de participação ou sensibilização realiza o seu país ou foram levadas a cabo por intervenientes no mercado, organismos científicos ou organizações não governamentais para promover e desenvolver competências de literacia mediática?</p> <p>— O seu país estabeleceu meios de comunicação estruturados com os polos nacionais do Observatório Europeu dos Meios</p>

Secções do Relatório	Questões específicas
curriculares de literacia mediática	de Comunicação Digitais (EDMO) ou explorou essa possibilidade? — Que medidas foram tomadas no seu país para incluir a promoção e o desenvolvimento de competências de literacia mediática nos programas curriculares dos vários níveis de educação formal e na formação profissional inicial e contínua de professores e formadores, bem como para disponibilizar ao público recursos pertinentes em matéria de literacia mediática?
E. Medidas e métodos de avaliação	O seu país utiliza ou pretende introduzir medidas para avaliar o impacto de iniciativas regionais ou nacionais no domínio dos meios de comunicação social que promovam a literacia mediática, incluindo indicadores de aferição do desempenho para avaliar o impacto dos seus métodos e medidas de literacia mediática? Em caso afirmativo, enumere e descreva essas medidas e os seus resultados.
F. Informações adicionais	Existem outras informações que considere relevantes para o presente relatório?

Esta estrutura sofreu algumas alterações:

- Uma vez que na Secção A as orientações recomendavam que fossem reportadas «medidas políticas mais abrangentes para promover e desenvolver competências de literacia mediática», de modo a articular com essa indicação, na secção B, além de reportar acerca da ERC em termos de atribuições em matéria de LM, optou-se por incluir informação a respeito da intervenção de outras entidades públicas nacionais com obrigações formais e de algumas que, não tendo essas obrigações formais de forma explícita, as enquadram na sua missão; tendo em conta que algumas dessas entidades são da área da educação, optou-se por referir a inclusão da literacia mediática nos programas curriculares dos diferentes níveis de educação formal e na formação profissional e contínua de professores e formadores nessa secção ao invés de o fazer na secção D;

- A secção D ficou exclusivamente reservada a informação referente ao mapeamento da intervenção de outros agentes, nomeadamente: outros órgãos de comunicação social não abrangidos pela Diretiva; associações, organizações não-governamentais, escolas e organismos científicos.

- A secção F foi reservada à exposição de algumas considerações e conclusões gerais,

bem como de expectativas face a um futuro relatório.

Conforme atesta o índice global de conteúdos, a essas secções acresce a presente introdução, um capítulo metodológico, uma lista das siglas/acrónimos utilizados, um índice geral de tabelas/figuras e as referências bibliográficas utilizadas.

Pressupostos de partida: Diversidade de intervenções e de conceitos

Apesar de, como se disse, o relatório se assumir como maioritariamente exploratório, importa salientar que o mesmo não parte do zero, isto é, de um total desconhecimento em relação à realidade existente. Desde logo parte de uma convicção: **Portugal apresenta uma diversidade de agentes/players (do campo dos media e fora dele) que investem na promoção de medidas e atividades que visam a promoção de competências de literacia mediática, alguns dos quais com um trabalho que conta já com largos anos.**

Na base dessa convicção, está o conhecimento direto que a ERC acumula em relação ao trabalho de diversos agentes com os quais colabora de forma permanente há vários anos (nomeadamente no contexto do **GILM – Grupo Informal sobre Literacia**

Mediática⁷). Além disso, embora com outro ângulo, este não é o primeiro mapeamento deste terreno em que a ERC se envolve. De facto, em 2011, num dos anos iniciais da sua intervenção nesta área, a ERC financiou um estudo que acabaria por se tornar pioneiro e uma referência pela amplitude do mapeamento nele realizado: *“Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos”*⁸. Esse estudo foi encomendado e desenvolvido por uma experiente equipa de peritos/investigadores em literacia mediática do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS/UM), com a qual a ERC viria a colaborar em outras iniciativas nesta área.

Recorde-se que esse primeiro retrato do estado do terreno da educação para os media chegou à identificação de uma **diversidade de agentes com trabalho na área na década em estudo (2000 a 2010)**: a) associações; b) bibliotecas; c) empresas, d) ensino superior; e) escolas/agrupamentos de escolas dos ensinos básico/secundário; f) governo; instituições públicas; media; organizações internacionais; provedores; outros.

Volvida mais de uma década após a publicação desse trabalho de investigação, e tendo apenas por referência o mapeamento circunscrito que este relatório propõe, ainda assim, considera-se válido afirmar que continua atual a conclusão que dá conta da existência de **diversidade de agentes a intervir nesta área em Portugal**. Com uma hipótese que, para já, não será possível confirmar: além da diversidade, possivelmente com um maior número de agentes a intervir.

Outro pressuposto de partida, que é também um aspeto de continuidade face ao observado nesse primeiro estudo, é a **diversidade de conceitos utilizados para designar a intervenção neste campo**.

Neste relatório, **o conceito de referência não podia ser outro senão o que consta da**

Diretiva (que é também o que a ERC tem vindo a utilizar ao longo dos anos): **Literacia Mediática**. Recorda-se por isso a sua definição, tal como se encontra descrita no considerando (59):

«refere-se às competências, aos conhecimentos e à compreensão que permitem aos cidadãos utilizar os meios de comunicação social de forma eficaz e segura. A fim de que os cidadãos possam aceder à informação e utilizem, analisem de forma crítica e criem conteúdos mediáticos de forma responsável e segura, deverão possuir elevadas competências de literacia mediática. A literacia mediática não deverá confinar-se a uma aprendizagem centrada em ferramentas e tecnologias, deverá também procurar dotar os cidadãos das competências de pensamento crítico necessárias para emitir juízos, analisar realidades complexas e reconhecer a diferença entre factos e opiniões. Por conseguinte, é necessário que tanto os fornecedores de serviços de comunicação social como as plataformas de partilha de vídeos, em cooperação com todas as partes interessadas relevantes, promovam o desenvolvimento da literacia mediática em todos os quadrantes da sociedade, para os cidadãos de todas as faixas etárias e para todos os meios de comunicação social, e que a sua evolução seja acompanhada de perto.»

Embora não seja objetivo deste relatório fazer uma revisão da multiplicidade de conceitos suscetíveis de corresponder e/ou encaixar sob o chapéu da LM, importa ter presente que essa diversidade de conceitos e abordagens existe e é suscetível de colocar entraves à identificação dos agentes que intervêm no terreno. Múltiplas literacias que se cruzam e intercetam.

A título exemplificativo dessa dificuldade, saliente-se aqui o conceito **literacia digital**, com uma presença cada vez mais pronunciada nos últimos anos, em resultado/a par da crescente hegemonia

⁷ A respeito da ação deste Grupo consultar o ponto correspondente da Secção B do relatório.

⁸ Com efeito, em comum com o presente relatório esse primeiro estudo teve o objetivo de fazer um retrato

para Portugal dos atores, das experiências e dos contextos abrangidos por essas experiências para um período de uma década (2000 a 2010).

tecnológica de ambientes/plataformas digitais (que a própria pandemia acabaria por acelerar). O entendimento deste conceito não parece ser comum entre os que o utilizam. Uns descrevem a literacia digital como uma vertente da LM, outros consideram-na transversal a várias literacias e há ainda aqueles que quando se referem à literacia digital, em rigor, estão apenas a referir-se à dimensão mais instrumental do digital.

Sem fazer uma validação dos projetos de literacia digital, em rigor dificilmente se saberá em que medida correspondem às diferentes competências inerentes à LM. Pela impossibilidade de fazer essa validação, nos exemplos identificados optou-se por considerar os que declaram combinar competências de acesso e uso com **competências de pensamento crítico, à luz da própria definição de LM da Diretiva.**

METODOLOGIA

Período abrangido

Seguindo as orientações da CE para a produção deste relatório, privilegiou-se reportar, como primeiro critério, medidas e atividades de LM desenvolvidas entre setembro de 2020 e outubro de 2022. Ainda assim, considerando a oportunidade igualmente prevista de enunciar medidas e atividades fora desse período, optou-se por mencioná-las sempre que pertinentes.

Pesquisa e recolha de informação

Um dos principais desafios inerentes à produção deste primeiro relatório prendia-se com a necessidade de definir uma metodologia de pesquisa e recolha de informação. A diversidade de dados a reportar, significava à partida a consulta a uma panóplia de fontes de informação e a posterior seleção e tratamento da informação recolhida. Por sua vez isso significava tempo e recursos, que, como se disse, foram limitados. Como tal, para a recolha de informação utilizaram-se sobretudo três vias:

- Envio de pedidos de informação direcionados a alguns destinatários tendo por base o autopreenchimento de um formulário definido para o efeito (para facilitar a sistematização de alguma informação considerada crucial);
- Pesquisa de informação em fontes online - sobretudo em *websites* e documentos da autoria de agentes com intervenção ao nível da promoção e desenvolvimento de medidas e atividades destinadas a desenvolver competências de literacia mediática;
- Contactos diretos, quando necessário e possível, com alguns *players* para esclarecimento de dúvidas.

Sobre o modelo de formulário

Foi concebido um modelo de formulário para recolha de informação. Em termos de estrutura, o mesmo é composto por seis secções:

- A **primeira introduz e contextualiza o pedido de informação**, fazendo sobressair o conceito de literacia mediática adotado como referente do presente relatório, ou seja, o definido no considerando 59 da Diretiva;

Nessa primeira folha também foram **definidos dois conceitos tidos como estruturais ao preenchimento do formulário**, ou seja, medidas (de promoção e desenvolvimento de literacia mediática) e atividades (de promoção e desenvolvimento da literacia mediática).

As medidas foram definidas como «recomendações, orientações e diretrizes concebidas pelas entidades». As atividades foram definidas como «iniciativas, mas também instrumentos desenhados para a concretização das medidas.»

- A **segunda secção sistematiza algumas questões gerais que visam enquadrar a intervenção do agente respondente**, a saber: Desde que ano têm intervenção no campo da LM; Se houve períodos em que interromperam essa intervenção e a justificação para tal; Os conceitos que geralmente utilizam para se referir ao trabalho que realizam nesta área; que referente(s) teórico(s) utilizam para a definição desses conceitos; A existência de colaboração com outros agentes e a regularidade dessa colaboração; Articulação do seu projeto de LM

com outras medidas e atividades nacionais existentes.

- A **terceira e quarta secções** destinam-se respetivamente à **caracterização das medidas e atividades realizadas durante o período diretamente visado no relatório**.
- A **quinta e sexta secções** reproduzem a mesma lógica das anteriores, **com a possibilidade de identificar medidas e atividades fora desse período**.

Tal como denota a tabela 2 deu-se preferência à recolha de informação com base em campos de preenchimento com respostas fechadas (baseada em listas de seleção de respostas múltiplas) ou, nos casos dos campos abertos, com a recomendação de respostas concisas (preferencialmente por tópicos).

Quanto aos referentes teóricos do questionário, o mesmo foi estruturado de modo que os seus campos pudessem corresponder ao levantamento das informações solicitadas nas Orientações da CE (tais como os objetivos, as entidades destinatárias e/ou dados demográficos, os métodos de execução, resultados) e de outras consideradas relevantes para reportar a respeito das medidas e atividades desenvolvidas. Também se teve presente o *framework* composto pelos **seis princípios-**

chave para definição e identificação de boas práticas de literacia mediática que se encontram definidos no relatório do Action Group 3 do European Regulators Group for Audiovisual Media Services (ERGA)⁹ intitulado *Recommendations for key principles, best practices and a Media Literacy Toolbox for Video-sharing Platform*¹⁰: 1) transparency; 2) multi-stakeholder aspect, 3) Focus on the user/citizen; 4) Reach; 5) Localisation; 6) Evaluation).

Para melhor contextualizar o significado de cada um desses princípios, recupera-se aqui a definição mais breve que deles é dada no referido relatório (páginas 20 e 21):

1. **Transparency** (meaning availability of data and information about a ML initiative).
2. **Multi-Stakeholder aspect** (meaning working in partnership with other organisations to deliver ML).
3. **Focus on the citizen/user** (meaning taking the user's perspective into account in all ML activities).
4. **Reach** (meaning the breadth and depth of a ML initiative, e.g., how many people it targets).
5. **Localisation** (meaning access in local languages or formats).
6. **Evaluation** (meaning an assessment as to the value, and impact of the ML initiative).

9 Grupo previsto no plano de atividades do ERGA de 2021, para a área de Literacia Mediática de 2021. De notar que a ERC integrou o referido grupo, nomeadamente a respetiva equipa de *drafters*, responsável pela redação do relatório.

10 Esse relatório pode ser consultado na seguinte hiperligação: <https://erga-online.eu/wp-content/uploads/2021/12/ERGA-AG3-2021-Report-on-Media-Literacy.pdf>.

Tabela 2 - Descritores utilizados para reporte das medidas e atividades destacadas - Proposta de Correspondência desses descritores com os princípios-chave de iniciativas de LM propostos pelo ERGA

Princípios-chave propostos pelo ERGA	Descritores para caracterização das medidas/atividades	Tipo de resposta requerida
Transparency	Designação/Descrição	aberta, concisa
Transparency	Hiperligação	aberta, concisa
Transparency	Data de arranque	aberta, concisa
Transparency	Duração	aberta, concisa
Transparency	Objetivos	aberta, desenvolvida com tópicos
Transparency	Assuntos/Temas	aberta, desenvolvida com tópicos
Transparency	Media diretamente visados	baseada na lista: Rádio, Imprensa, Televisão, Internet; Cinema, Outros
Transparency	Outros media diretamente visados	aberta, concisa
Focus on the user	Tipos de públicos-alvo	baseada na lista: População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...) População com deficiências (acessibilidades) Grupos minoritários (migrantes, refugiados,...) Famílias Outros
Focus on the user	Outros públicos-alvo	aberta, concisa
Focus on the user	Grupos etários dos públicos-alvo	baseada na lista: Crianças (0-12 anos); Adolescentes (13-17 anos); Jovens (18-24 anos); Adultos (25-64 anos); Seniores (+ de 65 anos)
Focus on the user/localisation	Âmbito geográfico	baseada na lista: Internacional; Nacional; Regional ; Local; Outro âmbito geográfico
Focus on the user/localisation	Especificação dos âmbitos geográficos	aberta, concisa
Multi-stakeholder aspect	Colaborações/Articulações	aberta, concisa
Transparency	Responsabilidade do financiamento (apenas para as atividades)	baseada na lista: Da própria instituição; União Europeia/Comissão Europeia; Fundações; Organismos/instituições públicas; Empresas; Outros
Transparency	Especificação da responsabilidade do financiamento (apenas para as atividades)	aberta, concisa
Reach/Evaluation	Avaliação de impacto	aberta, concisa
Reach/Evaluation	Metodologias/Instrumentos de avaliação	aberta, concisa
Reach/Evaluation	Dados de impacto	aberta, concisa
Multi-stakeholder aspect/Localisation	Articulação da intervenção do promotor consultado com outras medidas e atividades existentes a nível nacional	Aberta, mas orientada

No caso do modelo de formulário pensado para os fornecedores de serviços audiovisuais com obrigações decorrentes da transposição da Diretiva, bem como no caso do Plano Nacional de Leitura (PNL), entidade indicada pelo atual Governo para acolher o futuro Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM) foi incluída uma questão diretamente relacionada com as respetivas obrigações.

Tratamento da informação recolhida

De modo a agregar a informação recolhida a partir das três vias especificadas, foi construída uma base de dados cuja estrutura tem por referência os campos definidos no próprio formulário. A partir dessa informação foram construídas as listas condensadas de medidas e atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM disponibilizadas nas tabelas que constam do corpo do relatório. A versão mais desenvolvida pode ser acedida através de uma hiperligação que consta junto de cada tabela.

A partir da designação das atividades, objetivos e assuntos enunciados pelas entidades respondentes ensaiou-se a construção de uma tipologia temática e de medidas / atividades para facilitar a caracterização mais imediata das ações de LM nacionais. Sendo um trabalho exploratório, antevê-se que será alvo de aprofundamento no próximo relatório.

Apesar de, tal como acima mencionado, terem sido descritos dois dos conceitos estruturais ao preenchimento do formulário, nomeadamente as medidas e atividades, a análise da informação revelou inconsistências no seu entendimento. Assim, as tabelas juntam medidas/atividades.

¹¹ A este respeito, importa recordar que, de acordo com seus Estatutos (Lei n.º 53/2005, de 08 de Novembro) a ERC, além dos operadores de televisão com atividade no território nacional, tem sob sua jurisdição as agências de notícias; pessoas singulares ou colectivas que editem publicações periódicas, independentemente do suporte de distribuição que utilizem; pessoas singulares ou colectivas que disponibilizem ao público, através de redes de

Delimitação do objeto

Partindo do pressuposto de que a informação a agregar não seria exaustiva e da impossibilidade de cumprimento de todos os objetivos esperados (ver introdução), como ponto de partida procurou-se fazer **uma lista de contactos a realizar e de fontes a consultar de modo a dar resposta ao solicitado nas diferentes secções do relatório.**

No caso dos serviços de comunicação audiovisual a delimitação decorre da própria Lei que transpõe a Diretiva. Nesse sentido, serão reportadas informações a respeito dos que são explicitamente visados: **a concessionária do serviço público de rádio e televisão – Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e, no caso dos fornecedores de Plataformas de Partilha de Vídeo (PPV), a MEO – Serviços de Comunicação e Multimédia SA,** o único que tinha registo na ERC dentro do período abrangido por este primeiro relatório.

Ainda assim, de modo a mapear o envolvimento no campo da LM por parte de outros serviços de comunicação social audiovisual, ao abrigo da colaboração com os órgãos de comunicação regulados que os estatutos da ERC permitem, foi enviado um pedido de informação aos restantes operadores de televisão privados (por serem os que mais se aproximam das obrigações do serviço público de televisão): **a Sociedade Independente de Comunicação (SIC); a Televisão Independente (TVI), a Correio da Manhã TV (CMTV) e o Porto Canal.**

No que respeita aos órgãos de comunicação impressos, igualmente sob jurisdição da ERC¹¹, optou-se por fazer referência a algumas experiências de promoção de LM,

comunicações electrónicas, serviços de programas de rádio ou de televisão, na medida em que lhes caiba decidir sobre a sua selecção e agregação; e pessoas singulares ou colectivas que disponibilizem regularmente ao público, através de redes de comunicações electrónicas, conteúdos submetidos a tratamento editorial e organizados como um todo coerente.

desde há muito implementadas e já enraizadas na cultura desses órgãos de comunicação social.

O formulário com pedido de informação foi enviado às entidades identificadas na tabela 3. 11 respostas chegaram em tempo útil, mas todas serão integradas na base de dados que fica como resultado deste contacto.

Tabela 3 – Entidades a que a ERC dirigiu pedidos de informação

Entidades a que foi enviado pedido de informação
1 ALM - Associação Literacia para os Media e Jornalismo
2 BAD - Associação de Bibliotecas
3 Cinemateca Portuguesa
4 CIS - Centro de Internet Segura
5 CMTV
6 CNCS - Centro Nacional de Cibersegurança
7 CNEDU - Conselho Nacional de Educação (CNEDU)
8 CNU – Unesco
9 DGE - Direção-Geral de Educação
10 Erasmus+
11 FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia
12 ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual
13 Incode2030
14 Lusa - Agência de Notícias
15 Media Lab
16 Meo/ Sapo / Altice
MILObs - Observatório sobre Média, Informação e
17 Literacia
18 PNC - Plano Nacional de Cinema
19 PNL - Plano Nacional de Leitura 2027
20 Porto Canal
21 Programa Media Smart
22 Público na Escola
23 RBE - Rede de Bibliotecas Escolares
24 RTP
25 SIC
26 TVI



Secção A
Medidas jurídicas e
políticas

A. MEDIDAS JURÍDICAS/ POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO/DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM

Decorrentes da transposição da Diretiva

Em Portugal a transposição da Diretiva (UE) 2018/1808 para a ordem jurídica interna ocorreu a 19 de novembro de 2020, com a aprovação da **Lei nº74/2020**, que entrou em vigor cerca de três meses depois, a 19 de fevereiro de 2021. Conforme referido na introdução, esse diploma teve impacto direto em duas leis em vigor no país:

- Realizou a quinta e mais recente alteração à **Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido (LTSAP)**, habitualmente nomeada como “Lei da Televisão”, a qual foi aprovada pela **Lei n.º 27/2007 de 30 de julho**¹²;
- Concretizou a terceira alteração à **Lei relativa ao fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais (Lei nº 55/2012)**, comumente designada “Lei do cinema”.

No caso da **Lei nº55/2012** a mesma será tida em conta neste relatório não por conta das alterações introduzidas com a transposição da Diretiva, mas sim porque mesmo antes dessa transposição já instituíam obrigações relativas à formação do público escolar numa das vertentes da literacia mediática: a **literacia fílmica**. Com efeito, atente-se no artigo 23.º da referida Lei, designado **formação de público escolar**:

«O Estado promove um programa de literacia para o cinema junto do público escolar para a divulgação de obras cinematográficas de importância histórica e, em particular, das longas-metragens, curtas-metragens, documentários e filmes de animação de produção nacional.»

Fig. 1 Principais etapas até à publicação da Lei que transpôs a Diretiva

Junho 2020

Um projeto de lei que transpõe a Diretiva AVMS, Proposta de Lei 44/XIV, foi submetido ao Parlamento em 29/06/2020: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/14/01/111/2020-06-29/39?pgs=39-129&org=PLC>

Julho 2020

O projeto de lei foi aprovado pelo parlamento português, na generalidade, a 10 de julho de 2020:

Foi colocado em consulta pública a decorrer entre 11 e 31 de julho de 2020: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?Path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a566b786c5a79394551564a4a535339545a584268636d463059584d765532567759584a686447456c4d6a41774d6a63756347526d&Fich=Separata+027.pdf>

Outubro 2020

No dia 14 de outubro de 2020, a Comissão de Cultura e Comunicação da Assembleia da República organizou audições com diversos intervenientes sobre a proposta de lei: <https://www.parlamento.pt/Paginas/2020/outubro/audicoes-comissao-cultura-comunicacao->

Novembro 2020

A proposta de lei que transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808 foi aprovada pela Assembleia da República a 23 de outubro de 2020 e aprovada pelo Presidente da República a 16 de novembro de 2020: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParl>

A Lei foi publicada a 19 de novembro de 2020 e entrou em vigor 90 dias após a sua publicação Lei nº 74/2020: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/148963298/details/maximized>

Nota: Esquema realizado a partir do *tracking* realizado pelo Observatório Europeu do Audiovisual e do descritivo da atividade parlamentar disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=45059>

¹² Originalmente designada “Lei da Televisão”, a partir da segunda alteração introduzida pela Lei n.º98/2011, de 11 de abril que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2007/65/CE, do Parlamento e do Conselho, de 11 de Dezembro, passa a designar-se Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido.

Um ano depois da publicação dessa Lei, em 2013, é criado o Plano Nacional de Cinema (PNC), que passa a ser a entidade, formalmente incumbida da missão de promover um programa de divulgação cinematográfica junto do público escolar. Das suas atribuições e atividades se falará em maior detalhe na Secção II.

No entanto, para esta primeira secção importam sobretudo as alterações à LTSAP. Isto, porque é nesse diploma legal que passaram a estar elencadas novas atribuições de competências relacionadas com a promoção/desenvolvimento da LM. A tabela 4 identifica os novos artigos da LTSAP correspondente a essas novas atribuições específicas em matéria de LM, fazendo-lhes corresponder os agentes nelas diretamente implicados.

Tabela 4 - Atribuições legais em matéria de LM decorrentes da transposição da Diretiva

Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido (LTSAP)		
Agentes com atribuições no campo da LM	Artigos	Reprodução dos artigos
Serviço Público de Televisão	Alínea f), n.º 2 do Artigo 51.º (designado «Obrigações específicas da concessionária do serviço público de televisão»)	«Conceber e implementar um plano de ação para promoção da literacia mediática, em formatos acessíveis e adaptados a pessoas com necessidades especiais, incluindo em língua gestual portuguesa e legendagem, em parceria com outros atores relevantes neste domínio, incluindo a produção e difusão de conteúdos sobre a matéria».
Plataformas de Partilha de Vídeo	Alínea h do Artigo 69.º (designado «Funcionalidades obrigatórias»)	Aplicar medidas e instrumentos eficazes em matéria de literacia mediática e sensibilizar os utilizadores para essas medidas e instrumentos».
Regulador da Comunicação Social (ERC)	artigo 69.ºD (designado «Adequação das Medidas»)	«A ERC avalia a adequação e eficácia das soluções adotadas pelos fornecedores de plataformas de partilha de vídeo para concretização do disposto no artigo anterior.»
	N.º 1, do Artigo 93.º (designado «Competências de Regulação»)	«Salvo disposição legal em contrário, compete à Entidade Reguladora para a Comunicação Social a regulação das matérias previstas no presente diploma e a fiscalização do seu cumprimento»
	Artigo 93.º-A Literacia mediática	«A ERC, até 30 de novembro de 2022 e, posteriormente, de três em três anos, publica no seu sítio na Internet e remete ao membro do Governo responsável pela área da comunicação social, para que este diligencie o seu envio à Comissão Europeia, relatório relativo à evolução das competências em literacia mediática em Portugal.»

Da informação especificada na tabela 4 é possível constatar que **em termos de serviços audiovisuais abrangidos, as alterações à Lei da Televisão decorrentes da Diretiva apenas integram a literacia mediática como obrigação específica do serviço público de televisão e como funcionalidade obrigatória das PPV.**

Nada é especificado em relação aos restantes serviços de comunicação social audiovisuais, cujas obrigações gerais constam do artigo 34.º. De notar, conforme referido no capítulo metodológico, que, apesar disso, a ERC enviou um pedido de informação aos operadores televisivos com serviços de programas de acesso não condicionado livre – SIC e TVI – bem como aos operadores com serviços de programas de acesso condicionado generalistas (CMTV e Porto Canal), unicamente com o intuito exploratório de procurar identificar o seu interesse e intervenção em matéria de LM.

No caso da ERC, na qualidade de regulador da comunicação social, por um lado passa a ter responsabilidades formais no que toca a supervisionar e avaliar o modo como o serviço público e as PPV em território nacional dão cumprimento a essas obrigações. Por outro, é incumbida de realizar os relatórios que os Estados-Membros devem entregar à CE. A respeito do modo como a ERC tem vindo a intervir no campo da LM reportará a Secção B deste relatório.

Antes de direcionar o foco para as obrigações dos serviços audiovisuais e o modo como estão a posicionar-se em relação a essas novas atribuições, sintetizam-se informações relacionadas com o desenvolvimento do trabalho da ERC no contexto de preparação para a transposição da Diretiva, que podem ajudar a compreender melhor o processo seguido até esta fase, nomeadamente no que respeita às PPV.

A propósito da convocatória direta da Diretiva aos serviços de comunicação audiovisual, recorde-se a recomendação que era feita aos media em geral num estudo de mapeamento da educação para os media em Portugal promovido pela ERC:

«Dos media nacionais e locais espera-se uma consolidação das iniciativas em curso e o surgimento de novos projectos de articulação com os públicos. Duas áreas parecem ser particularmente merecedoras de investimento, a exemplo de algumas experiências já existentes no país e no estrangeiro: a produção e aproveitamento de conteúdos difundidos, em articulação com os conteúdos da formação escolar e extra-escolar; e envolvimento em parcerias locais com instituições culturais e educativas, com vista, nomeadamente ao desenvolvimento de dimensões da Educação para os Media. Algo de análogo será de esperar da parte dos operadores do sector das telecomunicações e de serviços multimédia interactivos.»

In “Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos¹”, pag.157

Aspetos do trabalho da ERC no contexto da transposição da Diretiva

Considerando as hipotéticas alterações decorrentes da transposição Diretiva, a 17 de outubro de 2019, o Conselho Regulador da ERC aprovou uma proposta¹³ de constituição de um “Grupo de Trabalho interno sobre Preparação para a Regulação das PPV - implicações da Diretiva AVMS”. Segundo a proposta aprovada, esse grupo de trabalho, composto por membros dos serviços da ERC mais diretamente implicados na resposta a novas atribuições decorrentes deste contexto, teria como principais objetivos: i) examinar questões específicas levantadas pela revisão da Diretiva AVMS a fim de melhor preparar o regulador nacional para cumprir as suas funções; e ii) combate à

¹³ Esta proposta é apresentada na sequência de uma participação da ERC no Workshop "O futuro da regulação dos media na UE: quais as responsabilidades

das plataformas de partilha de vídeo?", promovido pelos subgrupos de trabalho 1 e 3 do ERGA e realizada em Bruxelas a 27 de setembro de 2019.

desinformação para assegurar o pluralismo nos media.

Um dos principais resultados deste grupo de trabalho foi a **Deliberação ERC/2020/143 de 29 de julho de 2020**, correspondente a um *Parecer Legislativo que pretendeu dar resposta a um Pedido da Comissão de Cultura e Comunicação, sobre a proposta de lei n.º 44/XIV/1.ª — Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808*¹⁴. Recorde-se que esse parecer notava que, no que concerne a previsão de competências da ERC relacionadas com a LM, faltava:

«clarificar e densificar competências de atuação e os meios ao dispor para este objetivo, bem como esclarecer a quem cabe a promoção efetiva de iniciativas de literacia mediática – seja nos serviços de comunicação social audiovisual, seja na sociedade». Relativamente às obrigações específicas da concessionária do serviço público de televisão, chamava o mesmo documento à atenção para o facto de a proposta em debate não abranger «as inúmeras possibilidades e necessidades de ação no espaço público, por um lado, e junto da sociedade (e.g. educativa), por outro».

No dia 2 de fevereiro de 2022, ou seja, já com as alterações decorrentes da Diretiva em vigor, o Conselho Regulador da ERC decidiu constituir um novo Grupo de Trabalho Interno com o objetivo de «identificação e operacionalização dos critérios a ter em conta para a elaboração da lista de fornecedores de plataformas de partilha de vídeos, de operadores de serviços audiovisuais a pedido e de operadores de televisão que procedam à sua oferta sob jurisdição do Estado português».

A 11 de janeiro de 2023, o Conselho Regulador da ERC aprova uma informação interna onde se elencam, entre outros aspetos, os critérios a seguir para a identificação de fornecedores de plataformas de partilha de vídeos sob jurisdição do Estado

¹⁴ Disponível para consulta no website da ERC, na seguinte hiperligação: <https://www.erc.pt/document.php?id=NTFmNmVmY2>

português, os critérios de jurisdição da atividade desses fornecedores e onde é definida a lista desses fornecedores que, conforme se irá constatar, se encontra resumida a um fornecedor que tomou a iniciativa de se registar na ERC e a outro cuja existência foi notificada à ERC pelo regulador francês e que este ano tomou a iniciativa de se registar, embora, por estar fora do período abrangido, não tenha sido incluído na análise.

Posicionamento perante as novas obrigações e mapeamento de medidas/atividades de promoção da LM

Tendo por referência os artigos especificados na tabela 4, a ERC dirigiu, por escrito, um pedido de informação aos responsáveis máximos pelo serviço público de televisão e das plataformas de partilha de vídeo sob jurisdição nacional.

Neste primeiro relatório, conforme explicado na introdução, com os seguintes objetivos gerais: apresentar um primeiro retrato do seu posicionamento em relação a essas obrigações e elencar as medidas/atividades realizadas (no período em análise, quando considerado relevante pelo próprio também fora dele). Ou seja, sem incluir a dimensão de avaliação, por se considerar que a mesma requer maior disponibilidade, ponderação, reflexão e testagem. Em seguida sistematiza-se a informação decorrente dessa consulta, evidenciando-se os resultados que dela sobressaem.

RTP – Rádio e Televisão de Portugal S.A.

Website <https://media.rtp.pt/empresa/>

A RTP é o operador de serviço público de Rádio e Televisão de Portugal. As suas primeiras emissões regulares de rádio tiveram início em 1935 e as de televisão em 1957. De acordo com informação disponível no seu *website*, em 1997 tem início a RTP *online* e em 2003 a Rádio, Televisão e Online da RTP fundem-se numa só empresa e nasce

YtNmM4ZC00GE3LThMzAtMWYyM2M5ZWQ5MWE1.

a Rádio e Televisão de Portugal. Em 2011 é lançada a RTP Play, uma plataforma digital de distribuição de conteúdos de rádio e televisão, de acesso livre. 2014 fica marcado pelo lançamento de projetos digitais de referência e inovadores: App 5i RTP e portal **RTP Ensina**, este último, como se verá, **uma das principais iniciativas da RTP em matéria de promoção da LM.**

Durante o período abrangido pelo relatório, a RTP apresentou o seu “Projeto Estratégico 2021-2023 – As mãos no presente, os olhos no futuro”¹⁵, documento de cerca de 30 páginas em que detalha os moldes do seu compromisso com aqueles que considera serem os cinco pilares estratégicos para a sua ação: Informação; Conteúdos; Público; Tecnologia; Organização. Nesse documento, a RTP faz algumas referências explícitas em relação à literacia mediática, enquadrando-a como parte dos seus objetivos em relação ao pilar estratégico da informação, nomeadamente como forma de combate à desinformação. Veja-se:

- Na página 3, quando se refere aos principais desafios na realidade atual em matéria de informação, reconhece ser crítica a necessidade do aumento da literacia mediática como forma de combater conteúdos informativos manipulados ou falsos;
- Na página 6, novamente por relação ao pilar estratégico da informação, inclui a literacia mediática como objetivo estratégico a alcançar: *«ter uma informação isenta, independente, plural, rigorosa, fiável, ágil, sóbria e de confiança, que aborde os temas de maneira inovadora no conteúdo e na forma. Contribuir para a literacia mediática e para o combate à desinformação.»*

¹⁵ Disponível para consulta no website da RTP: <https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2018/05/Plano-Estrategico-RTP-2021.pdf>. Na base desse documento está outro documento: [- Na página 9, detalha o modo como pretende operacionalizar esse compromisso *«Serão desenvolvidas todas as ações possíveis para aumentar a literacia mediática no país, com o objetivo de conter o proliferar de informação falsa fomentando o conhecimento e o espírito crítico. A RTP desenvolverá projetos utilizando as sinergias possíveis entre rádio, televisão e plataformas digitais, e em conjunto com organismos públicos, da sociedade civil ou mesmo empresas, num trabalho cruzado de impacto mensurável. A plataforma RTP Ensina deve ver a sua ambição alargada a estes temas e a mais públicos, contribuindo assim para mais conhecimento e mais cidadania.»*](https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2021/01/LINHAS-DE-</p></div><div data-bbox=)

Em termos legais, os objetivos do serviço público e os direitos e obrigações da RTP e do Estado concedente, encontram-se definidos num contrato de concessão, sendo que o atual data de 6 de março de 2015, com uma duração de 16 anos. De acordo com o definido no n.º 8 do artigo 52.º da LTSAP, «O contrato de concessão deve ser revisto no final de cada período de quatro anos, sem prejuízo das alterações que, entretanto, ocorra fazer».

Em maio de 2021, o XXII Governo apresentou uma proposta de primeira revisão ao atual contrato, a qual esteve em consulta pública até 31 de maio¹⁶. Em matéria de LM, essa proposta defendia «o combate à desinformação e a literacia mediática devem constituir um eixo estratégico transversal» e referia: «Pretende-se assegurar um serviço de programas orientado para as literacias, para a divulgação científica e para a satisfação das necessidades formativas e educativas dos

ORIENTACAO-ESTRATEGICA-14-janeiro-2021.pdf .

¹⁶ Essa proposta encontra-se disponível para consulta em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=revisao-do-contrato-de-concessao-do-servico-publico-de-radio-e-de-televisao>.

diferentes públicos, podendo servir como plataforma de ensino à distância».

Em termos contextuais, importa notar que à data do presente relatório o contrato de concessão do serviço público se encontra novamente em fase da preparação para ser revisto. Para tornar esse processo participado e aberto ao envolvimento de diferentes partes interessadas, em novembro de 2022 o Governo, através do seu Ministro da Cultura, anunciou a constituição de uma comissão de especialistas para, no prazo de cinco meses, elaborar um livro branco sobre o serviço público de rádio e televisão, no qual elencasse os desafios que o setor enfrenta e refletisse sobre a evolução que o serviço público de rádio e televisão registou nas últimas décadas no contexto europeu.

Recentemente, a 9 de maio de 2023, foi tornado público o Livro Branco que resulta do trabalho dessa comissão¹⁷. O documento surge estruturado em quatro partes – a primeira dedicada a retratar o Serviço Público de Media e Televisão; a segunda às Perceções sobre o Serviço Público de Media; a terceira a um mapear das experiências de Serviço Público de Media na Europa e a última às recomendações para o Serviço Público de Media Português. De notar que as recomendações realizadas em matéria de literacia mediática vão no sentido da necessidade de um maior investimento e envolvimento neste campo por parte da concessionária de serviço público, das quais se salientam:

«Recomendação 38. Cometer ao SPM especial responsabilidade no combate às desordens informativas, entre as quais a desinformação. O SPM deve pôr em prática mecanismos sistemáticos de verificação de informação de natureza diversa (incluindo mecanismos de machine learning e inteligência artificial), dar formação aos/as jornalistas e aos/as produtores/as de conteúdos sobre modos

de prevenção e combate das múltiplas formas de desordens informativas, promover programas/contéudos de literacia mediática aplicada à informação e ao jornalismo para públicos mais vulneráveis, como as crianças e os jovens»

«Recomendação 58. Incrementar, de forma significativa, a atuação no domínio da literacia mediática», por se constatar que a atuação «neste domínio, tem sido pouco relevante. Atenta a importância da matéria, impõe-se um aumento significativo da oferta de programas e conteúdos para promoção da literacia mediática, em todas as plataformas e serviços. É, também, importante que tal oferta compreenda programas e conteúdos especificamente concebidos para irem ao encontro das necessidades específicas das várias faixas do público».

«Recomendação 59 Assegurar uma área de atividade, garantindo a sua transversalidade a todas as direções, plataformas e serviços, dedicada à promoção da literacia mediática, com planos, aos quais estejam associados indicadores e metas específicas»

«Recomendação 60 Assegurar a presença em todas as plataformas e serviços de programas e/ou conteúdos que visem promover o desenvolvimento das diversas competências compreendidas na literacia mediática».

Tendo presente esse breve enquadramento, prossegue-se em seguida para a resposta da RTP ao pedido de informação realizado pela ERC no âmbito do presente relatório.

Resposta da RTP ao pedido de informação da ERC

A RTP indica que intervém no campo da LM em particular a partir de 2012, ou seja, há

¹⁷ O Livro Branco do Serviço Público de Media encontra-se disponível para consulta em: <https://www.portugal.gov.pt/download->

[ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAABAAzNDY3MQYAKFAjnQUAAAA%3d](https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAABAAzNDY3MQYAKFAjnQUAAAA%3d).

cerca de uma década. Quanto aos conceitos que refere ter como referência para se reportar ao seu trabalho nesta área sinaliza: literacia mediática/literacia dos media, literacia da informação, literacia dos media e da informação, literacia digital e educação para os media.

No que respeita o modo como a RTP se tem vindo a posicionar neste campo, para lá da nova obrigação legal que decorre da transposição da Diretiva, é referido que tem optado por acompanhar algumas ações/iniciativas sobre a matéria produzidas em outros países, e, na qualidade de membro permanente do Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM)¹⁸, tem optado por apostar na colaboração nas atividades que o grupo desenvolve.

Sobre a obrigação de conceber e implementar um plano de ação para promoção da literacia mediática

Conforme já referido, no caso da RTP a transposição da Diretiva resultou na soma de mais uma obrigação específica. Ora, se analisamos por partes aquilo que essa nova obrigação significa, constata-se que é esperado que a RTP:

- Conceba e implemente um plano de ação para promoção da literacia mediática;
- Que esse plano seja disponibilizado em formatos acessíveis e adaptados a pessoas com necessidades especiais, incluindo em língua gestual portuguesa e legendagem;
- Que seja pensado em parceria com outros atores relevantes neste domínio, incluindo a produção e difusão de conteúdos sobre a matéria.

Na resposta à pergunta do pedido de informação que questiona o que tem sido desenvolvido pela RTP para dar cumprimento a esta nova obrigação legal (fases de desenvolvimento, contexto, medidas implementadas,...) **a concessionária remete para as atividades e medidas que elenca neste relatório, sem especificar de forma**

explícita em que fase de desenvolvimento se encontra a conceção e implementação do seu plano, nem relativamente à sua disponibilização em formatos acessíveis e adaptados a pessoas com necessidades especiais.

Embora sem as relacionar explicitamente com a preparação de um plano de ação da RTP para promoção da LM, na informação disponibilizada, salienta que tem estado a investir em algumas parcerias, nomeadamente ao nível produção e difusão de conteúdos sobre LM.

A tabela 5 sistematiza a informação fornecida pela concessionária de serviço público de televisão em relação às medidas e atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM no período em destaque, e fora dele.

¹⁸ Informação sobre o GILM disponível na secção B do relatório.

Tabela 5 – Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela RTP – Caracterização geral

RTP									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Cibersegurança	Sessões de sensibilização	Artigos sobre cibersegurança	https://ensina.rtp.pt/tema/educacao-para-os-media/	2021	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Sim
Literacia para a informação	Sessões de sensibilização	Explicadores sobre literacia mediática	https://ensina.rtp.pt/tema/educacao-para-os-media/	2020	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Sim
Literacia para a Informação Literacia Digital	Sessões de sensibilização	Artigos e reportagens sobre literacia para os media	https://ensina.rtp.pt/tema/educacao-para-os-media/	2020	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Sim
Literacia para a Informação	Sessões de sensibilização	Um grupo de interessados explora temas globais como os novos media, a inteligência artificial, os influencers, o streaming, a cancel culture, os grandes grupos empresariais e as novas potências mediáticas.	https://www.rtp.pt/ https://www.rtp.pt/play/	setembro de 2020	Em curso	População em geral	Nacional Internacional	Da própria instituição	Não
Literacia para a Informação	Sessões de sensibilização	Sessões de trabalho sobre produção de conteúdos de ficção e documentários (RTP1)	n/a	s/d	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Não

RTP

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia Mediática	Webinar	Webinar sobre cidadania "A utilização de conteúdos do RTP Ensina na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento"	https://www.dge.mec.pt/noticias/webinar-utilizacao-de-conteudos-do-rtp-ensina-na-disciplina-de-cidadania-e-desenvolvimento	março de 2023	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Sim
Desinformação	Informação noticiosa	Programa de televisão: "Programa Cautelar" - duas temporadas	https://www.rtp.pt/play/p8906/e549467/programa-cautelar	5 junho 2021 a 10 julho 2021; 19 março a 30 abril 2022	2 meses	População em geral Famílias	Nacional e Global	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	Programa de rádio: "Em Nome do Ouvinte"	https://www.rtp.pt/play/pesquisa?q=em+nome+d+o+ouvinte	setembro 2020 a 26 março 2021; 2 dezembro 2021 a 30 junho 2022	14 meses	População em geral	Nacional e Global	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Conteúdos de ficção	Programa de televisão: Série nacional "Pôr do Sol" - duas temporadas	https://www.rtp.pt/play/p9165/por-do-sol	16 agosto 2021 a 19 dezembro 2022	16 meses	População em geral Famílias	Nacional e Global	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	O programa de televisão: documentário: "Mundo Digital versus Mundo Real"	https://www.rtp.pt/programa/tv/p42844	setembro e outubro 2022	2 meses	População em geral	Nacional e Global		Não
Literacia para os Media	Debates Serviço Público	Literacia para os media - An European Perspective	https://www.ebu.ch/eurovision-news/european-perspective	julho 2021	Em curso	População em geral	Nacional e Global	União Europeia/Comissão Europeia	Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	Ação de literacia para os media e cidadania digital (Zig Zaga na net)	https://www.rtp.pt/play/zigzag/p5444/zigzaga-na-net	fevereiro 2020	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional e Global		Não

RTP

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AValiação DE IMPACTO
						População com deficiências (acessibilidades)			
Literacia fílmica	Sessões de sensibilização	Organização de sessões de trabalho (RTP1)	n/a	Período de referência	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	Programa de televisão: "A Voz do Cidadão"	https://www.rtp.pt/play/p6601/voz-do-cidadao	Período de referência	Em curso	População em geral	Nacional e Global	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	Programa de rádio: "Ouvido Critico"	https://www.rtp.pt/play/p4406/ouvido-critico	Período de referência	Em curso	População em geral	Nacional e Global		Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	Programa de televisão: "Sociedade Civil"	https://www.rtp.pt/play/p8271/sociedade-civil	Período de referência	Em curso	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional e Global	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	Programa de televisão: "Radar XS"	https://www.rtp.pt/play/zigzag/p10676/radar-xs	Período de referência	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional e Global	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	Literacia para os media - Rádio Zig Zag	https://www.rtp.pt/play/zigzag/direto/radio	Período de referência	Em curso	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional e Global		Não
Literacia para os Media	Conteúdos informativos	Literacia para os media - Informação	https://www.rtp.pt/	Período de referência	Em curso	População em geral	Nacional e Global	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Visitas ao museu da RTP	Literacia para os media - Coleção Visitável da Rádio e Televisão de Portugal	https://museu.rtp.pt/	Período de referência	Em curso	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Não

RTP									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media	Recursos online	Literacia para os media - ENTR	https://entr.net/pt	Período de referência	Em curso	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional e Global	União Europeia/Comissão Europeia Organismos/instituições públicas	Não
Literacia para os Media	Recursos online	Literacia para os Media	https://antena1.rtp.pt/ https://www.rtp.pt/play/	Sempre presente em antena	Em curso	População em geral	Nacional e Global	Da própria instituição	Não

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA.

A lista dos fornecedores de plataformas de partilha de vídeo sob jurisdição nacional à data do presente relatório inclui vários fornecedores. No entanto, para efeito do presente relatório apenas será considerada a seguinte:

- A MEO- Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. com registo de plataformas de partilha de vídeo **Meo Kanal** e **Sapo Vídeos**, ambas do distrito de Lisboa.

Importa contextualizar que o registo de serviços de PPV apenas passou a ser formalmente exigido pela ERC a partir de 1 de janeiro de 2022. Após essa data, a MEO foi o único fornecedor que tomou a iniciativa de se registar, tendo esse registo sido efetuado nos serviços de registo da ERC a 29 de março de 2022, abrangendo as duas PPV acima indicadas.

Sensivelmente um ano depois, a 17 de março de 2023, o fornecedor Fedrax, Lda., efetua o registo da Tukif, uma plataforma de partilha de vídeos com conteúdo pornográfico sediada no concelho do Funchal (ilha da Madeira). O registo acontece na sequência de uma intervenção da ERC, após o regulador francês ter sinalizado a plataforma como estando sob jurisdição nacional.

Por apenas ter sido registado em 2023, não foi o mesmo alvo de consulta por parte da ERC no âmbito deste primeiro relatório.

Breve caracterização das duas PPV registadas pela MEO

Tabela 6 – Identificação das PPV registadas pela MEO

PPV	Website	Hiperligação para os termos do serviço
MEO kanal	https://kanal.pt/	https://kanal.pt/termos-de-servico
Sapo Vídeos	https://videos.sapo.pt/	https://ajuda.sapo.pt/condicoes-de-utilizacao-sapo-videos-62317

A Plataforma **Sapo Vídeos** é descrita como um «serviço gratuito de alojamento e partilha de vídeos disponível apenas para parceiros. Com este serviço pode alojar vídeos individuais ou criar canais. Permite também a partilha nas redes sociais, realização de diretos e *embed* dos vídeos em sites externos».

Para aceder a este serviço é necessário ser cliente MEO- entendido como os utilizadores que detenham um Registo SAPO.

Nas **condições de utilização** deste serviço pode ler-se que «O acesso ao SAPO Vídeos para publicação de vídeos pressupõe um registo prévio do respetivo utilizador e a prévia aceitação pela MEO do respetivo registo.». No mesmo *link* são descritas as medidas de proteção de crianças e jovens relativas aos conteúdos suscetíveis de prejudicar o seu desenvolvimento físico, mental ou moral. Estas medidas consistem na existência de sistemas verificadores de idade dos utilizadores e público das plataformas, assim como de sistemas de controlo parental.

A Plataforma **MEO Kanal** permite a criação de canais públicos para clientes MEO (3 canais públicos para partilha de fotografias e vídeos com todos os clientes MEO e 3 canais privados (com PIN) a família e amigos dos clientes. Permite a criação de playlists de programação e a associação de contas de vídeo Sapo Vídeo e MEO Cloud.

Para que se possa ter uma ideia geral do seu alcance, a tabela 7 indica o número de utilizadores registados e visualizações, no

período em análise, para ambas as plataformas.

Tabela 7 - Nº de utilizadores e nº de visualizações anuais das Plataforma Sapo Vídeos e Meo Kanal (anos 2020, 2021 e 2022)

PPV	MEO Kanal			SAPO Vídeos		
Ano	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Nr. de utilizadores registados	67.919	68.670	69.726	337.708	337.664	336.393
Nr. de visualizações anuais	11.402.239	6.868.273	5.972.058	275.279.452	125.969.585	98.170.779

Nota: 1- Dados disponibilizados pela MEO a pedido da ERC

A propósito da obrigação dos fornecedores de PPV em termos de literacia mediática, a MEO reporta que:

Resposta da MEO ao pedido de informação da ERC

De modo a poder mapear o trabalho que a MEO tem feito em matéria de literacia mediática, a ERC decidiu remeter um pedido de informação que permitisse perceber, entre outros aspetos, de que modo está a dar resposta à obrigação de **«Aplicar medidas e instrumentos eficazes em matéria de literacia mediática e sensibilizar os utilizadores para essas medidas e instrumentos» (Alínea h) do artigo 69.º C)** e mapear as medidas e atividades realizadas para promoção da literacia mediática em particular entre setembro de 2020 e outubro de 2022.

Quando questionada sobre se desenvolve trabalho na área da LM, a MEO responde que **«procura ser um motor de inovação e transformação social através da tecnologia, directa ou indirectamente através das marcas que explora ou da Fundação Altice, desenvolvendo produtos e soluções e investindo em projetos transformadores, em particular para a acessibilidade à comunicação e tecnologia por todos, para o acesso à educação, incluindo informação e divulgação de conhecimento.»** Nesse sentido, afirma que trabalha na área desde a sua criação, embora **«com maior visibilidade desde a criação da Fundação Altice em 2003»**. Consideram que o conceito **literacia digital** é aquele que melhor enquadra o seu trabalho nesta área.

- Implementaram (e melhoraram) funcionalidades e mecanismos de fácil utilização que permitem ao público das plataformas de partilha de vídeos comunicar ou sinalizar, bem como classificar os conteúdos; sistemas de verificação da idade dos utilizadores e público das plataformas de partilha de vídeos; sistemas de controlo parental; procedimentos de fácil utilização e eficazes para o tratamento e a resolução das reclamações apresentadas;
- Simplificaram a linguagem;
- Acrescentaram informações sobre a necessidade de obtenção de autorizações de utilização no âmbito de direitos de autor e direitos conexos.

Além dessas medidas, a MEO evidencia também o seu envolvimento na área da LM através da articulação e cooperação com outras entidades, nomeadamente:

- Por via da **Fundação Altice**, desde 2009, recorda que tem vindo a desenvolver iniciativas e ações no âmbito do **“Comunicar em**

Segurança¹⁹, programa de sensibilização para a utilização responsável das telecomunicações, através de sessões de sensibilização para uma utilização mais responsável, sobre os mais diversos temas.

- Através do **compromisso assumido pela MEO e pela SAPO enquanto entidades promotoras do MUDA – Movimento pela Utilização Digital Ativa**²⁰. Segundo a informação disponibilizada no respetivo *website*, o MUDA «é um movimento nacional promovido por várias empresas, universidades e associações e pelo Estado Português que assumem o compromisso de incentivar a participação dos portugueses no espaço digital, contribuindo para um País mais avançado, inclusivo e participativo», que tem como objetivo «contribuir, por um lado para a redução do número de pessoas que nunca acederam à internet e por outro, através do aumento do número de utilizadores com competências mais avançadas».

A respeito do modo como se tem posicionado em relação à LM, para lá da sua nova obrigação enquanto fornecedor de

plataforma, a MEO refere que, «sobretudo através da Fundação Altice, tem vindo a desenvolver, promover, e participar em inúmeras ações, projetos, campanhas no âmbito da LM.»

Acrescenta ainda que «tem, também, vindo a reforçar o seu compromisso de Responsabilidade Social, por exemplo doando equipamentos tecnológicos na melhoria das condições de vida de todos os portugueses em situações particularmente vulneráveis, através da digitalização de instituições sociais, escolas e hospitais no território nacional».

Em relação ao trabalho em parceria nesta área, a MEO esclarece que tem estabelecidas colaborações permanentes com:

- a Fundação Altice;
- o MUDA;
- o Consórcio Centro Internet Segura;
- a ICT Coalition.

Não foi explicitado desde quando essa colaboração foi instituída.

A tabela 8 sistematiza informação sobre as medidas/atividades de promoção e desenvolvimento de competências de literacia mediática identificadas pela MEO na consulta que lhe foi realizada.

¹⁹ De acordo com a informação disponibilizada no *website* da Fundação Altice (<https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca>), o programa Comunicar em Segurança integra o consórcio de Internet Segura em Portugal, sob coordenação do CNCS - Centro Nacional de Cibersegurança, com a parceria da Direção Geral da Educação, do Instituto Português do Desporto e da

Juventude e da Associação de Apoio à Vitima e da Microsoft. Conta ainda com o apoio da Polícia de Segurança Pública, no âmbito do Programa Escola Segura, da Rede de Bibliotecas Escolares e da Associação Nacional de Professores de Informática.

²⁰Hiperligação para o website do MUDA: <https://www.muda.pt/>.

Tabela 8 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela MEO – Caracterização geral

MEO								
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia digital Cibersegurança	Concurso	MUDA	https://mudareganhar.pt/	1 fevereiro a 30 junho 2022	4 meses	População em geral	Nacional	Não
Cibersegurança	Recurso online	Clarificação e simplificação do texto das Condições de Utilização do serviço	https://ajuda.sapo.pt/condicoes-de-utilizacao-sapo-videos-62317	17 fevereiro 2021	Em curso	População em geral	Nacional	Sim
Cibersegurança	Recurso online	Proteção de menores (PIN de Conteúdos)	n/d	2020	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Cibersegurança	Recurso online	Proteção de menores (Validação de Idade)	n/d	2020	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	Cenas na Net	https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca	2020	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	MUDA	https://www.muda.pt/	2018	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	ID a tua marca na Net	https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca	2015	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Informações plataforma	Recursos online	FAQS	https://kanal.pt/perguntas-frequentes	2012	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Cibersegurança	Recursos online	Denúncia de Conteúdos	https://kanal.pt/denuncia	2012	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Cibersegurança	Recursos online	Privacidade de Conteúdos (Pin de Acesso)	n/d	2012	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	Jogos digitais	https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca	2009	Em curso	Público escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	Guiões de apoio para professores e educadores	https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca	2009	Em curso	Público escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Não

MEO								
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia digital Cibersegurança	Ações de sensibilização	Sessões de sensibilização	https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca	2009	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	Tutoriais para jovens e adultos	https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca	2009	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	Brochuras digitais	https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca	2009	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Webseries	Web séries/Série infantil	https://fundacao.altice.pt/tecnologia/comunicar-seguranca	2009	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Informações plataforma	Recursos online	Recomendações nas páginas de Ajuda do serviço	https://ajuda.sapo.pt/partilha-de-videos-65335	2006	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Informações plataforma	Recursos online	Recomendações nas páginas de Ajuda do serviço	https://ajuda.sapo.pt/videos-e-canais-65156	2006	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	Consórcio Internet Segura	https://www.internetsegura.pt/recursos/all/all	n/d	Em curso	População em geral	Nacional	Não
Literacia digital Cibersegurança	Recursos online	Blog Meo	https://blog.meo.pt/6-dicas-para-fazer-compras-online-em-220680	n/d	Em curso	População em geral	Nacional	Não

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

Outras medidas políticas/jurídicas existentes

Em Portugal o campo da comunicação social e (da sua regulação) não é o único em que é possível identificar medidas políticas/jurídicas que visam a promoção e desenvolvimento de competências ligadas à literacia mediática.

Ao longo do tempo, em áreas como a educação, a cultura e a investigação também podem ser identificadas medidas que contribuirão e continuam a contribuir para estruturar a intervenção em termos de LM. É verdade que algumas são anteriores ao período de referência deste relatório e à própria DSCSA.

De modo a centrar primeiramente o foco nas medidas que temporalmente coincidem com o momento em análise (ou, pelo menos, lhe são próximas), contextualize-se que em Portugal, em termos políticos, esse período é marcado por dois Governos, o XXII Governo Constitucional (em funções entre 16 de outubro de 2019 e 30 de março de 2022) e o XXIII Governo Constitucional (em

funções desde 30 de março de 2022). Ambos com a mesma linha ideológica e com a mesma liderança, o que sobressai nos respetivos programas. Em termos de contexto, também importa ter presente que o programa do XXII Governo Constitucional²¹, aquele que coincide com a maior parte do período de referência, é perspectivado em momento anterior à pandemia de Covid-19, enquanto o do XXIII é realizado tendo a pandemia como pano de fundo.

O Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM)

Ao analisar os programas de ambos os governos é possível identificar **propostas de medidas orientadas para a literacia mediática (que a referem utilizando essa designação no próprio texto) e outras que são suscetíveis de com ela se cruzar em termos de objetivos.**

A tabela 9 sistematiza-as, salientando-se a negrito as que referem diretamente a LM. Entre as restantes medidas especificadas sobressai a aposta na literacia digital e na promoção da participação e da cidadania.

Tabela 9 – Sistematização de Propostas de medidas de LM e relacionadas com a LM que constam dos programas dos XXII e XXIII Governos Constitucionais

²¹ Conforme consta da respetiva introdução, o programa do XXII Governo Constitucional elege quatro desafios estratégicos: Combater as alterações climáticas; responder ao desafio demográfico; Construir a sociedade digital; Reduzir as desigualdades. Numa perspetiva de continuidade, o

programa do XXIII Governo Constitucional volta a elencar esses desafios da seguinte forma: alterações climáticas transição climática; demografia; desigualdades; sociedade digital, da criatividade e inovação.

Designação	Hiperligação para o documento	Grupo de medidas em que a medida proposta se insere	Medida proposta
Programa do XXII Governo Constitucional (2019-2023)	https://www.portugal.gov.pt/gc22/programa-do-governo-xxii/programa-do-governo-xxii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec	Promover a literacia democrática e a cidadania	Lançar um Plano Nacional de Literacia Democrática liderado por um comissariado nacional e com um amplo programa de atividades, em especial nas escolas e junto das camadas mais jovens. (pág.26)
		Promover o acesso à formação e qualificação ao longo da vida /Aprofundar o programa Qualifica como chave para a elevação de qualificações da população adulta	Lançar o Plano Nacional de Literacia de Adultos(...) no sentido de promover a alfabetização, a inclusão social e a qualificação. (pág.145)
		Fomentar o ensino da computação	Assegurar o ensino da computação, desde o ensino básico, visando a literacia e a ética digitais, assente no domínio das ciências da computação e sustentada na prática pela programação, sistemas de informação e eletrónica (pág.180)
		Promover a cidadania digital	Apoiar o lançamento de ações de formação e informação destinadas ao aumento da literacia digital. (pág.184) Promover a literacia mediática, a nível nacional e europeu, como uma das prioridades de atuação no combate à desinformação em linha, sem esquecer o envolvimento crescente de jornalistas e "verificadores de notícias", sendo o jornalismo e a informação de qualidade aliados indispensáveis neste combate contra as notícias falsas no ambiente digital. (pág. 185)
		Consagrar direitos e garantias digitais	Aprofundar os instrumentos de educação para a cidadania e para a literacia democrática como processos de capacitação dos alunos para a liberdade, a responsabilidade e a participação cívica; (pág.35)
Programa do XXIII Governo Constitucional	https://www.portugal.gov.pt/gc23/programa-do-governo-xviii/programa-do-governo-xviii-pdf.aspx?v=%C2%ABmlkvi%C2%BB=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec	Reforçar a participação dos alunos (<i>dar continuidade à iniciativa Voz do Aluno política de 2016</i>)	Lançar um Plano Nacional de Literacia Democrática, com um amplo programa de atividades, em especial nas escolas e junto das camadas mais jovens, à semelhança do que é feito pelo Plano Nacional de Leitura e pelo Plano Nacional das Artes; (pág.36) (...) aposta digital forte na educação, na inclusão, na literacia digital, na literacia da informação e na promoção do desenvolvimento das competências digitais necessárias ao exercício pleno da cidadania. Importa, pois, reforçar a Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (INCoDe.2030) e implementar o PRR, tendo como objetivo melhorar o nível de competências digitais das portuguesas e dos portugueses (pág.167)
		Promover a literacia democrática e a cidadania	
		Liderar nas competências digitais em todos os níveis de ensino	

Designação	Hiperligação para o documento	Grupo de medidas em que a medida proposta se insere	Medida proposta
		Garantir o acesso dos cidadãos à comunicação social	Fomentar o ensino da computação, desenvolvendo um programa nacional estruturado para a definição, promoção e avaliação do ensino da computação, assegurando o ensino da computação desde o ensino básico, definindo aprendizagens que tenham em vista a literacia e a ética digitais (pág.168)
		Garantir o acesso dos cidadãos à comunicação social	Criar um Plano Nacional para a Literacia Mediática, como forma de contrariar o défice no acesso, consulta e leitura de conteúdos informativos de imprensa, e promover o combate à desinformação e à divulgação de conteúdos falsos, junto da população, com especial enfoque na população em idade escolar; (pág.179)
			Garantir o funcionamento e financiamento adequado do serviço público de rádio e televisão no desenvolvimento da sua atividade, enquanto ferramenta e plataforma global de comunicação de referência, que ocupa um lugar insubstituível na sociedade portuguesa, assegurando a prestação de uma informação continuada, isenta, equilibrada e plural, e promovendo o desenvolvimento da literacia mediática, no quadro da revisão do contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão. (pág.179)

Conforme é possível constatar da análise da tabela 9 é no programa do XXIII Governo Constitucional que sobressai a medida que mais se salienta para o período em análise: o anúncio do arranque efetivo de um **Plano Nacional para a Literacia Mediática (PNLM)**. Embora o primeiro anúncio público tenha sido feito em novembro de 2022, é já durante 2023, nomeadamente no dia 21 de abril, na abertura do VI Congresso Literacia, Media e Cidadania, que o ministro da cultura anuncia que o PNLM deverá avançar de modo a poder começar a ser implementado até ao final do primeiro semestre de 2023. Na mesma ocasião, é confirmada informação já avançada em novembro, ou seja, a integração deste novo plano no já existente Plano Nacional de Leitura (PNL), de que se falará em maior detalhe na secção B. Com o objetivo de se aproveitar e potenciar os recursos e a estrutura de base,

nomeadamente em termos de parcerias, que o PNL já tem estabelecidas.

Pelo tipo de medida e anunciada abrangência, está criada a expectativa de que se possa evoluir nesta área para uma nova etapa (quicá um novo paradigma) da história deste campo de intervenção: em que a LM se afirme e seja reconhecida como política pública essencial para a vida de todos os cidadãos. Aliás, algo que, recorde-se, a própria DSCA também preconiza.

Até à data do presente relatório não são conhecidos os eixos e pressupostos que irão estruturar o PNLM. Porém, do discurso do ministro salienta-se o compromisso de que não se irá começar tudo de novo, em termos de políticas públicas nesta área, e o reconhecimento do legado dos que estão nesta área há muitos anos.

Reforço do Plano Nacional de Cinema (PNC)

Outra das medidas políticas tomadas no período de referência diz respeito a uma vertente da literacia mediática, em termos de política pública, que já conta com alguns anos de trabalho em Portugal: a Literacia Fílmica. No contexto do XXII Governo Constitucional é de assinalar, por intermédio da ação da Secretaria de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, **a aprovação do despacho nº65/2022, através do qual se Promove o Plano Nacional de Cinema (PNC) de 2021-2030** que consolida as ações concretizadas nos primeiros anos do Plano e aposta em novas vertentes a desenvolver até 2030. Na secção B dá-se nota da missão, do trabalho e das atividades que têm sido desenvolvidas por aquele que já se tornou um dos pilares estruturais da promoção de competências em relação ao cinema, com o público escolar como destinatário primordial: o **PNC**.

LEME – Literacia e Educação para os Media em Linha

Também no contexto do XXII Governo Constitucional, outra medida que se evidencia diz respeito ao apoio e **incentivo à criação de um recurso de apoio à educação para os media**. Por iniciativa do Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media (SECAM) e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, **é proposta a criação de um kit com diferentes tipologias de recursos de literacia mediática preparado especificamente para servir de apoio a professores (do ensino pré-escolar ao secundário)/formadores que tenham interesse em trabalhar temas relacionados com os media e de promover competências e de desenvolvimento de competências de LM**.

Essa medida política, anunciada em maio de 2020, acabaria por ser operacionalizada a partir do segundo semestre num projeto colaborativo concretizado por um Grupo de Trabalho, que teve a coordenação da

Como funciona o LEME?

A plataforma Literacia e Educação para os Media Em linha tem como funcionalidade central a pesquisa de recursos de Literacia e Educação para os Media, a qual pode ser feita de três formas:

- a) Pela pesquisa geral do site
- b) Através de filtros cujas opções o utilizador vai selecionando em função dos seus interesses, a saber:

ÁREA

- Acesso, uso e inclusão
- Comunicação, entretenimento e informação
- Consumo informado
- Privacidade e segurança
- Identidade e bem-estar
- Liberdade, ética e empatia
- Conhecimento e compreensão
- Pesquisa e análise
- Produção e linguagens
- Publicação e participação

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

- Pré-escolar
- 1º Ciclo
- 2º Ciclo
- 3º Ciclo
- Secundário

Fonte: www.leme.gov.pt

Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros (SGPCM)²² e que viria a ter como resultado o **LEME – Literacia e Educação para os Media em Linha**, uma plataforma digital de livre acesso disponível ao público em <https://www.leme.gov.pt/>, onde os próprios utilizadores podem submeter sugestões de novos recursos. Nela são disponibilizados vídeos, áudio, jogos, propostas de atividades, com sinopses que

²² Na secção B será igualmente dada informação a respeito do trabalho da SGPCM nesta área.

clarificam o que são e a propósito de que temáticas podem ser utilizados em atividades pedagógicas a desenvolver em contextos formais, não-formais ou informais de aprendizagem. Ficou disponível ao público a 8 de setembro de 2021, ou seja, no início do ano letivo 2021/2022.

Do Grupo de trabalho fizeram parte, além da SGPCM, mais três instituições em representação do Grupo Informal sobre Literacia Mediática (a ERC, a Direção-Geral de Educação, a Rede de Bibliotecas Escolares) o Centro de Estudo Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho/MILObs), a Agência LUSA, o CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, o OBERCOM – Observatório da Comunicação Público na Escola, o Sindicato dos Jornalistas, a Visão Júnior e, a título individual, Paulo Pena, jornalista e investigador especialista em questões de desinformação e Vítor Tomé, Jornalista e investigador especialista em questões de LM. A construção da plataforma Literacia e Educação para os Media em linha teve o patrocínio do.PT, a entidade

responsável pela gestão, registo e manutenção de domínios sob .pt, domínio de topo correspondente a Portugal.

Em termos de avaliação de impacto, até ao momento não houve disponibilidade para realizar qualquer avaliação à utilização efetiva da plataforma. No entanto, é de notar que no contexto do seu desenvolvimento foram realizados grupos de foco com professores (que se voluntariaram para participar), dos quais resultou uma avaliação positiva.

O Grupo de Trabalho responsável, entretanto, foi desativado. Para que o projeto pudesse ter continuidade, foi decidido que a administração desta plataforma ficaria a ser gerida pela Direção-Geral de Educação (entidade de que se falará também na secção B), continuando os restantes parceiros a poder contribuir com a identificação/sinalização de novos recursos. Ou seja, este é um exemplo de medida operacionalizada a partir da colaboração entre vários parceiros com intervenção no terreno da LM.

Fig. 2 – Imagem do website que aloja a plataforma LEME



O investimento em medidas que visam reforçar competências digitais

Além das medidas acima referidas, explicitamente direcionadas para a LM, os próprios programas governativos denotavam a opção por linhas estratégicas que se considera que se cruzam com objetivos e temáticas abrangidos na primeira, como é o caso das que visam promover competências (por diferentes vias) de literacia digital. Com efeito, a transição digital e a aposta no digital é evidenciada em diferentes vertentes da ação governativa. A **21 de abril de 2020** é aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020 o **Plano de Ação para a Transição Digital**, documento estratégico de apoio à implementação de medidas que visam a transição digital do Estado, das empresas e do cidadão em geral, sendo no pilar relativo à **capacitação digital das pessoas** que surge enquadrada a ação do programa **INCoDe 2030** (ver mais informação na secção B).

Medidas anteriores ao período de referência

Relativamente a medidas políticas/legislativas anteriores (nomeadamente na última década), identificam-se algumas que, de forma mais ou menos direta, incentivaram a promoção da LM e continuam a contribuir para o seu desenvolvimento, nomeadamente no contexto da educação, um dos terrenos onde têm sido mais evidentes:

- O desenvolvimento do programa RBE- Rede de Bibliotecas Escolares (criado em 1996) que possibilitou a criação de um Referencial de Educação – designado *Aprender com a Biblioteca Escolar* (2012)²³- que inclui a LM como uma das três

- literacias base a desenvolver pelas bibliotecas escolares e as escolas;
- O lançamento do Plano Nacional de Cinema (2013, renovado, conforme referido, no período de referência),²⁴
- A aprovação do *Referencial de Educação para os Media* ²⁵(2014;)
- A criação de uma Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017)²⁶

Embora não diretamente tomadas por Governos ou pelo Parlamento, destacam-se ainda, pela sua relevância para esta área, **duas recomendações do Conselho Nacional de Educação** (órgão independente a quem compete emitir opiniões, pareceres e recomendações sobre todas as questões relativas à educação, por iniciativa própria ou em resposta a solicitações apresentadas pela Assembleia da República e pelo Governo), uma diretamente relacionada com a LM, a outra por relação desta área com a da Cidadania:

- **Recomendação nº 6/2011 intitulada Educação para a Literacia Mediática**²⁷ - que é estrutural, na medida em que contextualiza a Educação para os Media, define o conceito, faz um historial sobre a educação para os media e as TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) na educação e, num momento em que, em Portugal, se estava a retomar a reflexão sobre os currículos dos ensinos básico e secundário, faz recomendações no sentido da promoção da Literacia Mediática e em relação ao modo de a contemplar no currículo;
- **Recomendação nº2/2021 intitulada “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar”**²⁸ – visa «abordar

²³ Ver informação sobre este referencial na Secção B.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ Documento disponível para consulta em https://www.cnedu.pt/content/antigo/images/stories/2011/PDF/Recom_Educao_Literacia_Meditica.pdf

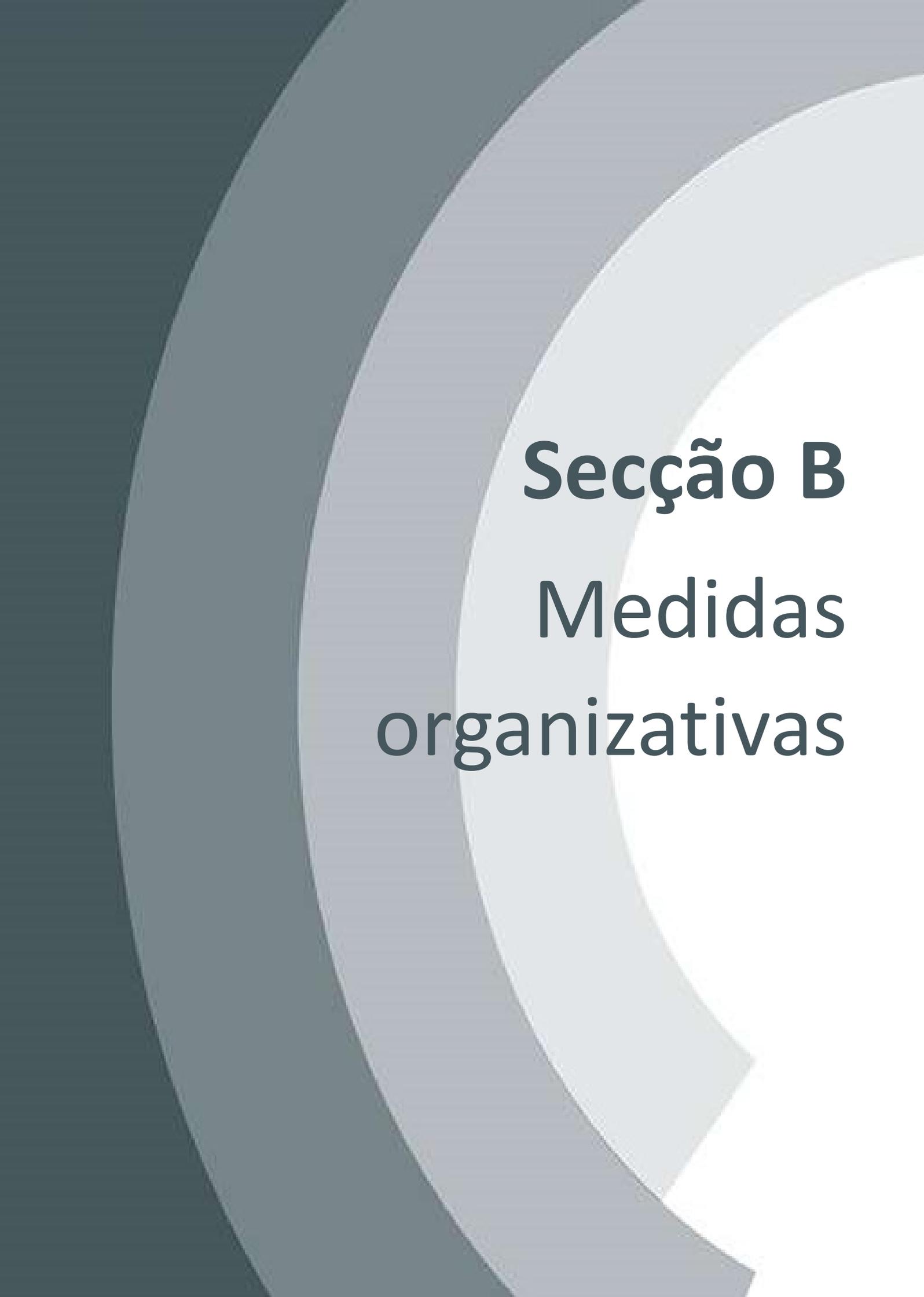
²⁸ Documento disponível na seguinte hiperligação: <https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recome>

a situação atual do uso da voz e da participação das crianças e dos jovens em contextos escolares e sugerir orientações que permitam dar uma maior importância ao diálogo na construção das aprendizagens curriculares e na socialização democrática dos/as alunos/as, assegurando o seu envolvimento efetivo no próprio processo de educação», pretendo-se que essa recomendação seja generalizada à Educação Pré - Escolar, ao Ensino Básico e Secundário e ao Ensino Profissional.

De notar que algumas das medidas acima elencadas acabariam por se traduzir na atribuição de competências a organismos

públicos, sob a tutela de Ministérios do Governo, que atualmente têm atribuições formais diretamente relacionadas com a promoção de medidas e atividades na área da literacia mediática, como é o caso da Direção-Geral da Educação (DGE); da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) e do Plano Nacional de Cinema (PNC). De modo a perceber em maior detalhe qual o seu papel na dinamização desta área, remete-se para a secção B do presente relatório informação mais detalhada sobre as mesmas.

A par dessas entidades, serão ainda incluídas informações sobre outras instituições públicas com as quais a ERC tem vindo a articular nesta área e às quais foram dirigidos pedidos de informação a respeito da sua intervenção.



Secção B
Medidas
organizativas

B. MEDIDAS ORGANIZATIVAS

Até à transposição da DSCSA não existia em Portugal nenhuma lei que imputasse explicitamente aos órgãos de comunicação social a obrigação de contribuir para a promoção e desenvolvimento das competências de Literacia Mediática²⁹. Do mesmo modo não existia nenhum diploma que explicitasse essa obrigação como atribuição do regulador da comunicação social. Pelo menos não utilizando esse conceito ou outro que lhe corresponda. Ainda assim, como veremos, isso não foi um entrave para que a ERC, quase desde a sua fundação, incluisse a LM na sua atividade.

Ainda que o foco da Diretiva em termos de LM seja fundamentalmente no papel que as entidades reguladoras e fornecedores de serviços de comunicação audiovisuais podem ter enquanto agentes dinamizadores e promotores de medidas que efetivamente ajudem a promover as competências dos cidadãos, é essencial que esses agentes estejam informados sobre a realidade existente no que diz respeito ao campo da LM. Relatórios como este são exercícios importantes para tomar consciência sobre quais os agentes, tipos de medidas, atividades que estão no terreno, e simultaneamente um recurso informativo para repensar estratégias, políticas e formas de articular, de modo potenciar as sinergias que esses agentes podem desenvolver.

²⁹ Ainda assim, isso não foi impedimento para que alguns decidissem entender a sua missão nesse sentido e iniciar projetos que se apresentam assumidamente sob o chapéu da LM. Na secção D serão elencados alguns dos mais paradigmáticos, que, mesmo continuando sem uma obrigação inscrita na lei chamam a si essa missão.

³⁰ Hiperligação para a Lei 53/2005, que cria a Entidade Reguladora para a Comunicação Social: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/53-2005-583192>.

Hiperligação para a tradução em inglês disponível no website da ERC: <https://www.erc.pt/documentos/legislacao/Englis>

Nesta secção, além de se abordar o modo como a ERC tem encarado a sua missão neste campo, após as novas atribuições que lhe foram confiadas a transposição da Diretiva (já explicitadas na secção A), mas também antes das mesmas, será ainda facultada informação, conforme indicação da CE, sobre **a principal estrutura de cooperação com a qual a ERC tem vindo a articular iniciativas de promoção e incentivo à LM há cerca de 14 anos: o Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM).**

Conforme avançado na secção anterior, também serão facultadas informações sobre a ação de algumas entidades públicas que, à semelhança da ERC, têm obrigações formais em relação à promoção e desenvolvimento da LM ou que as decidiram integrar em eixos das suas missões. Note-se que a maioria dessas entidades faz parte do GILM na qualidade de membro permanente.

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Website <https://www.erc.pt/pt/>

Criada pela Lei 53/2005³⁰, de 8 de novembro, a ERC- entidade responsável pela regulação do sector da comunicação social em Portugal- entrou em funções no dia 17 de fevereiro de 2006. Estão sujeitas à sua supervisão e intervenção todas as entidades³¹ que, sob jurisdição do Estado

[h/statutesofregulatoryauthorityforthemedia%20ercuk%20\(1\).pdf](https://www.erc.pt/pt/h/statutesofregulatoryauthorityforthemedia%20ercuk%20(1).pdf).

³¹ De acordo com os seus Estatutos, estão sujeitas à supervisão da ERC as seguintes entidades: a) As agências noticiosas; b) As pessoas singulares ou colectivas que editem publicações periódicas, independentemente do suporte de distribuição que utilizem; c) Os operadores de rádio e de televisão, relativamente aos serviços de programas que difundam ou aos conteúdos complementares que forneçam, sob sua responsabilidade editorial, por qualquer meio, incluindo por via electrónica; d) As pessoas singulares ou colectivas que disponibilizem ao público, através de redes de comunicações

Português, prossigam atividades de comunicação social.

Quanto à sua natureza jurídica, é uma entidade administrativa independente, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Define livremente a orientação das suas atividades, sem sujeição a quaisquer diretrizes ou orientações por parte do poder político, em estrito respeito pela Constituição da República Portuguesa e pela lei.

A sua ação é regida pelo disposto nos seus Estatutos e pelas disposições legais que lhe sejam especificamente aplicáveis, como acontece com as novas competências que lhe são imputadas pela LTSAP (Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido). Em termos de estrutura, é alicerçada em quatro órgãos, com competências claramente diferenciadas: Conselho Regulador, Direção Executiva, Conselho Consultivo e Fiscal Único.³²

Relação com o campo da LM

Conforme explicado na Secção A, a transposição da DSCSA para a legislação nacional (Lei n.º 74/2020) veio dotar o regulador dos media de competências específicas no domínio da Literacia Mediática. No entanto, a intervenção da ERC neste campo tem início, em 2009. Nesse ano, a convite do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade

electrónicas, serviços de programas de rádio ou de televisão, na medida em que lhes caiba decidir sobre a sua selecção e agregação; e) As pessoas singulares ou colectivas que disponibilizem regularmente ao público, através de redes de comunicações electrónicas, conteúdos submetidos a tratamento editorial e organizados como um todo coerente. A Lei n.º 74/2020 coloca também no âmbito da sua intervenção os fornecedores de serviços de PPV.

³² Conforme descrito no website da ERC, o Conselho Regulador é o principal rosto da entidade e afirma-se como o órgão responsável pela definição e implementação da atividade reguladora. A Direção Executiva é o órgão encarregue da direção dos serviços e da gestão administrativa e financeira. O Conselho Consultivo, composto por representantes de entidades públicas e privadas representativas de interesses relevantes no âmbito da comunicação social

do Minho (CECS/UM), grupo de investigação nacional com foco nesta matéria há várias décadas, concordou integrar um projeto colaborativo sobre LM com outras instituições igualmente interessadas: o **Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM), do qual se falará adiante**. A ERC é membro permanente e, desde a sua fundação, estabelece contactos regulares com os restantes membros e envolve-se ativamente nos grupos de trabalho internos do GILM.

Logo nesses primeiros anos, concretamente em 2011, a ERC toma duas medidas que, ainda hoje, servem de referência ao trabalho que realiza nesta área:

- Compromete-se com a **Declaração de Braga de Literacia dos Media**³³ (2011) – documento produzido na sequência do I Congresso Literacia, Media e Cidadania (realizado nos dias 25 e 26 de março, em Braga), onde se definem objetivos e propostas que visavam contribuir para uma nova etapa da educação para os media em Portugal; vistos a uma distância de mais de uma década, muitos permanecem atuais.
- Promove, financiando-o, a realização do já referido estudo **Educação para os Media em Portugal – Experiências, atores e contextos**³⁴.

e de setores com estes conexos, constitui o órgão de consulta e de participação na definição das linhas gerais de atuação da Entidade. O Fiscal Único assume-se como o órgão de controlo da legalidade e eficiência da gestão financeira e patrimonial e de consulta do Conselho Regulador nesse domínio.

³³ Hiperligação para o documento: [https://milobs.pt/wp-content/uploads/2011/06/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-](https://milobs.pt/wp-content/uploads/2011/06/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Braga.pdf#:~:text=Literacia%20dos%20media%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Braga%20Cerca%20de,Braga%2C%20no%20Congresso%20Nacional%20sobre%20Literacia%2CMedia%20e%20Cidadania)

[Braga.pdf#:~:text=Literacia%20dos%20media%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Braga%20Cerca%20de,Braga%2C%20no%20Congresso%20Nacional%20sobre%20Literacia%2CMedia%20e%20Cidadania](https://milobs.pt/wp-content/uploads/2011/06/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Braga.pdf#:~:text=Literacia%20dos%20media%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Braga%20Cerca%20de,Braga%2C%20no%20Congresso%20Nacional%20sobre%20Literacia%2CMedia%20e%20Cidadania).

³⁴ Disponível para consulta na seguinte hiperligação: <https://www.erc.pt/download.php?fd=8548&l=pt&key=08fe2894b389d4790aa0cfd013884d54>.

Nas suas recomendações finais, o estudo dirigia uma em particular à ERC:

«As responsabilidades que as entidades reguladoras de diferentes partes do mundo têm vindo a assumir no plano da Educação para os Media, é desejável que a ERC, dando seguimento à atenção que já demonstrou nesta matéria, prossiga na tomada de iniciativas, no quadro da sua esfera de competências e, em particular, de assegurar

o cumprimento das normas reguladoras das actividades de comunicação social e no que se refere à promoção de práticas de co-regulação e do incentivo à auto-regulação». (pág.157)

E é o que a ERC tem procurado fazer desde então. Em termos legais, antes da Diretiva, suportava a sua ação na área da LM em artigos dos seus Estatutos explicitados na tabela seguinte.

Tabela 10 - Estatutos da ERC - artigos que sustentam a ação da ERC em LM (antes da DSCSA)

Estatutos da ERC (Lei n.º53/2005)	
Alínea c) do artigo 7.º	Assegurar a protecção dos públicos mais sensíveis, tais como menores, relativamente a conteúdos e serviços susceptíveis de prejudicar o respectivo desenvolvimento, oferecidos ao público através das entidades que prosseguem actividades de comunicação social sujeitos à sua regulação;
Alínea ab) do ponto 3 do artigo 24.º	ab) Assegurar a realização de estudos e outras iniciativas de investigação e divulgação nas áreas da comunicação social e dos conteúdos, no âmbito da promoção do livre exercício da liberdade de expressão e de imprensa e da utilização crítica dos meios de comunicação social;

Essa atuação tem-se operacionalizado através do envolvimento em projetos e iniciativas, sobretudo a nível nacional, mas também internacional. **Na sua atividade regular a ERC promove ainda ações de sensibilização, dirigidas sobretudo ao público escolar e adulto.** A título de exemplo, em 2016, **estabeleceu um protocolo com a Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social**, através do qual levou um programa de LM baseado em temas incluídos na própria atividade regulatória (concebido e dinamizado pela ERC), a alunos do 3º ciclo de escolaridade e do secundário³⁵ integrados em territórios socialmente desfavorecidos.

No período de referência deste relatório, em termos de envolvimento nesta área:

- A nível nacional, destaca-se a sua participação no GILM e ações de sensibilização;
- Em contexto internacional, a participação em grupos de trabalho dedicados ao tema nas plataformas internacionais de reguladores,

nomeadamente na RIRM/MNRA- Rede de Reguladores do Audiovisual do Mediterrâneo, na EPRA - Plataforma Europeia de Entidades Reguladoras e na ERGA- Grupo de Reguladores Europeus dos Serviços de Media Audiovisuais.

- Ainda em cenário internacional, destaca-se a coordenação nacional do projeto [EduMediaTest – an interactive tool for evaluation and training](#), cofinanciado pela Comissão Europeia, no âmbito da iniciativa Media Literacy for All, com início em 2019, em parceria com seis países europeus. O projeto, com autoria e coordenação do [Consell de l'Audiovisual de Catalunya](#) (CAC), tem como objetivo o desenvolvimento de uma ferramenta digital formativa e de aferição do grau de literacia mediática de jovens com idades entre os 14 e os 18 anos. A tabela seguinte resume informação sobre cada uma das atividades/medidas de promoção da LM desenvolvidas pela ERC no período de referência (e algumas fora dele).

³⁵Nesta secção será sucintamente explicado os níveis de ensino existentes em Portugal.

Tabela 11 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela ERC – Caracterização geral

ERC									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA/ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Desinformação Democracia Regulação dos Media	Ação de sensibilização	Parlamento dos Jovens- Impacto da desinformação sobre a Democracia	n/d	2022 (10 dezembro)	1 dia	Público escolar	Nacional	Própria	Sim
Literacia para os Media Regulação dos Media	Ação de sensibilização	Parlamento dos Jovens- Sessão de esclarecimento sobre o papel da ERC	n/d	2022	1 dia	Público escolar	Nacional	Própria	Sim
Literacia para os Media Desigualdades Sociais Democracia Regulação dos Media	Webinar	VII FILM- Fórum Informal sobre Literacia Mediática- Literacia Mediática e Desigualdades	n/d	2021 (7 de maio)	1 dia	Público escolar	Nacional	Própria	Não
Literacia para os Media Regulação dos Media	Grupo de reflexão	RIRM- Grupo de Literacia para os Media- Prioridades e áreas de intervenção	https://www.rirm.org/en/accueil-2/	2021 (30 novembro)	1 dia	Outro	Internacional e Nacional	Própria	Sem informação disponível
Literacia para os Media Desinformação Democracia Regulação dos Media	Ação de sensibilização	Desinformação e notícias falsas online	n/d	2021 (17 janeiro, 4,6 e 7 maio))	1 dia	Público escolar	Nacional	Própria	Sim

ERC

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA/ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Regulação dos Media Recursos educativos	Publicação	ERGA- Grupo de Literacia para os Media- Media Literacy Report Recommendations for Key Principles, best practices and a Media Toolbox for Video-Sharing Platforms	https://erga-online.eu/	2021	12 meses	Outro	Internacional e Nacional	Própria	Sem informação disponível
Literacia para os Media Desinformação	Ação de sensibilização	Sete dias com os Media 2020- "Desinformação, Fake News e segurança online"	n/d	2020 (3 a 9 de maio)	1 dia	Público escolar	Nacional	Própria	Sim
Literacia para os Media Literacia para a Informação Regulação dos Media	Ação de sensibilização	Sete dias com os media 2020- "O que significam aqueles sinais no canto do ecrã do televisor?" (atividade ERC)	n/d	2020 (3 a 9 de maio)	1 dia	Público escolar	Nacional	Própria	Sim
Literacia para os Media Regulação dos Media Desinformação	Grupo de reflexão	ERGA- Grupo de Literacia para os Media- Medidas nacionais para o combate à desinformação relacionada com a pandemia Covid19	https://erga-online.eu/	2020	12 meses	Outro	Internacional e Nacional	Própria	Sim
Literacia para os Media Literacia Digital Regulação dos Media	Webinar	VI FILM- Fórum Informal sobre Literacia Mediática- "O digital numa pedagogia ativa e autonomizadora"	n/d	2020 (8 de outubro)	1 dia	Público escolar	Nacional	Própria	Não

ERC

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA/ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Recursos educativos	Agregador de recursos didáticos online sobre literacia mediática	LEME- Literacia e Educação para os Media em Linha	https://leme.gov.pt/	2020-2021	Sem duração definida	Público escolar	Nacional	Própria	Não
Literacia para os Media Desinformação	Ação de sensibilização	Desinformação e narrativas falsas online	n/d	2020 (9,10,15 e 17 dezembro)	1 dia	Público escolar	Nacional	Própria	Sim
Referencial	Grupo de reflexão	Revisão do Referencial de Educação para os media	n/d	2020-2021	12 meses	Público escolar	Nacional	n/a	Não
Literacia para os Media Competências Literacia	Grupo de reflexão	EduMediatest	https://edumediatest.eu/	2020-2021	12 meses	Público escolar	Internacional e Nacional	Comissão Europeia	Sim
Literacia para os Media Regulação dos Media	Grupo de reflexão	RIRM- Grupo de Literacia para os Media- Questionário sobre estado de Literacia Mediática na Região do Mediterrâneo	https://www.rirm.org/en/accueil-2/	2019-2020	12 meses	Outro	Internacional e Nacional	Própria	Sim

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

Estrutura de cooperação sobre LM que a ERC integra:

Grupo Informal sobre Literacia Mediática

(GILM)

Website www.gilm.pt

Nascido em junho de 2009, a partir da conjugação da vontade e interesse de cinco entidades públicas – o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS), o Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, o Conselho Nacional de Educação (CNEDU) e a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) - o Grupo Informal sobre Literacia Mediática iniciou formalmente a sua atividade numa reunião dos responsáveis máximos dessas entidades, realizada em Lisboa, a 30 de julho desse ano. **O objetivo inicial desse grupo de trabalho era conjugar esforços para a inscrição da literacia mediática na agenda pública nacional, a possibilidade de criação de sinergias e do potenciar da partilha e conhecimento do trabalho dos diferentes agentes e os benefícios que se podem tirar do trabalho em colaboração.**

Conforme contextualiza Manuel Pinto (perito português em educação para os media e literacia mediática), «um aspeto que pode ser associado ao surgimento do GILM prende-se com Directiva 2007/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2007, relativa ao exercício de atividades de radiodifusão televisiva e outra produção normativa da UE e de outras organizações internacionais. Aí se estabelece que, a partir de dezembro de 2011 e, daí em diante, de três em três anos, a Comissão deve apresentar ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu um relatório sobre a aplicação da diretiva em todos os Estados-Membros, nomeadamente sobre os “níveis de educação para os media” (Artigo 26º). A iniciativa de reunir entidades envolvidas na educação para os media, nomeadamente

aquelas a quem caberia quer a verificação do cumprimento da diretiva quer a elaboração do relatório nela previsto seria uma forma de (e uma oportunidade para) dar um passo em frente face àquilo que já se fazia em Portugal.»

Com quase catorze anos de existência, o GILM tem mantido a sua atividade de forma ininterrupta, com reuniões realizadas pelo menos uma vez por mês, destinadas à troca e partilha de informação entre os seus membros, à definição de estratégias e caminhos a seguir, bem como ao planeamento de iniciativas especificamente destinadas a concretizar esse propósito de fazer sobressair na agenda pública a relevância da literacia mediática, nas múltiplas vertentes e conceitos que a mesma possa sobressair.

Natureza e modo de funcionamento

Conforme descreve Manuel Pinto «não existe qualquer diretriz de natureza política, que defina metas gerais, modalidades ou ritmos de ação gerais e comuns a não ser aquilo que o próprio GILM decide consensualmente. O Grupo é autónomo e cada um dos seus parceiros também é. Mas é verdade que as entidades que têm algum papel, direto ou indireto, na *policy making* são parceiras do GILM». **Apesar de ser uma associação informal, sem existência jurídica, o grupo tem regras de funcionamento próprias (introduzidas e/ou alteradas por ação conjunta) e em que cada uma das entidades participantes é assumida como membro permanente, o que lhe confere o direito de participar em todas as decisões e iniciativas, de apresentar propostas, sem que haja entre elas qualquer hierarquia.** Todas têm o mesmo peso nas votações, com o pressuposto de que as mesmas desejavelmente devem ser tomadas por unanimidade e/ou por maioria, nesse caso sem que nenhum dos parceiros apresente uma clara oposição. Quando essa oposição

manifesta existe por parte de pelo menos um dos parceiros, a proposta não tem seguimento.

Em termos de representação têm a liberdade de se fazer representar pelos representantes máximos da sua instituição e/ou por técnicos das próprias instituições que sejam nomeados para esse efeito, ficando também ao critério de cada instituição parceira o número de pessoas que indica para participar no grupo.

Composição atual

À data do presente relatório o GILM integra como membros permanentes catorze entidades públicas:

- [Agência LUSA](#)
- [Centro Nacional de Cibersegurança \(CNCS\)](#)
- [Comissão Nacional da UNESCO \(CNU\)](#)
- [Conselho Nacional de Educação \(CNE\)](#)
- [Direção-Geral da Educação \(DGE\)](#)
- [Entidade Reguladora para a Comunicação Social \(ERC\)](#)
- [Escola Superior de Comunicação Social \(ESCS-IPL\)](#)
- [Fundação para a Ciência e a Tecnologia \(FCT\)](#)
- [Instituto do Cinema e do Audiovisual \(ICA\)](#)
- [Observatório da Comunicação \(OberCom\)](#)
- [Plano Nacional de Leitura 2027 \(PNL 2027\)](#)
- [Rádio e Televisão de Portugal \(RTP\)](#)
- [Rede de Bibliotecas Escolares \(RBE\)](#)
- [Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros \(SGPCM\)](#)

Conta ainda com a participação de Vítor Tomé, na qualidade de perito na área.

Financiamento

Para financiar as atividades que promove, o GILM tem utilizado sobretudo duas vias: apoios de membros permanentes que

tenham disponibilidade financeira para tal; recurso a parcerias e apoios externos. De salientar que o investimento que os seus membros fazem em termos de recursos (materiais, humanos) não é formalmente contabilizado como financiamento, mas representa uma parte substantiva do investimento.

Medidas/atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM

No que respeita a iniciativas destacam-se:

- O **Congresso Literacia, Media e Cidadania** (realizados desde 2011, conta com 6 edições; pretende ser um espaço de debate a nível nacional e internacional sobre diferentes temáticas de LM) - <https://congressolmc.gilm.pt/>
- A **operação 7 Dias com os Media** (conta com 11 edições, apresenta-se como a semana portuguesa dedicada à promoção da literacia mediática)- <https://7diascomosmedia.gilm.pt/>
- Os **FILM (Fóruns Informais sobre Literacia Mediática, espaços de debate sobre temáticas específicas abertos à participação)**

Além das atividades de promoção da literacia mediática, no período em análise o GILM também tomou algumas medidas relativamente à sua estratégia e plano de atividades:

- Decidiu propor a **apresentação do seu projeto ao Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media do XXII Governo Constitucional** – daí viria a resultar a ideia de participação no já referido LEME;
- Decidiu propor o alargamento da participação de outros agentes no modo como o GILM gere a sua ação, através da criação de **um Conselho Consultivo**;
- Iniciar a programação do **VI Congresso Literacia, Media e Cidadania, que seria centrado na**

temática “Transição digital e políticas públicas”.

Durante o período em destaque neste relatório, o Congresso Literacia, Media e Cidadania foi a única iniciativa que não teve qualquer edição, devido aos constrangimentos causados pela pandemia de Covid-19 no que respeita a realização de eventos presenciais, a modalidade que o Grupo considera ir mais ao encontro da natureza dessa iniciativa. **Entre setembro de 2020 e novembro de 2022 o GILM promoveu as iniciativas descritas na tabela 12.**

Conforme é possível constatar o GILM promoveu atividades que tiveram sobretudo como objetivo estimular o debate e a reflexão do público em geral em atividades que relacionam a literacia mediática com diferentes fenómenos evidenciados pela prevalência dos meios digitais no contexto da pandemia de Covid-19 (sobretudo em 2020 e 2021): as condições de acesso ao digital (nomeadamente em meio escolar), as desigualdades que se evidenciam nesse acesso; as competências para utilização das ferramentas digitais, a capacidade de compreensão e interpretação dos conteúdos e do próprio funcionamento das múltiplas plataformas que se impuseram nesse contexto, ao questionamento em torno da capacidade de criação/ produção e de participação nesses ambientes. Além do foco no digital, também a desinformação *online* continuou a ser uma temática abordada nas atividades do GILM, em 2020 e 2021 relacionado sobretudo com a desinformação relacionadas com a covid-19, em 2022 relacionado com o contexto do conflito armado Rússia – Ucrânia.

Tabela 12 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pelo GILM – Caracterização geral

GILM									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Transformação Digital	Webinar	V FILM- O digital numa pedagogia ativa e autonomizadora	Não disponível	08 de outubro de 2020	1 dia	Público em geral	Nacional	Público	n/d
Literacia para os Media Educação Formal	Webinar	VI FILM- Literacia Mediática na Biblioteca Escolar	https://www.facebook.com/MILObs.uminho/videos/252136839654209	28 de janeiro de 2021	1 dia	Público em geral	Nacional	Público	n/d
Literacia para os Media Desigualdades	Webinar	VII FILM- Literacia Mediática e Desigualdades	https://www.youtube.com/watch?v=yPoXKmO-dU	7 de maio de 2021	1 dia	Público em geral	Nacional	Público	n/d
Literacia para os Media Liberdade dos Media	Webinar	VIII FILM- Liberdade dos Media: Vítima de Guerra	Webinar “A liberdade dos media: vítima da guerra?” - YouTube	17 de março de 2022	1 dia	Público em geral	Nacional e Internacional	Público	n/d
Literacia para os Media Recursos educativos Ações de sensibilização	Ação de sensibilização	7 dias com os Media 2020- Sem sair de casa *	www.7diascomosmedia.gilm.pt	3 a 9 de maio de 2020	1 semana	Público em geral	Nacional (possibilidade de participação internacional)	Público; Privado	n/d
Literacia para os Media Recursos educativos Ações de sensibilização	Ação de sensibilização	7 dias com os Media 2021	www.7diascomosmedia.gilm.pt	3 a 9 de maio de 2021	1 semana	Público em geral	Nacional (possibilidade de participação internacional)	Público + Privado	n/d

GILM

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Recursos educativos Ações de sensibilização	Ação de sensibilização	7 dias com os Media 2022	www.7diascomosmedia.gilm.pt	3 a 9 de maio de 2022	1 semana	Público em geral	Nacional (possibilidade de participação internacional)	Público + Privado	n/d

Fonte: Dados organizados pela ERC.

Em seguida, conforme já referido, facultase informação sobre a intervenção de alguns organismos públicos que integram, por atribuição formal ou por inclusão na sua missão, a LM como uma das suas áreas de intervenção.

Como entre esses agentes estão várias entidades com intervenção no campo da educação, em jeito de contextualização, sistematiza-se brevemente informação sobre o modo como a LM surge enquadrada nos currículos escolares.

Breve contextualização: A integração da LM no currículo escolar

Escolaridade obrigatória

Em Portugal a escolaridade obrigatória organiza-se de acordo com o disposto na tabela 13. Ou seja, organiza-se em três níveis de ensino educação: **pré-escolar, ensino básico e ensino secundário**. Por sua vez, o ensino básico subdivide-se em três ciclos: 1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo. Para cada um desses níveis e ciclos de ensino indicam-se os anos de escolaridade que lhe correspondem e a idade em que é esperado que os alunos os frequentem.

Tabela 13 – Sistema educativo em Portugal – Escolaridade obrigatória (por níveis e ciclos de ensino, anos de escolaridade e idade dos alunos esperada para a frequência desses níveis e ciclos de ensino)

Sistema educativo em Portugal – escolaridade obrigatória		
Níveis e ciclos de ensino (no caso do ensino básico)	Anos de escolaridade	Idade esperada de frequência
Educação Pré-escolar		3 aos 6 anos de idade
Ensino básico 1.º Ciclo	1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano	6 aos 10 anos de idade
2.º Ciclo	5º ano, 6º ano	10 aos 12 anos de idade
3.º Ciclo	7º ano, 8º ano, 9º ano	12 aos 15 anos de idade
Ensino Secundário	10º ano, 11º ano, 12.º anos	15 aos 18 anos de idade

O quadro geral do sistema educativo português encontra-se estabelecido pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86 de 24 de julho de 1986)³⁶.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)³⁷

Hiperligação para o documento em inglês

<https://cidadania.dge.mec.pt/sites/default/files/pdfs/national-strategy-citizenship-education.pdf>

A **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania** é o documento de referência do sistema educativo nacional que tem como

principal intuito nortear a implementação da educação para a cidadania no currículo de escolaridade obrigatória (para cada nível de

³⁶ Disponível para consulta em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>.

³⁷ A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania encontra-se disponível online: http://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf.

educação e ensino) das escolas do ensino público e privado, de modo a proporcionar aos alunos um conjunto de competências e conhecimentos em matéria de cidadania e de respeito pelos direitos humanos.

É precisamente no âmbito da ENEC que surge enquadrada a LM (educação para os media) e onde se define o modo como surge integrada no percurso curricular.

Importa notar que a educação para os media não surge nos currículos dos alunos de uma forma autónoma. É um dos **17 domínios** que a ENEC define como estruturantes da

abordagem curricular da Educação para a Cidadania. Conforme define a ENEC, «a abordagem a estes domínios deverá privilegiar o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do [Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória](#) (2017)³⁸(...)», outro dos documentos estruturantes do sistema de ensino (ver fig.3). Segundo a ENEC todos os domínios a trabalhar na Cidadania e Desenvolvimento devem ser vistos como intercomunicantes, tendo na base uma visão holística da pessoa.

³⁸ Hiperligação para o documento Perfil dos Alunos à Saída da escolaridade Obrigatória: https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf. Conforme explicitado na sua introdução, este pretende ser «o documento de referência para a organização de todo o sistema educativo, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular. (...) Constitui, assim, a matriz para decisões a adotar por gestores e atores educativos ao nível dos organismos responsáveis pelas políticas educativas e dos estabelecimentos de ensino.». É afirmado que o

documento assume uma natureza transversal sendo que essa transversalidade «assenta no pressuposto de que cada área curricular contribui para o desenvolvimento de todas as áreas de competências consideradas no Perfil dos Alunos, não havendo lugar a uma indexação estrita de cada uma delas a componentes e áreas curriculares específicas. A abrangência e a transversalidade concorrem para a natureza recursiva deste documento, que consiste na possibilidade de, em cada ano de escolaridade, estar continuamente convocado o seu conteúdo e as suas finalidades».

Fig. 3 Imagem do esquema concetual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória



Fonte: Reprodução do esquema de acordo com a versão disponibilizada na página 8 da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC).

Os 17 domínios da ENEC não têm todos o mesmo grau de obrigatoriedade. A tabela 14 resume e permite distinguir os três grupos em que esta organiza e diferencia esses domínios em termos de expressão curricular.

Tabela 14 - Organização dos domínios da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento definidos pela Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania - Posicionamento do domínio dos Media

Cidadania e Desenvolvimento		
1.º Grupo	2.º Grupo	3.º Grupo
– Direitos Humanos	– Sexualidade	– Empreendedorismo
– Igualdade de Género	– Media	– Mundo do Trabalho
– Interculturalidade	– Instituições e participação democrática	– Risco Segurança, Defesa e Paz
– Desenvolvimento Sustentável	– Literacia financeira	– Bem-estar animal
– Educação Ambiental	– Educação para o consumo	– Voluntariado
– Saúde	– Segurança rodoviária	– Outros domínios, definidos de acordo com as necessidades diagnosticadas pela escola
Obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (por serem considerados áreas transversais e longitudinais)	Obrigatório em pelo menos em dois ciclos do ensino básico	Com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade

Conforme sobressai da leitura da tabela 15, o domínio dos Media não é obrigatório em todos os níveis e ciclos de escolaridade, mas sim em pelo menos dois ciclos do ensino básico.

Segundo a ENEC, a abordagem curricular da área de Cidadania e Desenvolvimento faz-se a dois níveis: ao nível da turma e ao nível da escola. A tabela seguinte resume o modo como essa abordagem ao nível da turma se concretiza para os diferentes níveis e ciclos de ensino.

Tabela 15 - Formas de Integração da área de Educação para a Cidadania em termos curriculares

Níveis e ciclos de ensino (no caso do ensino básico)	Integração da Educação para a Cidadania no currículo
Educação Pré-escolar	Integrada transversalmente no currículo
Ensino básico 1.º Ciclo	Integrada transversalmente no currículo
2.º Ciclo	Constitui-se como disciplina autónoma – Cidadania e Desenvolvimento
3.º Ciclo	Constitui-se como disciplina autónoma – Cidadania e Desenvolvimento
Ensino Secundário	Desenvolve-se com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação

Cada Escola desenvolve a partir da ENEC a sua própria Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola, a qual deve contemplar projetos «a ser desenvolvidos preferencialmente em parceria com entidades da comunidade, podendo mesmo alargar-se a outras escolas (...), numa perspetiva de trabalho em rede». Significa isso que a «escola, no âmbito da sua autonomia, é responsável pela

monitorização e avaliação da sua Estratégia de Educação para a Cidadania, definindo a metodologia a aplicar e os indicadores de impacto nomeadamente na cultura escolar, na governança escolar, na relação com a comunidade».

Do exposto, sobressai que em Portugal a educação para os media não é uma disciplina autónoma do currículo. É sim um domínio da componente curricular de

educação para a cidadania e desenvolvimento, sendo que não é obrigatória em todos os níveis e ciclos de ensino. Apenas tem carácter obrigatório em pelo menos dois ciclos do ensino básico, em que os alunos que os frequentam têm idades esperadas que vão dos 6 aos 15 anos. O mesmo é dizer que nos níveis extremos da escolaridade obrigatória – educação pré-escolar e ensino secundário - não há obrigatoriedade de inclusão de educação para os media no currículo.

Referencial de Educação para os Media

Hiperligação para o documento em inglês

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Referenciais/media_education_guidance_dge_pt.pdf

Ainda assim, conforme se verá em seguida, o documento que serve de referência ao modo de abordar a educação para os media na escola, o qual data de 2014 (ou seja, é prévio à própria ENEC) sistematiza formas concretas de abordar a educação para os media para os diferentes níveis e ciclos de ensino da escolaridade obrigatória.

De modo a contribuir para concretização e operacionalização dos 17 domínios que compõem a Educação para a Cidadania, a Direção Geral de Educação (DGE), em colaboração com diversas entidades parceiras públicas e da sociedade civil, tem vindo a disponibilizar documentos de referência, os designados referenciais. O objetivo é que esses documentos sirvam de apoio ao trabalho a desenvolver pelas escolas que, no âmbito da sua autonomia, os utilizam e adaptam em função das opções tomadas, enquadrando as práticas a desenvolver.

A 29 de abril de 2014 foi aprovado e tornado público o [Referencial de Educação para os Media](#)³⁹ para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário.

O documento em vigor desde então norteia precisamente o modo como se recomenda que o ensino do **domínio dos media** seja operacionalizado.

O referencial apresenta uma estrutura bastante abrangente em termos de matérias passíveis de serem abordadas, propondo **12 temas gerais que podem ser explorados**: 1. Comunicar e informar; 2. Compreender o mundo atual; 3. Tipos de Media; 4. As TIC e os ecrãs; 5. As redes digitais; 6.

Fig. 4 Imagem da capa o Referencial de Educação para os Media (2014) – Versão portuguesa



³⁹ A versão portuguesa do Referencial de Educação para os Media encontra-se disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/referencial_educacao_media_2014.pdf

Entretenimento e espetáculo; 7. Publicidade e marcas; 8. Produção e indústria/ profissionais e empresas; 9. Os Media como construção social; 10. Audiências, públicos e consumos; 11. Liberdade e ética, direitos e deveres; 12. Nós e os Media. A tabela 16 sintetiza as aprendizagens esperadas em relação a cada um desses temas.

Tabela 16 - Temas estruturantes do Referencial de Educação para os Media (2014) e das aprendizagens esperadas

TEMAS	Resultados de aprendizagem
1. Comunicar e informar	Os alunos compreendem a importância da comunicação e distinguem diferentes formas de comunicar. Compreendem como é que a informação é vista e valorizada na e pela sociedade.
2. Compreender o mundo atual	Os alunos conhecem o que se passa no mundo e interessam-se pelos assuntos da atualidade, do mundo mais próximo ao mais distante. Distinguem o espaço de comunicação pública do espaço privado. Compreendem o fenómeno da globalização.
3. Tipos de Media	Os alunos identificam diferentes tipos de <i>media</i> , caracterizam as suas principais funções e conhecem as suas linguagens específicas. Demonstram capacidade para analisar e interpretar criticamente os <i>media</i> , os seus conteúdos e mensagens.
4. As TIC e os ecrãs	Os alunos compreendem os diferentes usos das TIC em contextos distintos e para diferentes propósitos. São capazes de explorar o potencial das TIC para pesquisar e aprender.
5. As redes digitais	Os alunos identificam diferentes redes sociais e tomam consciência dos seus diferentes usos e do seu impacto na vida e no relacionamento das pessoas.
6. Entretenimento e espetáculo	Os alunos compreendem a importância do entretenimento e do espetáculo na vida das pessoas e exploram o seu lugar nos diferentes <i>media</i> . Tomam consciência da indústria que envolve o entretenimento e exploram alguns dos seus produtos. Compreendem o fenómeno dos fãs.
7. Publicidade e marcas	Os alunos compreendem os objetivos e as funções da publicidade e são capazes de identificar e de analisar criticamente a diversidade de técnicas usadas.
8. Produção e indústria/profissionais e empresas	Os alunos tomam consciência de que os <i>media</i> são produzidos em determinados contextos sociais, culturais e económicos. Os alunos compreendem como as questões da propriedade e da concentração dos <i>media</i> se relacionam com os princípios da democracia e da liberdade de expressão. Exploram o conceito de liberdade editorial e a sua importância para garantir a independência dos meios (em relação a quem detém a propriedade e a atores oficiais ou não oficiais). Os alunos tomam conhecimento da existência dos Estatutos Editoriais de diferentes <i>media</i> .
9. Audiências, públicos e consumos	Os alunos descobrem como é que as pessoas usam os <i>media</i> nas suas vidas e identificam a diversidade de usos e de funções dos <i>media</i> . São capazes de refletir sobre as suas próprias práticas mediáticas e de fazer uma leitura crítica das mesmas. Reconhecem a importância dos contextos (social, familiar) na receção e interpretação das mensagens/textos.
10. Liberdade e ética, direitos e deveres	Os alunos compreendem que um cidadão mais informado está mais preparado para tomar decisões e para participar numa sociedade democrática. Os alunos compreendem a liberdade de expressão como um direito humano fundamental, essencial para o pensamento crítico. Os alunos identificam casos em que há restrições à liberdade de expressão.
11. Os <i>media</i> como construção social	Os alunos exploram representações, presenças e silêncios nos <i>media</i> em geral. São capazes de identificar estereótipos veiculados pelos <i>media</i> . Identificam preconceitos e estratégias de manipulação. Compreendem que o processo de edição dá ao texto/mensagem um determinado significado.
12. Nós e os <i>Media</i>	Os alunos são encorajados a produzir conteúdos, envolvendo-se num processo de explorar, planear e fazer. Os alunos usam diferentes tipos de meios para expressar as suas ideias, vozes e opiniões através de um processo criativo. Produzem diferentes mensagens que apresentem diversas perspetivas e representações. Usam os <i>media</i> como plataformas para a expressão da sua cidadania. Identificam os diferentes canais e plataformas que os <i>media</i> disponibilizam para o público interagir e participar e avaliam-nos criticamente.

Fonte: Referencial de Educação para os Media (2014), página 15

Numa visão mais detalhada, aos 12 temas gerais, o referencial associa subtemas, objetivos gerais de aprendizagem e objetivos específicos. Os mesmos são ainda organizados tendo por base a descrição detalhada dos descritores de desempenho associados a cada nível e ciclo de ensino. As tabelas 17 e 18 exemplificam o modo como essa informação é disponibilizada no referencial para o caso do tema 1 “Comunicar e informar”.

Tabela 17 – Exemplo de organização do REM em termos de correspondência entre temas, subtemas, objetivos gerais e objetivos específicos (exemplo para o tema 1 dos 12)

TEMAS	SUBTEMAS	OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
I. Comunicar e informar	<ul style="list-style-type: none"> - Situações de comunicação - Problemas de comunicação - História da comunicação - Comunicar e informar - Meios de informação 	Compreender os fenômenos da Comunicação e Informação, a sua história, meios e problemáticas.	<ul style="list-style-type: none"> - Entender o que é comunicar - Conhecer a natureza da comunicação - Conhecer as regras da comunicação humana - Definir o conceito de informação - Perceber o que são fontes de informação - Perceber a seleção e hierarquização da informação - Perceber como circula a informação - Saber que há informação verdadeira e informação falsa ou distorcida e saber como podem ser distinguidas - Saber que a informação é quantificável

Fonte: Referencial de Educação para os Media, página 12

Tabela 18 – Exemplo de organização do REM em termos de descritores de desempenho por níveis e ciclos de ensino para cada tema/conjunto de subtemas (tema 1 de 12)

graduação e doutoramentos. De notar que o mais comum é que a LM seja abordada enquanto temática unidades curriculares dessas formações, em alguns casos de forma obrigatória, em outros de forma opcional.

TEMA 1: COMUNICAR E INFORMAR				
SUBTEMAS				
Situções de comunicação Problemas de comunicação História da comunicação Comunicar e informar Meios de informação				
DESCRITORES DE DESEMPENHO				
PRÉ-ESCOLAR	1.º CICLO	2.º CICLO	3.º CICLO	SECUNDÁRIO
<ul style="list-style-type: none"> - Aprender a expressar ideias e sentimentos, a escutar os outros e a sentir empatia; - Sentir-se livre para expressar a sua opinião e ouvir a do outro; - Aprender que a comunicação implica saber escutar o outro; - Compreender o que pode perturbar o processo de comunicação; - Aprender a comunicar uma ideia, um acontecimento, uma opinião. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender o valor e a importância de comunicar; - Tomar consciência do papel da comunicação na vida quotidiana e identificar formas de comunicação; - Aprender a expressar ideias e sentimentos, a escutar os outros e a sentir empatia; - Refletir sobre o modo de comunicar com os outros e aprender que a comunicação implica saber escutar o outro; - Aprender a comunicar uma ideia, um acontecimento, uma opinião; 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar a comunicação como processo pessoal e social; - Conhecer a raiz etimológica da palavra "comunicação" e vocábulos da mesma família (a partir da consulta de um dicionário); - Inventariar formas de comunicação em diferentes situações sociais; - Reconhecer linguagens e códigos de comunicação; - Aproximar e distinguir comunicação animal e humana (procurar, ver e analisar vídeos em comum); - Aprender a expressar ideias e sentimentos, a escutar os outros e a sentir empatia; - Desenvolver a capacidade de comunicar uma ideia, um acontecimento, uma opinião; 	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir o papel e a importância da comunicação e da informação no dia a dia; - Aprender a expressar ideias e sentimentos, a escutar os outros e a sentir empatia; - Desenvolver a capacidade de comunicar uma ideia, um acontecimento, uma opinião; - Desenvolver a capacidade de debater ideias, de defender pontos de vista e de argumentar; - Aprender a distinguir textos informativos, opinativos e publicitários; - Aprender a redigir textos com propósito informativo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Discutir o papel e a importância da comunicação e da informação no dia a dia; - Aprender a lidar com o excesso de informação e a suprir a sua carência; - Aprender processos aprofundados de pesquisa e de validação de informação na Internet; - Aprender a distinguir "boa" de "má" informação; - Compreender o percurso da informação ontem e hoje (das agências de informação ao despacho e ao artigo do cidadão-reporter); - Conhecer aspetos de algumas teorias dos media (<i>agenda setting</i>, <i>espiral do silêncio</i>) e de textos de alguns autores mais relevantes para a formação de um espírito crítico;

Fonte: Referencial de Educação para os media (2014), página 16

Ensino Superior

No que respeita a inclusão da LM no currículo escolar do ensino superior, a informação possível de reunir neste primeiro relatório, permite afirmar que existe oferta educativa em instituições localizadas em diferentes pontos do país, mais frequentemente ligada a cursos da área das Ciências da Comunicação, Educação e Sociologia. Essa oferta ocorre ao nível dos diferentes graus do ensino superior: licenciatura, mestrado, pós-

Direção-Geral da Educação (DGE)



A Direção-Geral da Educação é um serviço central da administração direta do Estado português (sob a tutela do Ministério da Educação), dotado de autonomia administrativa, que integra na sua missão uma complexidade de atribuições, entre as quais a promoção e desenvolvimento de iniciativas e atividades destinadas promover o desenvolvimento da literacia mediática através da educação para os media.

A intervenção da DGE tem como base o conceito de **educação para os media** o qual está diretamente ligado à educação para a cidadania. No modo como se encontra definida na *website* da DGE⁴⁰, a educação para os media «pretende incentivar os

alunos a utilizar e decifrar os meios de comunicação social, nomeadamente o acesso e utilização das tecnologias de informação e comunicação, visando a adoção de comportamentos e atitudes adequados a uma utilização crítica e segura da Internet e das redes sociais».

Para corresponder ao seu complexo e amplo conjunto de atribuições⁴¹, a DGE⁴² comporta cinco unidades orgânicas nucleares, três delas compostas por unidades orgânicas flexíveis⁴³.

O trabalho da DGE na área da educação para os media é maioritariamente concretizado pela sua Direção de Serviços de Projetos Educativos (DSPE), mas também pela Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas (ERTE). A última tem como principais objetivos a sensibilização e promoção da educação digital no percurso educativo do aluno. Por sua vez, a DSPE é responsável pela dinamização de iniciativas que procuram corresponder ao definido na já referida

⁴⁰ Hiperligação para a página do website da DGE onde se fala da educação para os media: <https://www.dge.mec.pt/educacao-para-os-media>.

⁴¹ Importa ter presente a missão e a orgânica global da DGE para melhor contextualizar a educação para os media. O n.º1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 14/2012 de 20 de janeiro, documento que aprova a estrutura orgânica da DGE, esclarece quais as diferentes vertentes que este serviço central tem por missão: «assegurar a concretização das políticas relativas à componente pedagógica e didática da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, prestando apoio técnico à sua formulação e acompanhando e avaliando a sua concretização, coordenar a planificação das diversas provas e exames, conceber, organizar e executar as medidas de prevenção do risco, segurança e controlo da violência nas escolas».

⁴² Em termos de orgânica, a DGE é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por dois subdiretores gerais. Conforme esclarece o artigo 5.º do referido Decreto-Lei, «a DGE obedece ao modelo estrutural misto: a) Nas áreas de atividade relacionadas com a prossecução das atribuições nos domínios da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário, da educação especial e apoios sócio-educativos, de desenvolvimento curricular, equipamentos educativos, material didático e de administração

geral, é adotado o modelo de estrutura hierarquizada; b) Nas áreas de atividades relacionadas com os recursos e tecnologias educativas, de projetos educativos ou outros projetos transversais relacionados com a missão e atribuições da DGE, é adotado o modelo de estrutura matricial.»

⁴³ As cinco unidades orgânicas da DGE são: 1. DSJNE – Direção de Serviços do Júri Nacional de Exames. 2.

DSDC – Direção de Serviços de Desenvolvimento Curricular (composto por três unidades orgânicas flexíveis- DES – Divisão de Ensino Secundário; DEPEB – Divisão de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico; DRE – Divisão de Recursos Educativos); 3. DSEEAS – Direção de Serviços de Educação Especial e Apoios Socioeducativos; 4. DSPE – Direção de Serviços de Projetos Educativos – integra a unidade orgânica flexível Divisão do Desporto Escolar; 5. DSPAG – Direção de Serviços de Planeamento e Administração Geral – composta por três unidades orgânicas flexíveis (DGOP – Divisão de Gestão Orçamental e Patrimonial; DRHAJ – Divisão de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos; DSIIT – Divisão de Sistemas de Informação e Infraestruturas Tecnológicas). Além dessas direções de serviços e das respetivas unidades orgânicas flexíveis, a DGE também integra três equipas multidisciplinares: ERTE- Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas; EGAP - Equipa de Gestão e Acompanhamento de Projetos; EAMDC- Equipa de Acompanhamento e Monitorização de Desenvolvimento Curricular).

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC).

De notar que em 2020 foi iniciado um processo de revisão do REM que ainda não se encontra finalizado. Esse processo tem como principal objetivo uma revisão geral dos temas e subtemas propostos, de modo a melhor atualizá-las considerando as rápidas e profundas alterações entretanto ocorridas no panorama comunicacional (recorde-se que o referencial remonta a 2014) e a adaptação da estrutura do próprio referencial de modo a melhor corresponder àquela que foi seguida pelos referenciais de outros domínios mais recentes⁴⁴.

A tabela 19 sumariza as principais medidas e atividades da DGE em matéria de LM.

O processo de revisão do REM 2014 foi desencadeado pela DGE e envolveu a sua equipa de autores, bem como a consulta e cooperação de um grupo de trabalho coordenado pela DGE e composto por um conjunto de representantes de diferentes instituições e peritos com interesse e trabalho na área da literacia mediática. Até à data do presente relatório o processo não se encontra finalizado.

⁴⁴ Os diferentes referenciais podem ser consultados em: <https://cidadania.dge.mec.pt/documentos-referencia>. Alguns estão disponíveis em inglês.

Tabela 19 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela DGE – Caracterização geral

DGE								
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO DA ATIVIDADE	ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ATIVIDADE	AValiação DE IMPACTO DA ATIVIDADE
Literacia para os Media Desinformação	Webinar	Literacia de informação no combate à desinformação: um referencial transversal	https://cidadania.dge.mec.pt/medi-a/noticias-e-eventos/webinar-literacia-de-informacao-no-combate-desinformacao-um-referencial	23/05/2023	60 min	Público escolar	Nacional	Sem informação
Referencial Literacia para os Media Rádio	Recursos online	Fazer um Plano de Produção de Rádio, é um filme de ficção!	https://cidadania.dge.mec.pt/medi-a/noticias-e-eventos/masterclass-fazer-um-plano-de-producao-de-radio-e-um-filme-de-ficcao	11/05/2023	45min	Público escolar	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Ação de formação	2.º Encontro Nacional de Jovens Jornalistas	https://cidadania.dge.mec.pt/medi-a/noticias-e-eventos/2o-encontro-nacional-de-jovens-jornalistas	03/05/2023	2 dias	Público escolar	Nacional	Sem informação
Referencial Literacia para os Media Rádio	Recursos online	A escrever é que nós nos entendemos!	https://cidadania.dge.mec.pt/medi-a/noticias-e-eventos/masterclass-escrever-e-que-nos-nos-entendemos	27/04/2023	45min	Público escolar	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Rádio	Recursos online	O mundo dos sons	https://cidadania.dge.mec.pt/medi-a/noticias-e-eventos/masterclass-o-mundo-dos-sons	23/03/2023	45min	Público escolar	Nacional	Sem informação
Referencial Literacia para os Media	Recursos online	A utilização de conteúdos do RTP Ensina na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento	https://www.youtube.com/watch?v=kCUZQfJrc8M	09/03/2023	60 min	Público escolar	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media	Recursos online	“Como fazer um programa de rádio... em 10 lições?”	https://www.youtube.com/watch?v=Rk6QBtgci6Y https://cidadania.dge.mec.pt/medi-a/noticias-e-eventos/webinar-	13/02/2023	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação

DGE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO DA ATIVIDADE	ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA ATIVIDADE
			como-fazer-um-programa-de-radio-em-10-liceos					
Literacia para os Media Literacia Digital	Ação de sensibilização	Educação para os Media e para a Cidadania: Como potenciar uso do digital na escola. Turma- Porto	<u>não se realizou por falta de inscritos (a modalidade presencial, no pós pandemia, verificou-se que está a ter pouca adesão)</u>	2022-2023	Sem duração definida	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Publicidade	Webinar Recursos online	Lição sobre igualdade de Género em Publicidade	https://youtu.be/0VMo9yU8PhM	2022	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media	Webinar Recursos online	TV's Escolares Estes Webinares pretendem ser kits de Ferramentas Básicas para auxiliarem professores e alunos na dinamização dos Clubes de Informação e Comunicação.	https://www.youtube.com/watch?v=YUFwLeOuZJk https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/ciclo-de-webinares-clubes-de-informacao-e-comunicacao	28/10/2022	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Fotojornalismo	Webinar Recursos online	Fotografia e Fotojornalismo Estes Webinares pretendem ser kits de Ferramentas Básicas para auxiliarem professores e alunos na dinamização dos Clubes	https://www.youtube.com/watch?v=2y4sTyNi3ll https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/ciclo-de-webinares-clubes-de-informacao-e-comunicacao	27/10/2022	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação

DGE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO DA ATIVIDADE	ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA ATIVIDADE
		de Informação e Comunicação.						
Literacia para os Media Jornais Escolares	Webinar Recursos online	Jornais escolares e NewsLetters Estes Webinaries pretendem ser kits de Ferramentas Básicas para auxiliarem professores e alunos na dinamização dos Clubes de Informação e Comunicação.	https://www.youtube.com/watch?v=IHeEs8VFnkM https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/ciclo-de-webinaries-clubes-de-informacao-e-comunicacao	26/10/2022	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Rádio	Webinar Recursos online	Rádios escolares e Podcast Estes Webinaries pretendem ser kits de Ferramentas Básicas para auxiliarem professores e alunos na dinamização dos Clubes de Informação e Comunicação.	https://www.youtube.com/watch?v=Sv41KAPrT8A https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/ciclo-de-webinaries-clubes-de-informacao-e-comunicacao	25/10/2022	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Redes sociais	Webinar Recursos online	Redes Sociais Estes Webinaries pretendem ser kits de Ferramentas Básicas para auxiliarem	https://www.youtube.com/watch?v=xgv2-esKV6M https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/ciclo-de-	24/10/2022	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação

DGE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO DA ATIVIDADE	ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA ATIVIDADE
		professores e alunos na dinamização dos Clubes de Informação e Comunicação.	webinares-clubes-de-informacao-e-comunicacao					
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Conferência	2º encontro nacional Literacia para os media e jornalismo	https://indd.adobe.com/view/9328ee15-afcc-4659-b676-767c83b9aaba	12/10/2022	1 dia	Público escolar	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Desinformação	Sessões de sensibilização	Campanha “Desinformação em Contexto de Guerra!	https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/campanha-desinformacao-em-contexto-de-guerra	01/06/2022	Sem duração definida	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Conferência	VI- Encontro Nacional de educação para os média- Liberdade de Imprensa nos dias de Hoje	https://www.youtube.com/watch?v=a1kM25Qrz-g	03/05/2022	1 dia	Público escolar	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Conferência	1.º Encontro Nacional de Jovens Jornalistas	https://www.youtube.com/watch?v=KBWW02EWTY	27/04/2022	1 dia	Público escolar	Nacional	Sem informação
Desinformação Cobertura guerra	Webinar Recursos online	“Desinformação e Segurança- desafios para a Cidadania”	https://youtu.be/kPCr7ZPXX2k https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/webinar-desinformacao-e-seguranca-desafios-para-cidadania	01/04/2022	60 min	Público escolar	Nacional	Sem informação

DGE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO DA ATIVIDADE	ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA ATIVIDADE
Desinformação Cobertura guerra	Webinar Recursos online	A liberdade dos media: vítima da guerra 17.03.2022	https://youtu.be/flgcl85eJC8 https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/webinar-liberdade-dos-media-vitima-da-guerra	17/03/2022	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Democracia	Debate	Democracia para que te quero?	https://cidadania.dge.mec.pt/media/democracia-para-que-te-quiero Pode assistir aos debates, em formato podcast, no canal podcasts TSF- Democracia, Para Que Te Quero (tsf.pt) https://www.tsf.pt/programa/democracia-para-que-te-quiero.html	20 maio a 14 dezembro 2022	2h por sessão 8 episódios	Público escolar	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia Digital	Ação de sensibilização	Literacia para os media e jornalismo Turma - Faro	<u>não se realizou por falta de inscritos (a modalidade presencial, no pós pandemia, verificou-se que está a ter pouca adesão)</u>	outubro a dezembro 2022	Sem duração definida	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Ação de formação	Literacia para os Media e Jornalismo Turma: Figueira da Foz e Covilhã	-	janeiro a abril 2021	40horas	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media	Concurso	Concurso Media@ção	https://www.rbe.mec.pt/np4/Concurso-Mediaacao.html	2021 ao presente	Sem duração definida	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação

DGE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO DA ATIVIDADE	ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ATIVIDADE	AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA ATIVIDADE
Literacia para os Media Literacia Digital	Webinar Recursos online	Apresentação da Plataforma Literacia e Educação Mediática Em linha- LEME	https://youtu.be/_Q0m0eaZw0 https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/apresentacao-e-abertura-ao-publico-do-sitio-leme-literacia-e-educacao-para	08/09/2021	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Conferência	V- Encontro Nacional de educação para os média - Práticas e Recursos	https://www.youtube.com/watch?v=dez4iBdQDjA https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/5o-encontro-nacional-de-educacao-para-os-media-praticas-e-recursos https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/5o-encontro-nacional-de-educacao-para-os-media-praticas-e-recursos-ja-pode	03/05/2021	1 dia	Público escolar	Nacional Internacional	Sem informação
Referencial Cidadania Literacia para os Media	Webinar Recursos online	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania Media	https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/webinar-estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania-media	27/04/2021	60 min	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Ação de formação	Literacia para os Media e Jornalismo Turma: Santarém	-	fevereiro a abril 2021	40horas	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media	Ação de formação	Literacia para os Media e Jornalismo	https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/formacao-	março a maio 2020	40horas	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação

DGE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO DA ATIVIDADE	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO DA ATIVIDADE	ÂMBITO GEOGRÁFICO DA ATIVIDADE	AValiação DE IMPACTO DA ATIVIDADE
Literacia para o Jornalismo		Turmas: Braga, Bragança, Figueira da Foz, Covilhã, Santarém, Lisboa, Cascais, Setúbal, Caneças	literacia-para-os-media-e-jornalismo-esta-de-volta-inscricoes					
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Ação de formação	Literacia para os Media e Jornalismo (Açores)	https://cidadania.dge.mec.pt/media/noticias-e-eventos/literacia-para-os-media-e-jornalismo-chega-aos-acoress	fevereiro, março 2020	40 horas	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Concurso	Concurso Nacional de Jornais Escolares	https://www.publico.pt/publico-na-escola/jornais-escolares	2019-2020	1 ano	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Ação de formação	Projeto Literacia para os Media e jornalismo	https://cidadania.dge.mec.pt/media/literacia-para-os-media-e-jornalismo	01/01/2019	2 anos	Sem identificação de público	Nacional	Sem informação
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Recursos online	Clubes de informação e comunicação	https://cidadania.dge.mec.pt/media/clubes-de-informacao-e-comunicacao	2019	Em curso	Público escolar	Nacional	Sem informação

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

Rede de Bibliotecas Escolares

Website <https://www.rbe.mec.pt/np4/home.html>

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares⁴⁵, abreviadamente designado RBE, é um organismo sob a tutela do Ministério da Educação que tem como principal objetivo instalar e desenvolver bibliotecas em escolas públicas de todos os níveis de ensino, de modo a proporcionar aos utilizadores dessas bibliotecas os recursos e as aprendizagens necessários à leitura, ao acesso, uso e produção da informação e conhecimento, em suporte analógico, eletrónico e digital.

2009 surge como um dos anos marcantes da história da RBE. Nesse ano são formalmente instituídas duas figuras-chave no funcionamento da atividade das bibliotecas escolares, quer individualmente, quer em rede:

- O **professor bibliotecário**⁴⁶, a quem é conferida responsabilidade na gestão funcional e pedagógica das bibliotecas escolares;
- O **coordenador interconcelhio** para as bibliotecas escolares, designado na rede por *andorinha*. Esta figura surge devido ao elevado número bibliotecas escolares associadas à rede e como forma de disponibilizar um apoio de proximidade de forma contínua aos professores bibliotecários dos concelhos do país e de modo a garantir que as orientações do programa RBE são incorporadas na ação das bibliotecas, entre outros

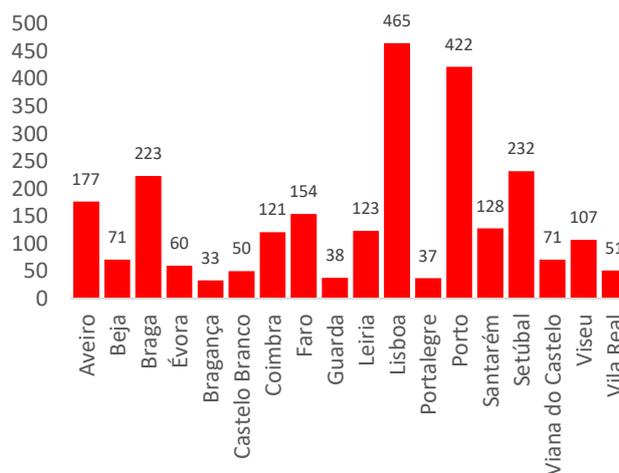
⁴⁵ Conforme relata o website da RBE, pensado em 1995, este programa foi lançado em 1996, pela ação conjunta do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura (despacho conjunto n.º 184/ME/MC/96, de 27 de Agosto). Segundo a mesma fonte em 2001 «, este documento foi revogado pelo Despacho conjunto n.º 872/2001, de 18 de setembro, que define as competências e a composição do Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares, colocando o foco não só na instalação e desenvolvimento de bibliotecas, mas também no apoio ao seu funcionamento.»

aspectos, ao nível da literacia dos media e da informação.

De acordo com dados de setembro de 2022, o programa RBE conta atualmente com **2538 bibliotecas escolares**.

Consultada pela ERC a respeito da sua intervenção da área da LM a RBE afirmou **estar a trabalhar de forma sistemática neste campo desde 2012**, precisamente o ano em que lança o Referencial [Aprender com a Biblioteca Escolar](#)⁴⁷ (AcBE), um documento orientador de referência para o trabalho a desenvolver pela escola e pelas bibliotecas escolares, em iniciativas da biblioteca e/ou em atividades de parceria, curriculares e extracurriculares. É também um instrumento prático, na medida em que

Fig. 5 Número de bibliotecas escolares por distrito em setembro de 2022



Fonte: Ministério da Educação | Rede de Bibliotecas Escolares, 16.09.2022

apresenta exemplos de propostas de

⁴⁶ A figura do professor bibliotecário é instituída através da Portaria n.º 755/2009, de 14 de Julho, atualmente Portaria 192-A/2015, de 29 de junho.

⁴⁷ Em novembro de 2012 é lançada aquela que é a primeira edição do Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar. A mesma encontra-se disponível para consulta no website da RBE, na seguinte hiperligação:

[https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=99&fileName=Aprender com a biblioteca escolar.pdf](https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=99&fileName=Aprender+com+a+biblioteca+escolar.pdf)

atividades que podem ser aplicadas em diferentes disciplinas e áreas curriculares.

Na referida consulta, nomeadamente no campo que permitia identificar medidas anteriores ao período de referência do presente relatório, a RBE faz sobressair o Referencial como a sua primeira medida de promoção e desenvolvimento da literacia mediática (e de outras literacias, conforme se poderá constatar adiante). Pela centralidade deste documento na atividade da RBE em termos de literacia mediática, o mesmo é aqui alvo de destaque e maior aprofundamento.

Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar (AcBE)

Quando foi lançado em 2012, foi pensado para ser aplicado como referência das aprendizagens a desenvolver pelas bibliotecas escolares junto dos alunos do ensino pré-escolar e no ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos)⁴⁸. Em 2017 o AcBE foi alvo de [revisão](#)⁴⁹ de modo a abranger também o ensino secundário.

Além de evidenciar a importância do papel das bibliotecas escolares para enfrentar os desafios da sociedade atual «pelas condições de espaço e acolhimento, equidade no acesso à informação e possibilidades de aprendizagem que potencia», na sua primeira edição, o AcBE assume ser dirigido às bibliotecas escolares e à escola. Às bibliotecas escolares pela necessidade de orientar o seu trabalho, «de modo a integrar no ensino dos diferentes conteúdos curriculares, bem como no desenvolvimento de outros projetos e atividades, os conhecimentos, capacidades e atitudes inerentes às diferentes literacias». À escola, para que «esta possa perspetivar e rentabilizar oportunidades e possibilidades potenciadas pela biblioteca escolar, contribuindo para o incremento de práticas

de reflexão sobre a gestão do currículo e a avaliação das aprendizagens e do percurso formativo dos alunos»⁵⁰.

Em ambas as edições o referencial com base nas três literacias assumidas como estruturais à atividade das bibliotecas, neste caso das bibliotecas escolares:

- A. Literacia da Leitura
- B. Literacia dos Media**
- C. Literacia da Informação

Na introdução da segunda edição do documento sustenta-se que «(...) o domínio de bons níveis de competência nas áreas da leitura, da informação e dos media, cada vez mais presentes nos ambientes digitais, constitui atualmente uma condição base da igualdade, da inclusão social e da participação ética e produtiva na sociedade democrática e as bibliotecas são um lugar de excelência dentro das escolas para os promover». A literacia digital, «face à sua natureza, continua a ser objeto de uma abordagem transversal, refletindo a sua presença nos descritores das três áreas de literacia definidas».

Aliás na própria consulta realizada a propósito do presente relatório, a RBE esclarece que os conceitos que utiliza para se referir ao seu trabalho nesta área são: literacia mediática/literacia dos media, literacia da informação, literacia dos media e da informação e literacia digital.

Quanto à **definição de Literacia dos media que costumam utilizar** citam aquela que é apresentada na segunda edição do AcBE:

«A literacia dos media consiste na capacidade de aceder, analisar, avaliar, produzir e difundir mensagens mediatizadas variadas, impressas ou digitais (escrita, áudio, filme, vídeo, Internet, etc.). A Educação para e com os media tem como objetivo formar para a análise crítica e

⁴⁸ A respeito do sistema educativo português, nomeadamente os níveis de ensino integrados na escolaridade obrigatória, ver ponto da presente secção que contextualiza essa informação.

⁴⁹ Quatro anos após a publicação da primeira edição, em março de 2017 é publicada a 2ª edição do

Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar (versão revista e aumentada), igualmente disponível para consulta no website da RBE: [https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=99&fileName=referencial_2017.pdf](https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=99&fileName=referencial_2017.pdf)

⁵⁰ Conforme página 10 da Primeira edição do AcBE.

compreensão da natureza dos diferentes media e dos produtos, técnicas comunicacionais e mensagens mediáticas por eles utilizadas, bem como do seu impacto nos indivíduos e na sociedade.»

A vertente da literacia dos media do AcBE

No início do capítulo do AcBE referente à literacia dos media é especificado: «As práticas de literacia dos media visam dotar os alunos de conhecimentos necessários para o seu uso criativo e informado. O aluno usa os media e espaços sociais de interação e comunicação de forma ética e responsável para produzir, comunicar e participar civicamente. A biblioteca escolar cria condições de acesso e oportunidades de aprendizagem, capacitando os jovens para a compreensão crítica da mensagem mediática, de forma a contribuir para a sua inclusão numa sociedade dominada pelas tecnologias e pelos media.»⁵¹

Nesse capítulo são sistematizadas duas tabelas, uma que sintetiza os conhecimentos/capacidades que é esperado que os alunos adquiram nos diferentes níveis de ensino da escolaridade obrigatória, outra que identifica as atitudes/ que se espera que desenvolvam. Por último são discriminadas as estratégias de operacionalização do referencial para três vertentes da literacia dos media: 1) Aquisição de conhecimentos sobre os media; 2) Reflexão crítica sobre o papel dos media na sociedade 3) Produção e uso dos media.

Essa estrutura de apresentação do referencial é aquela que também é seguida no caso da literacia da leitura e da literacia da informação, as outras duas literacias que o documento evidencia. Na terceira parte do referencial são apresentadas tabelas que detalham para cada nível e ciclo de ensino, por um lado, os conhecimentos e capacidades associados a cada uma das três literacias, por outro as atitudes/valores esperados em cada uma dessas literacias. **A**

literacia tecnológica e digital é apresentada como sendo transversal às restantes.

Relativamente ao AcBE, cumpre ainda salientar que a RBE desde o seu lançamento tem vindo a apresentar relatórios que avaliam o impacto da implementação deste referencial. De notar que nos três primeiros anos letivos (2012/2013; 2013/2014; 2014/2015), a aplicação do referencial foi testada como experiência piloto. A tabela 20 destaca as hiperligações para esses relatórios, ordenando-os do mais recente para o mais antigo.

⁵¹ Conforme página 31 da 2ª edição do Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar.

Tabela 20 – Hiperligações para os relatórios de aplicação do referencial *Aprender com a Biblioteca Escolar*

Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar - Relatórios		
Relatórios de Aplicação Generalizada		
Relatório de Implementação 2021/2022		https://www.rbe.mec.pt/np4/3317.html
Relatório de Implementação 2020/2021		https://www.rbe.mec.pt/np4/1946.html
Relatório de Implementação 2019/2020		Referencial Aprender com a biblioteca escolar Relatório de implementação 2019.20 (mec.pt)
Relatório de Implementação 2018/2019		Referencial Aprender com a biblioteca escolar: Relatório de implementação 2018.19 (mec.pt)
Relatório de Implementação 2017/2018		Referencial Aprender com a biblioteca escolar. Relatório de implementação (mec.pt)
Relatório de Implementação 2016/2017		Referencial Aprender com a biblioteca escolar Relatório de implementação 2016.17 (mec.pt)
Relatório de Implementação 2015/2016		Aprender com a biblioteca escolar - Relatório de implementação: 2015-16 (mec.pt)
Relatórios de experiência piloto		
Relatório do projeto-piloto 2018/2019		Aprender com a biblioteca escolar Relatório da experiência-piloto de aplicação no ensino secundário 2018/ 19 (mec.pt)
Relatório do projeto-piloto 2017/2018		Aprender com a biblioteca escolar Relatório da experiência-piloto de aplicação no ensino secundário 2017/ 2018 (mec.pt)
Relatório do projeto-piloto 2014/2015		Aprender com a biblioteca escolar: Relatório do projeto piloto de aplicação do referencial Aprender com a biblioteca escolar 2014.15 (mec.pt)
Relatório do projeto-piloto 2013/2014		Aprender com a biblioteca escolar: Relatório do projeto piloto de aplicação do referencial Aprender com a biblioteca escolar 2013.14 (mec.pt)
Relatório do projeto-piloto 2012/2013		Aprender com a biblioteca escolar: Relatório do projeto piloto de aplicação do referencial Aprender com a biblioteca escolar 2012.13 (mec.pt)

Fonte: Rede de Bibliotecas Escolares

Para facilitar o trabalho de implementação do referencial pelas bibliotecas escolares e as escolas, a RBE foi criando documentos de apoio:

- **Recurso Online agregador de sugestões de atividades** – hiperligação para os recursos e rúbricas de avaliação que ensinam a saber usar os media nos diferentes níveis da escolaridade obrigatória - <https://www.rbe.mec.pt/np4/AcBE-Media.html>
- **Guia Orientador. Aprender com a biblioteca escolar:** programa para o desenvolvimento de literacias – fevereiro de 2022 - disponível pra consulta em [https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=2716&fileName=guia_orientador_acbe2022.pdf](https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=2716&fileName=guia_orientador_acbe2022.pdf)
- **Atividades para aprender com a biblioteca escolar** – lançado em fevereiro de 2016 – disponível para consulta em [https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=99&fileName=atividades_ref2016.pdf](https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=99&fileName=atividades_ref2016.pdf)

Em seguida sintetiza-se informação facultada pela RBE a propósito das medidas e atividades de promoção de LM que tem vindo a desenvolver.

Tabela 21 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela RBE – Caracterização geral

RBE									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE*	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Literacia para a Informação	Concurso	Isto também é comigo!	https://www.rbe.mec.pt/np4/PnE-itec.html	2021	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Empresas Da própria instituição	Não
Literacia para os Media Literacia para a Informação	Concurso	Jornalistas em rede	https://www.rbe.mec.pt/np4/PnE-jeer.html	2021	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Empresas Da própria instituição	Não
Literacia Digital	Referencial	Transposição para o Portal RBE do sítio de apoio <i>Biblioteca Escolar Digital</i> de que constam as secções <i>Ferramentas; Tutoriais informação e media</i> e Curadoria de conteúdos (<i>media</i>). Manutenção, atualização e alargamento.	https://www.rbe.mec.pt/np4/bed-instrumentos https://www.rbe.mec.pt/np4/bed-tutoriais https://www.rbe.mec.pt/np4/bed-curadoria/?text=&from=&to=&tags=Media	2020	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia	Referencial	Transposição para o Portal RBE do sítio de apoio <i>Aprender com a biblioteca escolar: atividades e recursos</i> (com disponibilização de propostas de atividades e recursos). Manutenção,	https://www.rbe.mec.pt/np4/AprendercBE.html https://www.rbe.mec.pt/np4/AcBE-Media.html https://www.rbe.mec.pt/np4/AcBE-Info.html	2020	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não

RBE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE*	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
		atualização e alargamento.							
Literacia para os Media	Recursos online	bYou: Estudo das vivências e expressões de crianças e jovens sobre os media	https://www.rbe.mec.pt/np4/byou.html	2020	3 anos	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media Literacia da Informação Literacia Digital	Recurso online	Publicação do sítio de apoio <i>Biblioteca Escolar Digital</i> de que constam as secções <i>Ferramentas</i> ; <i>Tutoriais informação e media</i> e Curadoria de conteúdos (<i>media</i>)	https://bibliotecaescolar-digital.blogspot.com/ https://digital-rbe-d01.blogspot.com/ https://digital-rbe-c06.blogspot.com/ https://digital-rbe-c04.blogspot.com/search/label/Media	2020	1 ano	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia da Leitura Literacia para os Media Literacia da Informação Literacia Digital	Recurso online	Publicação do sítio de apoio <i>Aprender com a biblioteca escolar: atividades e recursos</i> com disponibilização de propostas de atividades e recursos	https://sites.google.com/mail-rbe.org/aprenderbe-rbe/	2020	1 ano	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media Indicadores de	Recursos online	Estudo: Literacia Mediática nas Bibliotecas Escolares	https://www.rbe.mec.pt/np4/867.html	2019	2 anos	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não

RBE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE*	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia dos Media									
Literacia Digital	Ação de sensibilização	Ação de formação <i>Literacia Digital em Contexto Escolar</i>	https://blogue.rbe.mec.pt/acao-de-formacao-literacia-digital-em-2223094	2019	6 meses	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Regional	s/d	Não
Literacia da informação	Ação de formação	WEIWE(R)BE	https://www.rbe.mec.pt/np4/WEIWERBE.html	2019	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)		Da própria instituição	Não
Literacia para os Media Literacia da Informação	Recursos online	Publicação do sítio de apoio <i>Saber usar os media</i> com disponibilização de propostas de atividades e recursos	https://arquivo.pt/wayback/20190902082602/https://media-rbe.webnode.pt/	2018	3 anos	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	
Literacia da informação	Webinar	Debaqi	https://www.rbe.mec.pt/np4/DEBAQI.html	2018	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional		Não
Literacia Digital	Recursos online	Manutenção e atualização/ alargamento da Plataforma MILD • <i>Manual de Instruções para a Literacia Digital</i>	https://mild.rbe.mec.pt	2017	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia Digital	Recursos online	Entrega à Rede de Bibliotecas Escolares da Plataforma MILD • <i>Manual de</i>	https://mild.rbe.mec.pt	2017	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não

RBE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE*	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
		<i>Instruções para a Literacia Digital</i>							
Literacia para os Media	Concurso	Concurso Media@ção	https://www.rbe.mec.pt/np4/Concurso-Mediaacao.html	2017	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional		
Literacia para os Media	Recursos online	Manutenção, atualização e alargamento do sítio de apoio <i>Apps para a educação</i>	https://appseducacao.rbe.mec.pt	2016	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Sim
Literacia para os Media Literacia da Informação Literacia Digital	Recursos online	Publicação do sítio de apoio <i>Apps para a educação</i>	https://appseducacao.rbe.mec.pt	2016	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Sim
Literacia para os Media Literacia da Informação	Ação de formação	Formação de professores: <i>Ser Diretor de Turma: Contar com a Biblioteca Escolar</i>	Não existe	2016	2016-2019	Publico escolar (professores, alunos, ...)		s/d	
Literacia para os Media Literacia para a Informação	Atividade de sensibilização	Miúdos a votos	https://www.rbe.mec.pt/np4/MiudosaVotos.html	2016	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional Local	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media Literacia para a Informação	Recursos online	GamiLearning: Jogos digitais para a literacia mediática e informacional	https://gamilearning.ulusofona.pt/?lang=pt	2016	2 anos	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	

RBE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE*	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Literacia da Informação Literacia Digital	Recursos online	Aprender digital	https://arquivo.pt/wayback/20150411172355/http://aprender-digital.webnode.pt/	2015	2015-2020	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media Literacia da Informação	Ação de formação	Formação de professores: <i>Aprender com a biblioteca escolar: integração e desenvolvimento das literacias da leitura, dos media e da informação na aprendizagem</i>	Não existe	2013	2013-2017	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media Indicadores de Literacia dos Media	Estudo	Níveis de Literacia Mediática: Estudo Exploratório com Jovens do 12º ano	http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/40488	2013	2 anos	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	
Literacia para os Media Literacia para a Informação	Concurso Atividade de sensibilização	Concurso 7 Dias, 7 Dicas com os Media	Um exemplo: https://blogue.rbe.mec.pt/7-dicas-como-manter-a-seguranca-e-a-1552665	2013	5 anos	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	
Literacia para os Media Literacia para a Informação Literacia Digital	Concurso	Concurso <i>Liberdade de Expressão e Redes Sociais</i>	https://sicesperanca.org/liberdade-de-expressao-e-redes-sociais-1a-edicao/	2013	5 anos	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	
Literacia para os Media	Referencial	Publicação do documento estruturante:	https://www.rbe.mec.pt/np4/AcBE.html	2012/ 2017	Sem duração definida	Publico escolar	Nacional	s/d	Sim

RBE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE*	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia da Informação		<i>APRENDER COM A BIBLIOTECA ESCOLAR Referencial de aprendizagens associadas ao trabalho das bibliotecas escolares na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário</i>				(professores, alunos, ...)			
Literacia	Referencial	Aplicação pelas bibliotecas escolares do documento estruturante: <i>APRENDER COM A BIBLIOTECA ESCOLAR Referencial de aprendizagens associadas ao trabalho das bibliotecas escolares na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário</i>	https://www.rbe.mec.pt/np4/AcBE.html	2012	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Sim
Literacia para os Media Literacia para a Informação	Concurso Atividade de sensibilização	Concurso Como seria a vida sem os Media?	Sem informação	2012	1 ano	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	
Literacia para os Media Literacia para a Informação	Atividade de sensibilização	Operação 7 dias com os media	https://7diascomosmedia.gilm.pt/	2012	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Não

RBE

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE*	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Literacia Digital Cibersegurança	Recursos online	Dia da Internet mais Segura	https://www.rbe.mec.pt/np4/internet-segura.html	2011	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional		Não
Literacia para os Media Literacia da Informação Literacia Digital	Divulgação	Continuação da publicação regular de informação sobre literacia da informação, dos media e digital, no Blogue RBE	https://blogue.rbe.mec.pt/tag/literacia+dos+media https://blogue.rbe.mec.pt/tag/literacia+da+informa%C3%A7%C3%A3o https://blogue.rbe.mec.pt/tag/literacia+digital	2007	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media Literacia da Informação Literacia Digital	Referencial	Lançamento do Blogue RBE com publicação regular de informação sobre literacia da informação, dos media e digital	https://blogue.rbe.mec.pt/tag/literacia+dos+media https://blogue.rbe.mec.pt/tag/literacia+da+informa%C3%A7%C3%A3o https://blogue.rbe.mec.pt/tag/literacia+digital	2007	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media Literacia da Informação Literacia Digital	Apoio a candidaturas	Apoio a projetos das bibliotecas escolares no domínio das literacias da informação e dos media (entre outras áreas de atuação) no âmbito das Candidaturas RBE	https://www.rbe.mec.pt/np4/candidaturas/	2005	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media	Referencial	Apoio a projetos das bibliotecas escolares no domínio das literacias da	https://www.rbe.mec.pt/np4/candidaturas/	2005	Sem duração definida	Publico escolar	Nacional	s/d	Não

RBE									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE*	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	TIPOS DE PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia da Informação		informação e dos media (entre outras áreas de atuação) no âmbito das Candidaturas RBE				(professores, alunos, ...)			
Literacia para os Media	Divulgação	Divulgação sistemática de práticas de relevo nas diferentes áreas de atuação das bibliotecas escolares, incluindo as literacias.	https://www.rbe.mec.pt/np4/praticas/?text=&from=&to=&tags=Literacia+de+informa%C3%A7%C3%A3o+e+media https://blogue.rbe.mec.pt/tag/programas+de+literacias	2002	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia	Referencial	Divulgação sistemática de práticas de relevo nas diferentes áreas de atuação das bibliotecas escolares, incluindo as literacias.	https://arquivo.pt/wayback/20150914080359/http://www.rbe.mec.pt/np4/boas_praticas/	2002	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

Plano Nacional de Leitura (2027)

Website <https://www.pnl2027.gov.pt/>

O PNL, entidade que deverá integrar o futuro Plano Nacional de Literacia Mediática (vide ponto correspondente da secção A), foi lançado em 2006, por iniciativa do XVII Governo Constitucional.

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017⁵², o PNL «constitui uma resposta institucional à preocupação com os níveis de literacia da população em geral e, em particular, dos jovens. Ao longo dos últimos 10 anos, o Plano Nacional de Leitura (PNL) concretizou um conjunto de estratégias destinadas a desenvolver as competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como a alargar e a aprofundar os hábitos de leitura da sociedade portuguesa, designadamente da população escolar.»

A responsabilidade pela missão do PNL pertence a uma comissão com membros provenientes de quatro departamentos governamentais - autarquias locais, cultura, ciência, tecnologia e ensino superior e da educação, cabendo a esses membros a prossecução dos objetivos do PNL em cada um dos sectores em que estão envolvidos, de modo a potenciar convergências e a congruência interna das ações realizadas e a evitar redundâncias. A liderança da comissão interministerial pertence a um comissário, a ser coadjuvado por um subcomissário, e apoiada por um conselho científico de especialistas.

Através da referida Resolução n.º 48-D/2017, o Conselho de Ministros resolve

⁵² A Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017 encontra-se disponível para consulta no sítio online do PNL, na hiperligação https://www.pnl2027.gov.pt/np4EN/file/8/Resolucao-Conselho_Ministros_48_D_2017.pdf.

⁵³ Disponível em <https://www.pnl2027.gov.pt/np4EN/file/8/QE.pdf>. Também disponível em inglês em:

renovar a promoção do PNL para a década de 2017 -2027 através da aposta na consolidação das ações concretizadas nos primeiros 10 anos do plano e em novas vertentes. A resolução aprova as doze linhas de orientação do PNL. No âmbito do presente relatório, destaca-se nomeadamente a alínea que atribui ao PNL «b) Lançar programas dirigidos a crianças, jovens e adultos, que visem promover o desenvolvimento de literacias múltiplas, designadamente, a da leitura e escrita, a digital, da informação visual, científica e tecnológica, por forma a preparar a população portuguesa para as exigências da sociedade do século XXI».

O plano estratégico do PNL, disponível em inglês num documento intitulado Quadro Estratégico Plano Nacional de Leitura 2027⁵³ (*National Reading Plan Strategic Framework*), permite reconhecer essa aposta do PNL na valorização de todas as literacias, em que a leitura e a escrita são transversais, conforme destaca o ponto do documento direcionado para aquele que é apresentado como o campo 3 das 10 áreas de intervenção do PNL 2027 - intitulado precisamente “Valorização de todas as literacias”. «Os novos cenários de leitura reclamam um novo sujeito leitor, apto a dominar as literacias múltiplas próprias dos ambientes informacionais e mediáticos em que atualmente vivemos e nos movimentamos, exigindo processos de aprendizagem e de formação que valorizem a aquisição e o desenvolvimento de novos conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, comumente designados de competências do século XXI.», pode ler-se.

No documento, o compromisso do PNL com a LM surge explicitamente referenciado no ponto 1 das diferentes literacias⁵⁴ elencadas

<https://www.pnl2027.gov.pt/np4EN/file/8/NRP-framework.pdf>.

⁵⁴ Além da literacia mediática, é destacada a aposta no investimento em atividades/ iniciativas/projetos relacionados com literacia tecnológica e científica, literacia da saúde, literacia financeira, literacia da informação, da estatística e do data mining, literacia intercultural.

nesse capítulo: «Envolvimento em iniciativas de literacia mediática, em articulação com projetos e atividades de TV, rádio, imprensa e novos media;».

Em resposta ao pedido de informação da ERC, o PNL refere que trabalha na área da LM desde 2019. Quanto ao seu posicionamento que tem adotado, refere que desenvolveu ações de formação destinadas aos cidadãos em geral e outras direcionadas para os professores, a primeira informal e a segunda formal. Ao nível dos recursos, salienta que disponibiliza para as escolas o portal PICCLE que promove a literacia dos media. Destacam ainda o desenvolvimento de ações em parceria.

Quanto aos conceitos que utilizam para designar o trabalho que fazem na área da LM sinalizam literacia mediática/literacia dos media, literacia dos media e da informação, educação para os media, literacia da informação, literacia digital. Indicam ainda ter acrescentado, no contexto das oficinas de formação desenvolvidas pelo PNL 2027, o conceito de **Curadoria Digital**. De acordo com informação disponibilizada no *website* do PNL, nas oficinas baseadas nesse conceito «pretende-se que os formandos se assumam como curadores de conteúdos, isto é que procurem, selecionem, analisem, filtrem e organizem informação de diferentes fontes, com recurso a diferentes ferramentas digitais»⁵⁵.

Em relação ao futuro Plano Nacional de Literacia Mediática não adiantam pormenores, mas confirmam que o PNL 2027 desenvolverá «uma estratégia e um plano de ação de forma a promover de forma efetiva a Literacia Mediática junto dos seus públicos». A tabela que se segue sistematiza a informação facultada a respeito das medidas/atividades de promoção de LM realizadas.

Principais parceiros do PNL

- Escolas,
- Bibliotecas,
- Instituições do ensino superior,
- Centros de formação, de reconhecimento, validação e qualificação,
- Unidades de investigação,
- Instituições de cultura, ciência e tecnologia
- Autarquias locais.

⁵⁵ Mais informação sobre estas formações disponibilizada em: <https://express.adobe.com/page/GHqcqajfnqvFL/>.

Tabela 22 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pelo PNL – Caracterização geral

PNL									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO DA MEDIDA	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AValiação DE IMPACTO
Literacia Digital	Recurso online	PICLLE Portal para melhorar as competências de literacia	https://piclle.pnl2027.gov.pt/	setembro de 2020 e outubro de 2022	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media Literacia da Informação Literacia Digital	Ação de sensibilização	7 dias com os media	https://7diascomosmedia.gilm.pt/	setembro de 2020 e outubro de 2022	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia da informação Literacia digital	Recurso online	Sitestar	https://www.sitestar.pt/	setembro de 2020 e outubro de 2022	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia para os Media	Concurso	Media@ção	https://www.rbe.mec.pt/np4/Concurso-Mediaacao.html https://www.pnl2027.gov.pt/np4/mediacao2021.html	setembro de 2020 e outubro de 2022	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	s/d	Não
Literacia Digital	Ação de formação	ACD: Metodologias e Recursos para Promover as Literacias Digitais	n/a	setembro de 2020 e 2021	formação 20-21	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Regional	s/d	Não
Literacia Digital	Ação de formação	Curso 25 horas - Metodologias e Recursos para Promover as Literacias Digitais	n/a	setembro de 2020 e 2021	formação 20-21	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Regional	Próprio	Não
Literacia Digital	Ação de formação	Curso, 15h Da criação de redes de aprendizagem à curadoria digital	https://spark.adobe.com/page/GHqcqajfnqvFL/ https://bit.ly/3nCnQXp	setembro de 2020 e 2021	formação 20-21	População em geral	Nacional	Próprio	Não
Literacia Digital	Ação de formação	A curadoria de conteúdos ao serviço dos projetos de autonomia e flexibilidade curricular	n/a	setembro de 2020 e 2021	formação 20-21	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Regional	Próprio	Não

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

Plano Nacional de Cinema

Website <https://www.pnc.gov.pt/>

O Plano Nacional de Cinema (PNC) foi criado em 2013, através do Despacho n.º 15377/2013, de 7 de novembro⁵⁶. De acordo com o contexto descrito no próprio despacho o PNC surge como forma de dar resposta ao disposto na Lei n.º 55/2012, de 6 de setembro (a designada “Lei do Cinema”), que no seu artigo 23.º atribui ao Estado a missão de promover um programa de literacia para o cinema junto do público escolar e de divulgação de obras cinematográficas nacionais. De acordo com o mesmo documento, o PNC resulta de «uma iniciativa conjunta da Presidência do Conselho de Ministros, através do Secretário de Estado da Cultura, e do Ministério da Educação e Ciência, através do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário» do XIX Governo Constitucional de Portugal.

Na sua origem, por se considerar que a realização do PNC implica a participação e colaboração de serviços e organismos integrados em diferentes ministérios, foi assumido no próprio despacho ser fundamental a criação de um grupo de projeto «de pequena dimensão, com uma elevada capacidade de interlocução, bem como competência e independência técnica e científica». Esse Grupo de Trabalho, entre várias outras atribuições, ficou incumbido de estabelecer as orientações gerais do PNC e de coordenar a sua execução no ano letivo 2013/2014. A operacionalização do PNC

passou a incluir na sua equipa de trabalho elementos da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema (CP-MC), do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e da Direção-Geral da Educação (DGE).

Em 2022, o XXII Governo Constitucional, através da iniciativa conjunta do Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, decide promover a **consolidação e reforço do PNC**, no Despacho nº65/2022 de 5 de janeiro⁵⁷ (já referido na secção A). Conforme indica o seu sumário, esse documento «Promove o Plano Nacional de Cinema de 2021-2030, consolidando as ações concretizadas nos primeiros anos do Plano e apostando em novas vertentes a desenvolver até 2030, integrado no Plano Nacional das Artes»⁵⁸, sendo uma forma de reconhecimento do seu crescimento e potencial de desenvolvimento nos oito primeiros anos de execução.

No Despacho reforça-se ainda a articulação do PNC com as áreas de competências definidas no já referido *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, considerando que é missão do plano «criar junto do público escolar as condições para que possa desenvolver-se o gosto pelo cinema, valorizando-o enquanto forma de arte, e promover um programa de literacia para o cinema e de divulgação de obras cinematográficas nacionais». Para cumprimento da sua missão, o documento define ainda objetivos do PNC no âmbito da educação pré-escolar e da escolaridade obrigatória⁵⁹.

⁵⁶O Despacho n.º15377/2013 encontra-se disponível para consulta em: <https://files.dre.pt/gratuitos/2s/2013/11/2S229A0000S00.pdf>.

⁵⁷ O Despacho n.º65/2022 está disponível para consulta em <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/65-2022-177143568>.

⁵⁸ Em 2019, é criado o Plano Nacional das Artes (PNA)⁵⁸ para o horizonte temporal 2019-2029, o qual passa a ter a incumbência de «articular, potenciar e expandir a oferta cultural e educativa existente, designadamente a que decorre da missão, finalidades e áreas de intervenção dos seguintes programas e planos: i) Plano Nacional de Leitura; ii) Plano Nacional de Cinema; iii)

Programa de Educação Estética e Artística; iv) Programa Rede de Bibliotecas Escolares; v) Rede Portuguesa de Museus».

⁵⁹ Os oito objetivos definidos para o PNC nesse despacho são: a) Valorizar o cinema como parte do desenvolvimento pessoal, cultural e pedagógico de crianças e jovens, promovendo estratégias pedagógicas dinâmicas sobre e com cinema, que abranjam o maior número de crianças e jovens em Portugal e nas Escolas Portuguesas no Estrangeiro; b) Permitir que crianças e jovens possam ter a possibilidade de desenvolver competências na área do cinema, e de adquirir uma cultura de cinefilia que contemple todos os géneros e períodos

Em resposta ao pedido de informação enviado, o PNC refere que a sua intervenção na área da LM acontece a partir de 2013, ano da sua criação, sem quaisquer interrupções. Em resposta à pergunta sobre a preocupação de articulação com outras

medidas e atividades nacionais existentes referem que procuram articular a sua intervenção com todos os programas nacionais que dinamizam atividades para públicos escolares.

Tabela 23 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pelo PNC – Caracterização geral

PNC								
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia fílmica	Referencial	Plano Nacional de Cinema	https://pnc.gov.pt/	2013	Sem duração definida	Público escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Não

Comissão Nacional da UNESCO

Website <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-cnu>

A Comissão Nacional da UNESCO⁶⁰ (CNU), criada por Portugal em 1979 pelo Decreto-Lei Nº218/79 de 17 de julho, funciona sob a égide do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde se encontra sedeadada. Conforme documenta o seu *website*, a CNU «desenvolve atividades no âmbito das

quatro áreas de mandato da UNESCO – educação, ciência, cultura e comunicação – e nas áreas temáticas desta Organização, difundindo e dinamizando em Portugal as políticas e os programas aprovados no seio da UNESCO, em colaboração com as demais entidades governamentais e os diferentes grupos ativos na sociedade.»

No que respeita a relação da CNU com a LM a mesma fonte refere: «Para além da sua missão de promoção da livre circulação das

cinematográficos, dos filmes chamados mudos a novos formatos interativos, valorizando todas as etapas da história do cinema e novas formas de criatividade digital, incluindo animação, 3D e videogames, tendo em conta que é fundamental apostar na transição digital e no desenvolvimento de uma sociedade da inovação; c) Formar os públicos escolares, possibilitando-lhes adquirir os instrumentos básicos de leitura e compreensão de obras cinematográficas e audiovisuais, e incentivando o prazer de ver cinema ao longo da vida; d) Dar a conhecer às crianças e jovens a linguagem própria do cinema, com as suas regras, convenções e variações, que condicionam o sentido daquilo que é mostrado, despertando o gosto por ver cinema em sala e pela criação cinematográfica e audiovisual; e) Valorizar o cinema enquanto arte junto das escolas e da restante comunidade educativa, e sensibilizar as crianças e jovens para as ligações que o cinema estabelece com outras formas artísticas;

f) Consolidar a relação do cinema com o currículo, estabelecendo, sempre que possível, cruzamentos e articulações com as aprendizagens essenciais; g) Envolver as escolas, incentivando-as a apropriarem-se do PNC no seu planeamento curricular, no quadro do respetivo projeto educativo; h) Colaborar com entidades do setor do cinema e audiovisual, em prol do ensino e aprendizagem do cinema e da formação de públicos para o cinema.

⁶⁰ A UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, Cultura e Comunicação, é a única agência das Nações Unidas a dispor de uma rede mundial de organismos nacionais de cooperação. Esses organismos são conhecidos sob o nome de Comissões Nacionais da UNESCO, as quais são um elemento da arquitetura da UNESCO, agindo de forma permanente para associar os grupos nacionais governamentais e não-governamentais competentes em matéria de educação, ciência, cultura e comunicação aos trabalhos da Organização.

ideias através das palavras e da imagem, a UNESCO estabeleceu o objetivo primordial de edificação de sociedades do conhecimento inclusivas através da informação e da comunicação. Assim, a CNU acompanha e promove os programas desenvolvidos pela UNESCO como, por exemplo, o acesso às TIC, a diversidade linguística no ciberespaço, os media e a igualdade de género e o reforço das capacidades, desenvolvendo, **a nível nacional, atividades mais particularmente relacionadas com os temas da literacia mediática e também da liberdade de imprensa e de expressão.**» No contexto da atividade da CNU, a literacia mediática surge assim associada sobretudo ao setor da comunicação.

A CNU é uma das entidades fundadoras do GILM, sendo no contexto desse grupo que desenvolve a maior parte das suas atividades de promoção e desenvolvimento da LM, conforme atestam os seus relatórios de atividades:

- https://issuu.com/comissaonacionaIdaunesco/docs/cnu_plano_de_atividades_e_quar_2021_homologado
- https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/instrumentos_de_gestao/reatorio_de_atividades_final_cnu_2020.pdf

Conselho Nacional de Educação (CNE)

Website <https://www.cnedu.pt/pt/>

O Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão de consulta do Governo e da Assembleia da República em matéria de políticas educativas, também é um dos agentes da área educação com interesse na promoção da LM. Esse interesse justifica por exemplo que tenha decidido aceiteado integrar o Grupo Informal sobre Literacia

⁶¹Documento disponível para consulta em https://www.cnedu.pt/content/antigo/images/stories/2011/PDF/Recom_Educao_Literacia_Meditica.pdf

Mediática (GILM) desde a sua fundação em 2009.

Consultado pela ERC a propósito das suas medidas e atividades de promoção e desenvolvimento de competências de literacia mediática, o CNE notou ser sua competência apreciar e emitir pareceres e recomendações sobre questões relativas à concretização das políticas nacionais dirigidas ao sistema educativo e científico e tecnológico. **No âmbito dessa competência, destaca a aprovação pelo Plenário do CNE, em 2011, da [Recomendação nº 6/2011 sobre Educação para a Literacia Mediática](#)**⁶¹.

Note-se que esta recomendação continua a ser identificada como um dos documentos de referência das políticas públicas em Portugal para a área da LM.

Acrescente-se ainda que no período em análise, **a 9 de junho de 2021, o CNE adotou a Recomendação nº2/2021 intitulada “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar”**⁶² com o objetivo de objetivo «abordar a situação atual do uso da voz e da participação das crianças e dos jovens em contextos escolares e sugerir orientações que permitam dar uma maior importância ao diálogo na construção das aprendizagens curriculares e na socialização democrática dos/as alunos/as, assegurando o seu envolvimento efetivo no próprio processo de educação», pretendo -se que essa recomendação seja generalizada à Educação Pré-Escolar, ao Ensino Básico e Secundário e ao Ensino Profissional.

Ambas as recomendações são também mencionadas na secção A.

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Website <https://www.fct.pt/>

A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) é a agência pública nacional de apoio à

⁶² Documento disponível na seguinte hiperligação: https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_A_voz_das_crianças_e_dos_jovens_2021.docx.pdf,

investigação em ciência, tecnologia e inovação, em todas as áreas do conhecimento. Tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem como missão:

- Promover o avanço do conhecimento científico em Portugal, competência que concretiza nomeadamente através da atribuição de financiamento a projetos de investigação e desenvolvimento, bolsas e contratos de investigadores, entre outros;
- Coordenar as políticas públicas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. Esta missão concretiza-se no desenvolvimento de atividades nas seguintes áreas de ação:
 - a) Investigação, Desenvolvimento & Inovação (I&D&I) em TIC; b) Inclusão, Acessibilidade e Literacia Digitais, na qual se destaca o Centro Internet Segura e a “Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digital” (ENILD) e c) Competências Digitais (eSkills).

Tendo por base essas vertentes da sua missão a ligação da FCT à LM acaba por se fazer por duas vias: enquanto entidade financiadora de projetos (o que explica a referência a esta entidade também na secção C relativa aos financiamentos); mas também como entidade promotora de iniciativas, conforme demonstra a tabela 24, que sistematiza a resposta dada ao pedido de informação enviado. **Na maior parte dos casos essas iniciativas são desenvolvidas em parceria, sobretudo com o GILM, de que a FCT também é membro permanente.**

Tabela 24 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela FCT – Caracterização geral

FCT									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE INÍCIO	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Literacia Digital Cibersegurança	Recursos online	Mini série Avós na Net	https://www.policiajudiciaria.pt/avos-na-net-mini-serie-online/	2020	6 episódios	População em geral	Nacional	Próprio	
Literacia para os Media	Concurso	Concurso Media@çao	https://www.rbe.mec.pt/np4/Concurso-Mediaacao.html	2020/ 2021/ 2022/2023	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Próprio	Sim
Ensino e Formação	Recursos online	Plataforma NAU	https://www.nau.edu.pt/pt/cursos/?limit=21&offset=0	2019	Sem duração definida	População em geral	Nacional	EU/CE	Sim
Literacia para os Media Literacia Digital	Referenciais	Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digitais	https://former.fct.pt/dsi/inclusaoacessibilidadeliteraciadigitais/enild	2015-2020	5 anos	População em geral	Nacional		
Literacia para os Media	Congresso	IV Congresso Literacia, Media e Cidadania	https://congressolmc.gilm.pt/	2023		População em geral	Internacional	Empresas	

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

INCoDe2030

Website

<https://www.incode2030.gov.pt/>

Lançada em 2017, o INCoDe2030 é uma iniciativa integrada de políticas públicas com o objetivo de promover as competências digitais da população (literacia digital e produção de conhecimento através da investigação). Compreende dez desafios de intervenção tendo em vista a transição digital e cinco eixos de ação (educação e formação profissional,

qualificação e requalificação, inclusão, formação avançada e investigação). A promoção da literacia digital enquanto exercício de cidadania e a inclusão social é transversal a estes desafios e eixos de atuação.

Em colaboração com vários parceiros associados à formação profissional e educação- entre os quais a FCT-, o INCoDE.2030 desenvolveu o [Quadro Dinâmico de Referência de Competência Digital](#) para Portugal, instrumento de avaliação das aptidões digitais da população, com cinco áreas de competências, entre as quais a literacia da informação. Neste contexto aborda, ainda, entre outras competências, a literacia digital e a literacia para os media.

Tabela 25 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pelo INCoDe – Caracterização geral

InCode 2030										
PERÍODO	TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia digital	Referenciais	Eixo 1 - Educação e formação profissional: formação das camadas jovens através do reforço de competências digitais em todos os níveis de qualificação e modalidades de ensino e formação;	https://www.incode2030.gov.pt/eixos/	2017	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	n/a	Sim
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia digital	Referenciais	Eixo 2 - Qualificação e requalificação: formação profissional dos adultos, nomeadamente os ativos dotando-os das competências digitais valorizadas na integração e reintegração no mercado de trabalho e tendo em vista a qualificação do emprego e a criação de maior valor acrescentado na economia;	https://www.incode2030.gov.pt/eixos/	2017	Sem duração definida	População em geral	Nacional	n/a	Sim
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia digital	Referenciais	Eixo 3 - Inclusão: capacitação e generalização a toda a população e a todo o	https://www.incode2030.gov.pt/eixos/	2017	Sem duração definida	População em geral	Nacional	n/a	Sim

InCode 2030

PERÍODO	TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência			território do acesso às tecnologias digitais, para obtenção de informação, para comunicação e para acesso e utilização de serviços públicos e privados digitais;							
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia Digital	Referenciais	Eixo 4 - Formação avançada: promoção da formação de nível superior, reforçando a oferta de cursos técnicos superiores profissionais nesta área, bem como a formação graduada e pós-graduada de cariz profissional;	https://www.incode2030.gov.pt/eixos/	2017	Sem duração definida	População em geral	Nacional	n/a	Sim
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia Digital	Referenciais	Eixo 5 - Investigação: garantia das condições para a produção de novos conhecimentos nomeadamente em tecnologias disruptivas e a participação ativa em redes e programas internacionais de I&D.	https://www.incode2030.gov.pt/eixos/	2017	Sem duração definida	População em geral	Nacional	n/a	Sim
Período de referência	Literacia para os Media	Ação de formação Recursos online	Escola Digital	https://portugaldigital.gov.pt/formar-pessoas-para-o-	2020-2023		Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	Sim

InCode 2030

PERÍODO	TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
(entre setembro de 2020 e outubro de 2022)	Literacia Digital			digital/conhecer-a-escola-digital/						
Período de referência (entre setembro de 2020 e outubro de 2022)	Literacia Digital	Ação de formação Recursos online	Ensico - Pensamento Computacional	https://ensico.pt/?fbclid=IwAR2LppHW7Tzee3EGxYkOsoIImqmeqov2MG4Ozvi16WjfkEKwBybEQjcQK1E	2020 até à presente data	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Empresas	Sim
Período de referência (entre setembro de 2020 e outubro de 2022)	Literacia Digital	Ação de formação Recursos online	Eu Sou Digital	https://www.eusoudigital.pt/	2020 até à presente data	Sem duração definida	População em geral	Nacional	Outros	Sim
Período de referência (entre setembro de 2020 e outubro de 2022)	Literacia Digital	Ação de formação	Curso Literacia Digital para o Mercado de Trabalho	https://w3.ese.ipsantar-em.pt/literaciadigital/	2019-2021	2 anos	População com deficiências (acessibilidades)	Nacional	Próprio	Sim
Período de referência	Literacia Digital	Ação de formação Recursos online	Programa para a Inclusão e Literacia Digital	https://www.facebook.com/watch/?v=967307543731757	2020	Sem duração definida	População em geral	Regional	Próprio	

InCode 2030

PERÍODO	TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
(entre setembro de 2020 e outubro de 2022)										
Período de referência (entre setembro de 2020 e outubro de 2022)	Literacia para os Media Literacia Digital Cibersegurança	Recursos online	Mini série Avós na Net	https://www.policiajudiciaria.pt/avos-na-net-mini-serie-online/	2020	6 episódios	População em geral	Nacional	Próprio	
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia Digital	Ação de formação Recursos online	ubbu	https://pt.ubbu.io/	2019 até à presente data	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Empresas	Sim
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de	Literacia Digital	Ação de formação Recursos online	Happy Code	https://www.happycode.pt/en	2018	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Próprio	Sim

InCode 2030

PERÍODO	TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
referência										
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia Digital	Ação de sensibilização	Engenheiras por um dia	www.engenheirasporumdia.pt	2017 até à presente data	Sem duração definida	Público escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia para os Media Literacia Digital	Ação de formação Recursos online	Apps For Good	https://www.appsforgeod.org.pt/AppsForGood/Home	2015 até presente data	Sem duração definida	Público escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Próprio	Sim
Início anterior a setembro de 2020, mas abrangendo o período de referência	Literacia Digital	Ação de formação Recursos online	Sitestar	https://www.sitestar.pt/	2013 até à presente data	Sem duração definida	Público escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Empresas	Sim

InCode 2030

PERÍODO	TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
referência										

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

Centro Internet Segura (CIS)

Website <https://www.internetsegura.pt/>

O projeto que enquadra o [Consórcio Centro Internet Segura](#) remonta a 2004, no âmbito do projeto da Comissão Europeia, Safer Internet, e do projeto nacional SeguraNet, tem como objetivo a utilização esclarecida, crítica e segura da Internet entre os estudantes do ensino básico e secundário. O consórcio evoluiu acompanhando as várias estratégias políticas nacionais para a segurança do ciberespaço, cujo primeiro desenho se concretiza na Resolução do Conselho de Ministros n.º36/2015. A atual estratégia tem três objetivos estratégicos, nomeadamente maximizar a resiliência e inovação digital nacional e gerar e garantir recursos para a segurança nacional digital do ciberespaço. Estes objetivos assentam em seis eixos de atuação estando o CIS responsável pela concretização do eixo 2 dedicado à «prevenção, educação e sensibilização», desta forma contribuindo para a criação de «uma sociedade mais resiliente, estimulando nos cidadãos o desenvolvimento de competências digitais» (v.p15. Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023).

O CIS, através dos seus centros, sob a coordenação do CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança, envolvendo a DGE- Direção-Geral da Educação, o IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, a FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Fundação Altice e a Microsoft Portugal, contribui para aumentar os níveis de literacia digital e dos media entre os cidadãos de vários segmentos etários através de ações e campanhas de sensibilização para o uso da Internet de forma crítica e informada.

⁶³ O ponto 4 refere-se às atribuições da SGPCM «em outras matérias que se enquadrem nas suas

Iniciativas e recursos

Entre estas ações estão os [cursos em formato de e-learning](#) disponíveis na **plataforma NAU** com o objetivo de criarem competências de ciberhigiene entre os cidadãos. Nas campanhas destacam-se as direcionadas para a [«Desinformação em contexto de Guerra!»](#), [«O que a Internet diz de si!»](#) e [«Violência no namoro online»](#). Através do [centro de recursos](#), disponível no site do CIS, o público em geral e o público escolar pode aceder a publicações e ferramentas nos vários domínios da literacia digital.

Secretaria-geral da presidência do conselho de ministros (SGPCM)

Website <https://www.sg.pcm.gov.pt/>

A Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) é um serviço central no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, isto é, da área governativa central que tem por missão prestar apoio ao Conselho de Ministros, ao Primeiro-Ministro e aos demais membros do Governo aí integrados organicamente, e promover a coordenação interministerial das diversas áreas governativas. Dotada de autonomia administrativa, a SGPCM depende diretamente do Primeiro-Ministro ou do membro do Governo em quem aquele delegar.

Considerando a vertente do seu trabalho que respeita à assessoria em termos de transposição de legislação da UE para a legislação nacional, cumpre referir que a SGPM trabalhou na transposição da DSCSA. Nesse contexto, é um dos representantes de Portugal no Comité de Contacto da CE a respeito da Diretiva.

De acordo com o Decreto-lei n.º20/2021, de 15 de março, que aprova a atual orgânica da SGPCM, uma das suas atribuições é definido a alínea d) do ponto 4⁶³ do artigo 3.º: «d)

competências, designadamente no âmbito da comunicação, informação, atribuição de apoios

Contribuir, no âmbito da sua esfera de atuação, para a promoção dos Direitos Humanos e educação para a Democracia e Cidadania», atribuição em que se enquadra a promoção da LM.

No momento presente a SGPCM é composta integra as seguintes direções de serviços entre as suas unidades orgânicas: Direção de Serviços de Recursos Humanos; Direção de Serviços de Mobilidade, Sustentabilidade e Aquisições; Direção de Serviços Financeiros; Direção de Serviços de Estratégia e Prospectiva; Direção de Serviços Jurídicos, Auditoria e Inspeção; Direção de Serviços de Relações Internacionais e Comunicação; Equipa Multidisciplinar de Assessoria, Gestão da Informação, Identidade e Redes.

A Direção de Serviços de Relações Internacionais e Comunicação da SGPCM é aquela que tem vindo a intervir de formas mais direta no campo da LM, o que é fácil de compreender se considerarmos que um dos eixos definidos como missão dessa direção é «Promover o cumprimento das atribuições da SGPCM em matéria de conceção e

avaliação das políticas públicas na área da comunicação social e da sociedade de informação». ⁶⁴

Além disso cabe também a esta direção «apoiar e dinamizar a intervenção dos organismos e serviços, integrados na PCM ou nas áreas governativas apoiadas, nas suas relações com as Nações Unidas e suas agências especializadas.» Por essa via, a SGPCN tem vindo a desenvolver vários projetos em parceria com a Comissão Nacional da UNESCO (CNU), com é o caso do Prémio de Jornalismo Direitos Humanos & Integração ⁶⁵ ou o concurso Mediação, iniciativa de premiação de boas práticas de LM que também tem como parceiros a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), o Plano Nacional de Leitura (PNL), o Plano Nacional de Cinema (PNC) e o Centro Nacional de Cibersegurança.

A nível internacional a SGPCM representa Portugal em dois grupos de peritos da Comissão Europeia: Sobre Literacia Mediática; Grupo de peritos para uma Internet mais segura para crianças.

financeiros, inspeção ou auditoria». O Decreto-Lei n.º 20/2021 encontra-se disponível para consulta em <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/20-2021-159432383>.

⁶⁴ Conforme informação disponível em https://www.sg.pcm.gov.pt/media/49579/unidas_organicas.pdf.

⁶⁵ Informação sobre estes prémios disponível em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/premios-e-concursos/premios-cnu/premio-de-jornalismo-direitos-humanos-e-integracao>.

Secção C

**Financiamento
público e outros
mecanismos de
financiamento da**

LM

C. FINANCIAMENTO PÚBLICO E OUTROS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DA LITERACIA MEDIÁTICA

O financiamento das medidas e atividades direcionadas para a literacia mediática assenta em contribuições públicas, algumas resultantes de linhas de financiamento da CE, e privadas, em particular através de fundações nacionais ou internacionais com sede em Portugal.

São sistematizados em seguida alguns dos programas nacionais, iniciativa dos vários Governos, que têm vindo financiar projetos no âmbito da literacia mediática e digital, nomeadamente através de áreas de intervenção para a cidadania, inclusão social e digital e desenvolvimento de competências educativas e digitais. Identificaram-se outros programas que sustentam indiretamente a implementação de iniciativas no âmbito da literacia mediática, nomeadamente linhas de financiamento orientadas para a empregabilidade e desenvolvimento regional. De notar que, entre os apoios públicos também se enquadram os apoios sociais das autarquias locais a projetos e ações enquadrados nos eixos de atuação acima descritos.

Sinalizam-se também algumas fundações e organizações privadas que têm contribuído financeiramente e de forma mais regular para a implementação de projetos de literacia mediática e digital de forma mais sistemática, em particular fundações de cariz cultural, educativo e social, mas também empresas privadas.

Não sendo possível fazer, à data, um levantamento exaustivo dos agentes financiadores e dos valores dos respetivos contributos, ainda assim, escolheu-se elencar aqueles que têm maior presença neste domínio de intervenção.

Parece-nos útil não esquecer os apoios e colaborações de instituições públicas e privadas que, embora não sejam

enquadrados como apoios pecuniários, viabilizam a realização de muitos projetos. A título de exemplo a [.PT](#), marca da Associação DNS.PT, que tem colaborado em alguns projetos e iniciativas através do registo de domínios das páginas web; as autarquias e juntas de freguesia que apoiam logística e institucionalmente; entre outros agentes.

No período abrangido a LM passa a estar associada maioritariamente a linhas de financiamento direcionadas para as temáticas da desinformação e do desenvolvimento de competências digitais.

Fundações

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), agência pública nacional de apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação, em todas as áreas do conhecimento, com tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, promove o avanço do conhecimento científico em Portugal. A FCT prossegue a sua missão através da atribuição de financiamento, em concursos com avaliação por pares, a projetos de investigação e desenvolvimento, bolsas e contratos de investigadores, entre outros.

A FCT tem a responsabilidade de coordenação das políticas públicas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. Esta missão concretiza-se no desenvolvimento de atividades nas seguintes áreas de ação: a) Investigação, Desenvolvimento & Inovação (I&D&I) em TIC; b) Inclusão, Acessibilidade e Literacia Digitais, na qual se destaca o Centro Internet Segura e a “Estratégia Nacional para a Inclusão e Literacia Digital” (ENILD) e c) Competências Digitais (eSkills).

Fundação Calouste Gulbenkian

A [Fundação Calouste Gulbenkian](#) (FCG), fundação internacional com sede em Lisboa, promove o desenvolvimento do conhecimento através da arte, da investigação científica e da cultura. Através dos programas [EMIFUND – European Media Information Fund](#) e [Cidadãos Ativ@s](#), a fundação tem vindo a apoiar organizações e instituições nacionais e europeias na criação de programas orientados para o combate à desinformação e para o desenvolvimento de competências de literacia mediática e digital.

O EMIFUND, fundo gerido pela FCG e pelo [Instituto Universitário Europeu](#) (IUE), em vigor entre 2021-26, conta com 25 milhões de euros – doados pela Google - para a concretização de projetos colaborativos na área da desinformação, competências em literacia para os média e fact-checking. O programa assenta em quatro áreas prioritárias: “Boosting Fact-Checking Activities in Europe; Media and Information Literacy for Citizens Empowerment; Multidisciplinary Investigations on Desinformation in Europe; and Supporting into Media Desinformation and Information Literacy in Europe.

No período considerado no âmbito deste questionário foram aprovadas três candidaturas com o envolvimento de entidades nacionais, num valor total de cerca de 569 mil euros: [FACTUAL | Fact-checking climate changes](#) (39.253,63 €), [Omedialiteracy.Overview of the challenges and opportunities of media literacy policies in Europe](#) (129.499,52 €) e [Yo-media: youngsters’ media literacy in times of crisis](#) (399.998,40€) que ainda se encontram em implementação.

O programa Cidadãos Ativ@s, coordenado em Portugal, pela FCG e pela [Fundação Bissaya Barreto](#), conta com o financiamento da [EEA Grants](#), Mecanismo Financeiro Plurianual do Espaço Económico Europeu,

através do qual a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega apoiam os Estados membros da União Europeia com maiores desvios da média europeia do PIB *per capita*. O programa conta com 11 milhões de euros entre 2018-2024 para apoiar as organizações não-governamentais no seu papel de impulsionadoras da participação democrática, da cidadania ativa e dos direitos humanos em projetos de curta (12 meses) e longa duração (trinta e seis meses). O Cidadãos Ativ@s estrutura-se em quatro eixos de trabalho dedicados ao fortalecimento da cultura democrática e da consciência cívica; ao apoio e defesa dos direitos humanos; ao empoderamento dos grupos vulneráveis e ao reforço da capacidade e sustentabilidade da sociedade civil. Os seis projetos aprovados nos domínios da desinformação e literacia mediática, enquadrados nas dimensões da promoção da democracia e no reforço das competências e sustentabilidade civil, dedicaram-se à capacitação de públicos escolares (alunos e professores) representando um investimento de 260 mil euros (vide tabela 26 no final desta secção).

Fundação Bissaya Barreto

A [Fundação Bissaya Barreto](#) desenvolve atividades nos domínios do apoio social, educação, saúde, cultura e formação profissional. A fundação é parceira da Fundação Calouste Gulbenkian na gestão do programa Cidadãos Ativ@s, no quadro do Active Citizens Fund/EEA Grants, nomeadamente através do apoio às Organizações Não Governamentais elegíveis, auditoria e avaliação do Programa.

Fundação José Neves

A [Fundação José Neves](#) investe no sector da educação contínua de adultos e estudantes de ensino superior com o objetivo de melhorar as suas competências profissionais. O seu contributo para o programa de literacia mediática do [Público - PSuperior](#), com foco nos estudantes universitários, enquadra-se no compromisso de capacitação deste universo para que possam participar de

forma crítica e ativa nas diversas dimensões da sociedade. A fundação financia 1000 assinaturas do jornal Público a estudantes finalistas universitários com a intenção de contribuir para uma “sociedade de conhecimento”.

Fundação Belmiro de Azevedo

A [Fundação Belmiro de Azevedo](#) (FBA) tem várias linhas de apoio – educação, solidariedade social e biodiversidade. Com o fito da inclusão social e da igualdade de oportunidades, entre os projetos educativos, estão o [EDUSTAT](#) e o [EDULOG](#), iniciativas apoiadas pela fundação dedicadas à monitorização da educação em Portugal. No âmbito da literacia para os media, a fundação apoia financeiramente o projeto [PÚBLICO na Escola](#). Este projeto, com início em 2019, conta também com a parceria do Ministério da Educação. São seus objetivos “ajudar a descodificar a linguagem da imprensa e dos media em geral, promover o desenvolvimento do espírito crítico e facultar ferramentas para pesquisar, avaliar, utilizar e criar a informação de forma eficaz, em qualquer formato” em ambiente escolar, tanto na sala de aula, como nas bibliotecas, desta forma contribuindo para a aproximação do universo dos media e da escola. Segundo o Relatório e Contas da FBA de 2021-2022 foram investidos 90k€ (total do investimento contratualizado) (p.59).

Fundação Eugénio de Almeida

A [Fundação Eugénio de Almeida](#) (FEA) tem como missão o desenvolvimento económico e a redução das desigualdades sociais. Entre os seus projetos está a parceria com o [Programa EUSOUDIGITAL](#), com abrangência nacional, que tem como objetivo chegar a um milhão de pessoas, com idades acima dos 45 anos, que nunca ou raramente usam a Internet, dotando-os de competências digitais básicas.

A FEA disponibilizou o espaço Centro de Inovação Social, em Évora, como sede do Centro EuSouDigital com o objetivo de contribuir para a inclusão social digital da

região. Para esse efeito estão também envolvidas organizações do Concelho.

Este programa insere-se no Plano de Ação de Transição Digital de Portugal, numa iniciativa que junta o Estado Português através da Estrutura de Missão Portugal Digital, a Caixa Geral de Depósitos e o MUDA – Movimento pela Utilização Digital Ativa.

Suportado por uma metodologia de rede nacional, o Programa tem como investidor social a Caixa Geral de Depósitos, e como co-financiadores o [Programa de Inclusão Social e Emprego](#) (POISE), o [Lisboa 2020](#), o CrescAlgarve 2020, o [Portugal 2020](#) e a União Europeia. Conta com vários parceiros, nomeadamente a FCT, o [INCODE 2030](#), a [Nova School of Business and Economics](#) e a [.PT](#).

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

A [Cooperativa António Sérgio para a Economia Social](#) tem como objeto o fortalecimento do setor da economia social. Entre os seus projetos está a parceria com o [Programa EUSOUDIGITAL](#), com abrangência nacional, lançado em julho de 2021, que tem como objetivo chegar a um milhão de pessoas, com idades acima dos 45 anos, que nunca ou raramente usam a Internet, dotando-os de competências digitais básicas.

Este programa insere-se no Plano de Ação de Transição Digital de Portugal, numa iniciativa que junta o Estado Português através da Estrutura de Missão Portugal Digital, a Caixa Geral de Depósitos e o MUDA – Movimento pela Utilização Digital Ativa.

Suportado por uma metodologia de rede nacional, o Programa tem como investidor social a Caixa Geral de Depósitos, e como co-financiadores o [Programa de Inclusão Social e Emprego](#) (POISE), o [Lisboa 2020](#), o CrescAlgarve 2020, o [Portugal 2020](#) e a União Europeia. Conta com vários parceiros, nomeadamente a FCT, o [INCODE 2030](#), a

[Nova School of Business and Economics](#) e a [.PT](#).

Programas nacionais de iniciativa Governamental

Agência Nacional ERASMUS +

A Agência Nacional ERASMUS + tem como missão a gestão dos programas Erasmus + em Portugal. Este programa europeu apoia o trabalho em rede de organizações europeias e internacionais com vista ao desenvolvimento dos cidadãos nas vertentes da educação, formação, juventude e desporto. Nos programas desenhados para 2014 a 2020 e 2021 a 2027 constam, entre outras prioridades relacionadas com a natureza do programa, a literacia mediática e digital de públicos jovens e adultos com o objetivo de reforçar a democracia e a participação democrática contrariando as tendências para a manipulação, propaganda e desinformação nos vários domínios sociais.

COMPETE 2020 e COMPETE 2030

O programa [Compete 2020](#) e Compete 2030 materializam a parceria entre Portugal e a Comissão Europeia para a aplicação de fundos da política de coesão. Ambos têm como missão estimular a competitividade económica através da capacitação das empresas nos domínios tecnológicos e de formação e reforço de competências de recursos humanos.

Portugal 2020

A iniciativa [Portugal Inovação Social](#) integra-se no programa mais vasto, Portugal 2020, sendo uma iniciativa do estado Português que mobilizou mais 150M€ de fundos europeus para a dinamização de iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES), bem como para a criação de práticas de investimento social com o objetivo de captar empresas e investidores e assim conseguir maior escala ao financiamento da inovação social. O programa atua através de quatro

eixos: capacitação para o investimento social, parcerias para o impacto, títulos de impacto social e fundo para a inovação social. Através da [linha da inclusão digital](#) este programa apoia a Literacia das Escolas para o Futuro, o projeto Muda na Escola, a iniciativa EUSOUDIGITAL, SafeWEB 2.0, o MAKE a Lab, a Comunidade Criativa e de Inclusão Digital de Guimarães e a Switch to Innovation, UBBU aprende a programar, Nós e (A)vós, Educação Gamificada, Tenho 25 anos: Pelo olhar do cinema e o Centro de Cidadania Digital de Alfândega da Fé.

POISE

O [Programa Operacional de Inclusão e Emprego](#) tem como missão a inclusão social em Portugal através da capacitação profissional dos cidadãos com vista a aumentar a sua empregabilidade no mercado nacional. Tem como eixos de intervenção: 1) Promover a Sustentabilidade e a Qualidade do Emprego; 2) A iniciativa emprego jovem; 3) Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; e 4) e assistência técnica necessária ao desenvolvimento deste programa operacional. O [Programa Operacional de Inclusão e Emprego](#) tem como missão a inclusão social em Portugal através da capacitação profissional dos cidadãos com vista a aumentar a sua empregabilidade no mercado nacional. Tem como eixos de intervenção: 1) Promover a Sustentabilidade e a Qualidade do Emprego; 2) A iniciativa emprego jovem; 3) Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; e 4) e assistência técnica necessária ao desenvolvimento deste programa operacional.

Lisboa 2020

O programa [Por Lisboa 2020](#) integra-se no Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020, juntamente com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3). Com o apoio de fundos europeus esta linha de financiamento visou apoiar projetos que promovessem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a

eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Ao abrigo deste apoio foi financiado, a título de exemplo, o projeto Gamezone, com o objetivo de mitigar o défice de competências de português e matemática de alunos com baixo estatuto socioeconómico através de jogos multimédia.

Tabela 26 – Financiamentos da Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do EMIFUND – European Media and Information Fund

Fundação Calouste Gulbenkian								
EMIFUND - European Media and Information Fund								
Parceria Financiamento	Medidas	Missão	Ações	Duração	Líder	Parceiros	Público alvo	€
FCG EUI Doadores: Google	Apoio à Investigação sobre desinformação	Multidisciplinary Investigations on Disinformation in Europe	Título: Omedialiteracy.Overview of the challenges and oportunites of media literacy policies in Europe Link: https://gulbenkian.pt/emifund/projects/omedia-literacy-overview-of-the-challenges-and-opportunities-of-media-literacy-policies-in-europe/	2022- 2023	Autonomous University of Barcelona	<ul style="list-style-type: none"> – Nova University of Lisbon (Portugal); – University of Vienna (Austria); – University of Amsterdam (Netherlands) 	População em geral	129499,52
		Media and Information Literacy for Citizens Empowerment	Título: YO-MEDIA: YOUNGSTERS’ MEDIA LITERACY IN TIMES OF CRISIS Link: https://gulbenkian.pt/emifund/projects/yo-media-youngsters-media-literacy-in-times-of-crisis/	2022 -2024	Portuguese Press Editors and Publishers Association	<ul style="list-style-type: none"> – University of Aveiro (Portugal); Catholic University of the Sacred Heart (Italy); Balmes University Foundation (Spain) 	Media professionals Educators	399998,4
		Boosting Fact-checking Activities in Europe	FACTUAL FACT-CHECKING CLIMATE CHANGES Link: https://gulbenkian.pt/emifund/projects/factual-fact-checking-climate-changes/	2022	Polígrafo Factual		Young people	39253,63

Tabela 27 - Financiamentos da Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do programa Cidadãos Activ@s

Fundação Calouste Gulbenkian									
Cidadãos Activ@s									
Parceria	Financiamento	Medidas	Missão	Ações	Duração	Líder	Parceiros	Público alvo	€
FCG FBB Financiamento: EEA Grants	Promoção da democracia e no reforço das competências e sustentabilidade civil	Fortalecimento da cultura democrática e da consciência cívica	Correspondentes de Bairro	Link: https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/projects/correspondentes-de-bairro/	2019 -2022	Associação Passa Sabi	– A Mensagem	Grupos minoritários	36496,8
			Humano Festival - literacia democrática na comunidade	Link: https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/projects/humano-festival_literacia-democratica-na-comunidade/ https://humanofestival.pt/	2019 - 2022	4Change, Cooperativa	– Histórias para Pensar – Associação; – Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz; – Agrupamento de Escolas de José Relvas – Alpiarça; – Junta de Freguesia de Carnide; – Câmara Municipal de Alpiarça; – Plano Nacional das Artes	Público escolar Famílias	94400
			(Des)Construir na Web	Link: https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/projects/desconstruir-na-web/	2019 - 2021	Associação New Diatheke	Agrupamento de escolas Vila Nova de Poares	Público escolar	17207

Fundação Calouste Gulbenkian

Cidadãos Activ@s

Parceria Financiament o	Medidas	Missão	Ações	Duração	Líder	Parceiros	Público alvo	€
		Fortalecimento da cultura democrática e da consciência cívica	A Ler os Média Link: https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/projects/a-ler-os-media/	2019 - 2021	Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Sintra – FAP Sintra	Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro	Público escolar	19558
		Fortalecimento da cultura democrática e da consciência cívica	Aquacultura de Sereias Lda. Link: https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/projects/aquacultura-de-sereias-lda/	2019 - 2021	Associação Academia Cidadã	Agrupamento de Escolas D. Dinis	Público escolar Famílias	26999
		Reforço das competências e sustentabilidade civil	JáCáTá Link: https://gulbenkian.pt/cidadaos-ativos/projects/planeta-miudos-da-radio-miudos/	2019	Associação Portuguesa Rádio Miúdos		População em geral Crianças Adolescentes Jovens	65339,32



Secção D

ATIVIDADES DE
PARTICIPAÇÃO,
SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO
EM LM

D. ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO EM LM

A panóplia de agentes que em Portugal intervêm no campo da literacia mediática está longe de se reduzir aos que surgem elencados nas secções precedentes.

Este ponto tem como objetivo facultar uma ideia geral da diversidade de medidas e atividades desenvolvidas por outros intervenientes com ação nesta área, nomeadamente: Outros órgãos de comunicação social (não abrangidos pelas obrigações decorrentes da Diretiva), Associações, Organizações não-governamentais, Observatórios...

Na impossibilidade de mapear a totalidade de agentes que desenvolveram atividades no período em análise, optou-se por salientar alguns intervenientes/projetos de LM com base em pelo menos um dos seguintes critérios:

- Por se considerar que constituem exemplos de boas práticas;
- Pela especificidade de intervenção;
- Pela longevidade da sua intervenção;
- Por constituírem exemplos de trabalho em rede entre agentes de diferentes quadrantes.

Nos casos em que foi possível compilar informação mais detalhada sobre as medidas/atividades de promoção de LM desses atores, nomeadamente no período de referência, apresentam-se tabelas que sistematizam essa recolha de informação.

MILOBS - Observatório Média, Informação e Literacia

⁶⁶ Criado em 2007 com o objetivo de, entre outras atribuições, apoiar o Governo na conceção, execução e avaliação das políticas públicas para a comunicação social, o Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS) veio substituir o Instituto da Comunicação Social (ICS). Foi extinto no final de 2014,

A especificidade da missão do MILObs, só por si, bastaria para atentar na sua intervenção. Na apresentação que consta do seu website, define-se «como um Observatório sobre Média, Informação e Literacia que acompanha, monitoriza e divulga o que se faz no domínio da Educação para os Media, em Portugal e no estrangeiro, ao mesmo tempo que promove a Literacia Mediática junto dos diferentes setores da sociedade». Ou seja, **um observatório especificamente vocacionado para o acompanhamento da temática da LM mas que também chama a si a vertente prática de promoção de iniciativas e atividades que possam contribuir para desenvolver competências de LM.**

Enquanto projeto, o início do MILObs remonta a 2012, com um Protocolo de Colaboração celebrado entre o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho (CECS/UM), e o então Gabinete para os Meios de Comunicação Social⁶⁶. Contudo, a ideia na base da sua criação surge agarrada à constituição do GILM – Grupo Informal de Literacia para os Média⁶⁷ e está prevista na Declaração de Braga de Literacia Mediática de 2011, assinada pelos primeiros membros-permanentes do GILM.

Alguns anos passaram até que fosse oficialmente lançado, o que aconteceu no dia 6 de julho de 2018, na Universidade de Minho, onde o MILObs é sediado e de onde é originária a equipa de investigação que o coordena e dinamiza. A equipa principal do MILObs, em termos de investigação, faz parte do CECS.

Ao longo do presente relatório, este Observatório é referido a propósito de atividades desenvolvidas em colaboração com diferentes parceiros: no caso da

depois de parte das suas funções ter sido distribuída por outros organismos. Foi preservado um pequeno núcleo que foi transferido para a Presidência do Conselho de Ministro para trabalhar na vertente de assessoria ao governo nas matérias das políticas públicas para a comunicação social.

⁶⁷ Informação sobre o GILM disponível na secção B.

concessionária do serviço público de rádio e televisão a propósito do **programa radiofónico de LM “Ouvido Crítico”**; no caso do PNL pela participação no **projeto PICLLE**, pela dinamização e projetos de investigação com a RBE, pela participação no grupo de trabalho do **LEME – Literacia e Educação para os Media em Linha**. Também se cruza com outros projetos mencionados nesta secção, como é o caso do **Público na Escola** e por ter integrado o **COMEDIG – Competências de Literacia Digital e Mediática**, projeto de que se fala na Secção E. Tem vindo a desenvolver vários projetos de investigação sobre literacia mediática e consumos de media por crianças e jovens. Em seguida listam-se as principais medidas/atividades de promoção da LM identificadas pelo MILObs.

Tabela 28 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pelo MILObs – Caracterização geral

MILOBS									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Literacia Digital	Recursos online Conferência	1.ª Semana do Bem-Estar Digital - Parceria	https://milobs.pt/primeira-semana-do-bem-estar-digital-entre-30-de-abril-e-06-de-maio/	abril de 2023	30 de abril e 06 de maio	População em geral	Nacional	Outros	Não
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	International Media and Information Literacy Institute, da UNESCO	https://milobs.pt/milobs-e-cecs-sao-parceiros-do-international-media-and-information-literacy-institute-da-unesco/	maio de 2022	sem duração definida	População em geral	Internacional	n/d	Não
Literacia para os Media	Conferência	2.º International Congress on 21st Century Literacies- MILObs foi parceiro do congresso	https://milobs.pt/chamada-de-trabalhos-para-o-2-o-international-congress-on-21st-century-literacies-ate-05-de-junho/	julho de 2022	Dois dias- 7 e 8 de julho de 2022	População em geral Outros	Internacional Nacional	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media Literacia Digital	Conferência	Congresso Literacia Digital e Mediática: da Investigação à Educação- Co-organização e participação do MILObs	https://www.uc.pt/fpce/comedig/Congresso_COME DIG_2022	junho de 2022	Congresso de um dia	Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Cibersegurança Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Estudo de impacto das iniciativas do Centro de	https://milobs.pt/recurso/estudo-de-impacto-das-iniciativas-do-centro-de-sensibilizacao-seguranet/	outubro de 2022	sem duração definida	Publico escolar (professores,	Nacional	Organismos/instituições públicas	Não

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
		Sensibilização SeguraNet- Publicação do relatório				alunos, ...) Outros			
Literacia para os Media Cidadania juvenil	Webinar	Seminários bYou/MILObs- Realização dos seminários online	https://milobs.pt/pratica/seminarios-milobs/	julho de 2022	até março de 2024	Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media	Conferência	UNESCO World Higher Education Conference- Participação na sessão Pillars for the International Media and Information Literacy Institute: Futures of Literacy	https://milobs.pt/evento-imili-pilares-para-o-international-media-and-information-literacy-institute-o-futuro-da-literacia/	maio de 2022	Conferência de um dia	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Internacional	Outros	Não
Literacia para os Media Cidadania juvenil	Campanha	Campanha Expressa-te (projeto bYou)	https://milobs.pt/projeto-byou-convida-criancas-e-jovens-a-fazerem-ouvir-a-sua-voz-na-campanha-expressa-te/	novembro de 2022	março de 2024	População em geral Outros	Nacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media Cidadania juvenil	Recursos online	Mural bYou	https://milobs.pt/projeto-byou-convida-criancas-e-jovens-a-fazerem-ouvir-a-sua-voz-na-campanha-expressa-te/	novembro de 2022	março de 2024	Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Contributo do MILObs – Observatório	https://milobs.pt/milobs-apresenta-contributos-a-revisao-do-contrato-de-concessao-de-servico-publico/	maio de 2021	sem duração definida	População em geral	Nacional	Da própria instituição	Não

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
		sobre Media, Informação e Literacia à Revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão- Publicação do contributo				Outros			
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Literacia Mediática nas Bibliotecas Escolares- Publicação de outputs	https://milobs.pt/recurso/literacia-mediatica-nas-bibliotecas-escolares/	março de 2021	sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Sim
Literacia para os Media Cidadania juvenil	Investigação/Resultados	bYou- Estudo das vivências e expressões de crianças e jovens sobre os media- Outputs do projeto	https://www.byou.ics.uminho.pt/	março de 2021	até março de 2024	Publico escolar (professores, alunos, ...) População em geral Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media	Recursos online	Media na Escola- Publicação de atividades	https://milobs.pt/categoria-recurso/media-na-escola/	setembro de 2021	até dezembro de 2022	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media	Conferência	PICCLE- Plano de Intervenção Cidadãos Competentes em Leitura e Escrita- Participação na conferência final	https://milobs.pt/conferencia-final-do-piccle-decorre-em-outubro/	outubro de 2021	Conferência de um dia	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	
Literacia para os Media Cidadania juvenil	Estudo	bYou- Estudo das vivências e expressões de crianças e jovens sobre os media	https://www.byou.ics.uminho.pt/	março de 2021	até março de 2024	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media Cidadania juvenil	Investigação/Resultados	Contributo do MILObs – Observatório sobre Media, Informação e Literacia à Revisão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Rádio e de Televisão	https://milobs.pt/milobs-apresenta-contributos-a-revisao-do-contrato-de-concessao-de-servico-publico/	maio de 2021	sem duração definida	População em geral	Nacional	n/d	Não
Literacia para os Media Cidadania Competências educativas	Ação de sensibilização	Media na Escola	https://milobs.pt/categoria-recurso/media-na-escola/	setembro de 2021	até dezembro de 2022	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	n/d	Não
Literacia para os Media Literacia Digital	Estudo	Estudo de impacto das iniciativas do Centro de	https://milobs.pt/investigacao/estudo-de-impacto-das-iniciativas-do-centro-de-sensibilizacao-seguranet/	maio de 2020	até outubro de 2022	Publico escolar (professor)	Nacional	n/d	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
		Sensibilização SeguraNet				es, alunos, ...)			
Literacia para os Media	Recursos online	Media em Casa	https://milobs.pt/categoria-recurso/media-em-casa/	abril de 2020	março de 2021	Publico escolar (professores, alunos, ...) Famílias	Nacional	n/d	Não
Literacia para os Media	Referencial	Referencial de Educação para os <i>Media</i> - Atualização da 1.ª edição	Relatório (2.ª edição) no prelo	junho de 2020	a aguardar publicação	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	n/d	Sim
Literacia para os Media	Recursos online	Media em Casa- Publicação de atividades e sugestões	https://milobs.pt/categoria-recurso/media-em-casa/	setembro de 2020	até março de 2021	Publico escolar (professores, alunos, ...) Famílias	Nacional	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media Cidadania juvenil	Webinar	Seminários MILObs- Realização de seminários online e presenciais	https://milobs.pt/pratica/seminarios-milobs/	outubro de 2020	sem duração definida	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...) Famílias	Nacional Internacional	Da própria instituição	Não

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media	Webinar	Seminários online do projeto COMEDIG- Co-organização e participação do MILObs	https://www.uc.pt/fpce/comedig	novembro de 2020	Dois seminários de um dia, realizadas em novembro de 2020 e abril de 2022	Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media	Recursos online	LEME – Literacia e Educação Mediática Em linha- Colaboração no desenvolvimento da plataforma	https://milobs.pt/cronologia/lancamento-da-plataforma-leme/	2020	2021	População em geral	Nacional	Organismos/instituições públicas	Não
Literacia para os Media	Estudo	Literacia Mediática nas Bibliotecas Escolares- Desenvolvimento do estudo MILObs/RBE	https://milobs.pt/recurso/literacia-mediatica-nas-bibliotecas-escolares/	2019	2021	Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional	n/d	Sim
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Newsletter mensal do MILObs	https://milobs.pt/newsletter/	2019	Sem duração definida	População em geral	Nacional Internacional	n/d	Não
Literacia para os Media	Recursos online	PICCLE- Plano de Intervenção Cidadãos Competentes em Leitura e Escrita	https://milobs.pt/investigacao/piccle/	2019	2021	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	n/d	Não
Literacia para os Media	Ação de sensibilização	Cientificamente provável	https://milobs.pt/recurso/cientificamente-provavel-rates/	2019	2019	Publico escolar (professor	Local	Da própria instituição	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
						es, alunos, ...)			
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	COMEDIG: Competências de Literacia Digital e Mediática em Portugal-Outputs	https://www.uc.pt/fpce/comedig/Homepage/	2018	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media Competências educativas	Ação de formação	Formação de professores (DGE)	Sem website	s/d	s/d	Público escolar (professores)	Nacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media Literacia Digital	Estudo	COMEDIG: Competências de Literacia Digital e Mediática em Portugal	https://www.uc.pt/fpce/comedig/Homepage/	julho de 2018	julho de 2022	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	n/d	Sim
Literacia para os Media	Webinar Seminário	Seminários MILObs- Realização de seminários online e presenciais	https://milobs.pt/pratica/seminarios-milobs/	novembro de 2018	sem duração definida	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...) Famílias	Nacional Internacional	Da própria instituição	Não
Literacia para os Media	Ação de formação	Literacia para os Media e Jornalismo- Participação no desenvolvimento	https://milobs.pt/lancado-site-do-projeto-literacia-para-os-media/	2017	2019	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	n/d	Não

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
		deste projeto do Sindicato de Jornalistas e do Ministério de Educação							
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Transmedia Literacy. Exploiting transmedia skills and informal learning strategies to improve formal education- Outputs	https://milobs.pt/investigacao/transmedia-literacy/	2016	2018	Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	União Europeia/Comissão Europeia	Sim
Literacia	Estudo	Transmedia Literacy. Exploiting transmedia skills and informal learning strategies to improve formal education	https://milobs.pt/investigacao/transmedia-literacy/	2016	2018	Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	n/d	Sim
Literacia para os Media Competências educativas	Ação de formação	Formação de professores (projeto e-mel)	https://e-mediaeducationlab.eu/en/	2015	2017	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional Internacional	União Europeia/Comissão Europeia	Sim
Literacia para os Media Competências educativas	Investigação/Resultados	E-Media Education Lab Project (e-mel)- Outputs	https://e-mediaeducationlab.eu/en/	2015	Sem duração definida	Publico escolar (professores,	Nacional Internacional	União Europeia/Comissão Europeia	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
						alunos, ...) Outros			
Literacia para os Media Cidadania	Ação de formação	Disciplina de Literacia, Media e Cidadania (Licenciatura em Ciências da Comunicação- UMinho)	https://www.uminho.pt/PT/ensino/oferta-educativa/Cursos-Conferentes-a-Grau/_layouts/15/UMinho.PortalUM.UI/Pages/CatalogoCursoDetail.aspx?itemId=4580&catId=14	2015	Sem duração definida	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional Internacional	n/d	Sim
Literacia para os Media Competências educativas	Estudo	E-Media Education Lab Project (e-mel)	https://e-mediaeducationlab.eu/en/	2014	2017	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional Internacional	n/	Sim
Literacia para os Media	Referenciais	Referencial de Educação para os <i>Media</i> - Publicação da 1.ª edição	https://milobs.pt/recurso/referencial-de-educacao-para-os-media-para-a-educacao-pre-escolar-o-ensino-basico-e-o-ensino-secundario/	2014	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	
Literacia	Referencial	Referencial de Educação para os <i>Media</i> - Elaboração da 1.ª edição	https://milobs.pt/recurso/referencial-de-educacao-para-os-media-para-a-educacao-pre-escolar-o-ensino-basico-e-o-ensino-secundario/	2013	2014	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	n/d	Sim
Literacia para os Media	Estudo	Níveis de Literacia Mediática: Estudo exploratório com jovens do 12.º	https://milobs.pt/recurso/niveis-de-literacia-mediatica-estudo-exploratorio-com-jovens-do-12o-ano-2/	2013	2015	População em geral Publico escolar (professores,	Nacional	n/d	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
		ano- Elaboração do estudo				alunos, ...) Outros			
Literacia para os Media Cidadania	Conferência	Congresso Literacia, Media e Cidadania- Co-organização de cinco edições	https://milobs.pt/pratica/congresso-literacia-media-e-cidadania/	março de 2013	maio de 2019	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	Outros	
Literacia para os Media	Ação de sensibilização	7 Dias com os Media- Co-organização da iniciativa em sete edições	https://milobs.pt/pratica/7-dias-com-os-media/	maio de 2013	maio de 2019	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional Internacional	Outros	
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Níveis de Literacia Mediática: Estudo exploratório com jovens do 12.º ano- Outputs	https://milobs.pt/recurso/niveis-de-literacia-mediatica-estudo-exploratorio-com-jovens-do-12o-ano-2/	2013	2015	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Competências educativas	Investigação/Resultados	EMEDUS – European Media Literacy Education Study-Outputs	https://www.cecs.uminho.pt/projetos/emedus-european-media-literacy-education-study/	2012	Sem duração definida	<p>Publico escolar (professores, alunos, ...)</p> <p>Grupos minoritários (migrantes, refugiados, ...)</p> <p>População em geral</p> <p>Outros</p>	Nacional Internacional	União Europeia/Comissão Europeia	Sim
Literacia para os Media	Estudo	EMEDUS – European Media Literacy Education Study	https://www.cecs.uminho.pt/projetos/emedus-european-media-literacy-education-study		2014	<p>Publico escolar (professores, alunos, ...)</p> <p>Grupos minoritários (migrantes, refugiados, ...)</p> <p>População</p>	Nacional Internacional	União Europeia/Comissão Europeia	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
						em geral Outros			
Literacia para os Media	Recursos	Agendas de atividades- Desenvolvimento e publicação	https://milobs.pt/categoria-recurso/atividades/	2011	2019	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Da própria instituição União Europeia/Comissão Europeia	Sim
Literacia para os media	Investigação/Resultados	Escolinhas criativas- Output do projeto	https://www.cecs.uminho.pt/projetos/escolinhas-criativas/	2011	2013	Publico escolar (professores, alunos, ...) Famílias Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Navegando com o Magalhães: Estudo sobre o impacto dos media digitais nas crianças- Outputs	https://milobs.pt/investigacao/projeto-magalhaes-fct/	2010	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional Internacional	Organismos/instituições públicas	Não
Literacia para os Media	Recursos online	Escolinhas Criativas	https://www.cecs.uminho.pt/projetos/escolinhas-criativas/	2010	2013	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
						Famílias Outros			
Literacia para os Media Literacia Digital	Estudo	Navegando com o Magalhães: Estudo sobre o impacto dos media digitais nas crianças	https://milobs.pt/investigacao/projeto-magalhaes-fct/	2010	2013	Público escolar (professores, alunos, ...) Outros	Nacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media	Estudo	Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos- Realização de estudo para a ERC	https://milobs.pt/investigacao/projeto-educacao-para-os-media-em-portugal/	2009	2011	População em geral Outros	Nacional	n/d	Sim
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos- Outputs	https://milobs.pt/investigacao/projeto-educacao-para-os-media-em-portugal/	2009	Sem duração definida	População em geral Outros	Nacional Internacional	Outros	
Literacia para os Media	Estudo	A Televisão e as Crianças: um ano de programação na RTP 1, RTP2, SIC e TVI- Realização de	https://milobs.pt/investigacao/a-televisao-e-as-criancas/	2007	2009	População em geral Famílias Outros	Nacional	n/d	Sim

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
		estudo para a ERC							
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	A Televisão e as Crianças: um ano de programação na RTP 1, RTP2, SIC e TVI-Outputs	https://milobs.pt/investigacao/a-televisao-e-as-criancas/	2007	Sem duração definida	População em geral Famílias Outros	Nacional	Organismos/instituições públicas	Não
Literacia para os media	Investigação/Resultados	Estudos no âmbito de projetos de doutoramento e mestrado- Conclusão de mais de duas dezenas de teses de doutoramento orientadas pelos coordenadores do MILObs, com relação explícita ou implícita ao conceito e dimensões da educação e literacia para os media, bem como de mais de 30 dissertações ou relatórios de mestrado	https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/822/browse?type=advisor&order=ASC&rpp=20&authority=999 https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/822/browse?type=advisor&order=ASC&rpp=20&authority=1485 https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/823/browse?type=advisor&order=ASC&rpp=20&authority=1485 https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/823/browse?type=advisor&order=ASC&rpp=20&authority=999	2005	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...) População em geral Outros	Nacional Internacional	Outros	

MILOBS

TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS -ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	RESPONSABILIDADE DE FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Literacia Digital	Ação de formação	Orientações de mestrados e doutoramentos-UMinho	https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/822/browse?type=advisor&order=ASC&rpp=20&authority=999 https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/822/browse?type=advisor&order=ASC&rpp=20&authority=1485 https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/823/browse?type=advisor&order=ASC&rpp=20&authority=1485 https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/823/browse?type=advisor&order=ASC&rpp=20&authority=999	2005	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...) População em geral	Nacional Internacional	n/d	Sim
Literacia para os Media	Ação de formação	Mestrado em Comunicação, Cidadania e Educação	Sem website	2002	2015 (com interrupção entre edições)	População em geral Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional Internacional	n/d	Sim
Literacia para os Media	Referenciais	Referencial de Educação para os <i>Media</i> -Publicação da 2.ª edição	Relatório (2.ª edição) no prelo	a aguardar publicação	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	
Literacia para os Media	Investigação/Resultados	Publicação de artigos, edições de revistas, livros e outras atividades científicas	https://repositorium.sdum.uminho.pt/browse?type=author&authority=1485&authority_lang=por https://repositorium.sdum.uminho.pt/browse?type=author&authority=999&authority_lang=por	1997	Sem duração definida	Outros	Nacional Internacional	Outros	

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

Além da atividade do MILObs, no mesmo segmento de trabalho de observatórios menciona-se a ligação à LM por parte de mais dois: o Iberifier, o *hub* ibérico do European Digital Media Observatory (EDMO) e o OberCom – Observatório de Comunicação, que também integra a equipa do Iberifier.

Iberifier, a ação do hub ibérico do EDMO

O Iberifier – Observatório Ibérico de Media Digitais é o hub do European Digital Media Observatory (EDMO) para Portugal e Espanha, sendo a sua principal missão analisar o ecossistema ibérico de media digital e investir no combate ao problema da desinformação.

Em termos de composição conta com representantes de doze universidades, cinco organizações de verificação de factos e agências de notícias, e seis centros de pesquisa multidisciplinares. A coordenação pertence à Universidade de Navarra. Este projeto, que conta com financiamento Comissão Europeia no âmbito do acordo relacionado com o EDMO, tem uma duração prevista de 1 de setembro de 2021 a 29 de fevereiro de 2024. Ou seja, a sua atividade, inicia-se dentro do período de análise do presente relatório.

Segundo informação disponível no *website* deste *hub*, dois projetos portugueses diretamente relacionados com LM serviram de inspiração ao Iberifier: o projeto **“Literacia para os Media e Jornalismo”** (consiste na formação de jornalistas que depois formam professores e os acompanham nos projetos escolares) e **“Academia de Cidadania Digital”** (trabalha

com crianças entre os três e os 10 anos, envolvendo professores, família e comunidade). O reflexo dessa inspiração é explicitamente constatável na quarta das cinco linhas de trabalho em que o Iberifier concentra a sua missão:

1. Investigação sobre as características e tendências do ecossistema ibérico de media digital;
2. Elaboração de relatórios estratégicos sobre ameaças de desinformação, tanto para conhecimento público como para as autoridades de Espanha e Portugal;
3. Desenvolvimento de tecnologias computacionais para reconhecimento precoce de desinformação.
- 4. Promoção de iniciativas de literacia mediática, dirigidas a jornalistas e informadores, aos jovens e à sociedade em geral.**
5. Verificação de desinformação em território ibérico.

Ainda que as restantes linhas da sua missão se cruzem com os objetivos da literacia mediática, no contexto do presente relatório importa explorar o trabalho do Iberifier sobretudo no que respeita a linha 4, relativa precisamente à promoção de iniciativas de literacia mediática, bem como as relações que o hub estabeleceu em Portugal. A tabela 29 elenca as **entidades portuguesas que decidiram integrar o Iberifier**, sobressaindo desde logo a diversidade de perfis dos intervenientes: desde a agência portuguesa de Notícias (Lusa), sobre a qual se reporta em seguida, duas universidades, um centro de formação profissional de jornalistas, um observatório centrado em questões de comunicação, um verificador de factos e uma associação que alia a literacia para os media e o jornalismo.

Tabela 29 - Entidades portuguesas que integram o hub ibérico

Entidades	Tipologia das entidades
Agência Portuguesa de Notícias – Lusa	Agência de notícias
ALMJ- Associação Literacia para os Media e Jornalismo	Associação
Cenjor – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas	Centro de formação
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	Universidade
OberCom – Observatório da Comunicação	Observatório
Polígrafo	Verificador de factos
Universidade de Aveiro	Universidade

Comunicação/Articulação Iberifier-ERC

Seguindo as recomendações da CE, a ERC entrou em contacto o Iberifier. No dia 10 de março de 2023, solicitou duas reuniões técnicas com representantes do *hub* em Portugal, uma sobre a questão do combate à desinformação e outra para a questão da LM.

Relativamente à LM, a reunião permitiu esclarecer questões em relação ao modo de funcionamento do *hub*, identificar linhas de trabalho em comum e a hipótese de explorar sinergias no que respeita a promoção de atividades, o que até ao momento não aconteceu. A única colaboração a envolver ambas as partes que existiu foi no contexto do GILM, através do convite do Grupo a dois representantes do Iberifier para participar como oradores em sessões plenárias do VI Congresso Literacia, Media e Cidadania, que se realizou a 21 e 22 de abril de 2023.

Os representantes do *hub* também alertaram a ERC para o facto de estarem a trabalhar num mapeamento de projetos de literacia mediática, através do Obercom, um dos parceiros Iberifier. Como resultado foi publicado o estudo *Literacia para os Media – Horizontes concetuais e mapeamento de atores e iniciativas em Portugal e no mundo*.⁶⁸

Para seguir a atividade do Iberifier e dos restantes *hubs* do EDMO, a ERC acompanhou vários encontros internacionais, nomeadamente os promovidos pela Media and Learning Association⁶⁹. Até ao momento, entre a ERC e o Iberifier não foi estabelecido qualquer tipo de colaboração formal.

Mapeamento das atividades de LM da equipa portuguesa do Iberifier

A partir da página de notícias do *website* do Iberifier procurou-se listar atividades de LM com intervenção da equipa portuguesa. Conforme atesta a tabela 30, essas atividades são sobretudo de duas naturezas: Cursos/Formações a profissionais do jornalismo e/ou a jovens; Participação em iniciativas de debate e reflexão (como congressos, conferências, *webinars*,...). Na maior parte dos casos, de forma expectável, uma vez que essa é o tema *core* dos *hubs* do EDMO, com foco na temática da desinformação /notícias falsas, relacionando-a com a LM. No caso das formações observa-se que denotam tentativa de diversificação geográfica dentro do País e também o alcance de interessados de países de expressão portuguesa.

⁶⁸Publicação disponível em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2023/04/Literacias_Final_28Abril.pdf

⁶⁹ Chama-se a atenção em particular para o encontro em que se fala do trabalho de literacia mediática do

DeFacto, Iberifier e e BENEDMO, os hubs francês, ibérico o belga e holandês. Vídeo do encontro disponível em: <https://media-and-learning.eu/event/media-literacy-in-practice-in-france-spain-portugal-belgium-and-the-netherlands/>.

Tabela 30 - Iniciativas de literacia mediática desenvolvidas pelo Iberifier em Portugal no período de referência (setembro 2020 - outubro 2022)

Designação da iniciativa	Tipo de iniciativa	Data	Destinatários da atividade	Local da Atividade
Comunicação no workshop “Media and Information Literacy: The role of Academia and media Experts”	comunicação	27/out/22	Não especificado	Online
Comunicação “MLA4MediaLit Conference on Teacher Education in Digital and Media Literacy”	comunicação	19/out/22	Não especificado	Online
Comunicação no encontro nacional da ALMJ	comunicação	12/out/22	Não especificado	Coimbra
Comunicação na conferência “Europe tackles information chaos	comunicação	23/set/22	Não especificado	Online
“Educação para Cidadania Digital”,	ação de formação	12/set/22	cerca de 70 professores	Cabo Verde
"Literacia digital em ação contra a desinformação"	ação de formação	12/jul/22	profissionais do jornalismo	Lisboa
"Literacia digital em ação contra a desinformação"	ação de formação	29/jun/22	14 jornalistas da Rádio Universidade de Coimbra	Coimbra
"Literacia digital em ação contra a desinformação"	ação de formação	22/jun/22	jornalistas do Diário de Coimbra	Coimbra
Comunicação no Painel "Media and Information Literacy" da conferência anual EDMO	comunicação	13/jun/22	Não especificado	Bruxelas
Comunicação em reunião do projeto “Digital Citizenship Education”,	comunicação	01/jun/22	os especialistas do projeto e a rede internacional de promotores da Cidadania Digital	Estrasburgo
Comunicação no 2.º “Encontro Nacional Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC) e Equidade + Qualidade das aprendizagens”,	comunicação	24/mai/22	Não especificado	Santa Maria da Feira
Comunicação no IV Encontro Ibérico de Comunicação e Jornalismo de Ciência, Scicom	comunicação	11/mai/22	Não especificado	Açores
"Literacia digital em ação contra a desinformação"	workshop “Literacia Mediática contra Desinformação”	10/mai/22	jornalistas do projeto Iberifier	Açores
Dinamização do webinar “Digital Citizenship Academy: young children becoming social actors in their own lives” integrado no ciclo de webinars “Children, Youth and Digital Media 2022”,	webinar	27/abr/22	alunos em mobilidade Erasmus	Online
Comunicação sobre curso de formação "A Verdade e a Fidedignidade da Informação. A desinformação"	comunicação	19/abr/22	Não especificado	Online
Comunicação	webinar “Digital Citizenship Academy: young children becoming social actors in their own lives”	23/mar/22	Não especificado	Online
Oficinas contra a desinformação	ação de formação	10 e 11 mar 2022	40 alunos; membros da Comissão Independente dos Meios de Comunicação Social (IMC)	Kosovo
Comunicação na “Digital Citizenship Education and Foreign Language Learning”	comunicação	02/fev/22	alunos em mobilidade Erasmus	Online
“Que estratégias para combater a desinformação? – O impacto das Fake News na democracia	ação de formação	27/nov/21	75 alunos	Famalicão

Designação da iniciativa	Tipo de iniciativa	Data	Destinatários da atividade	Local da Atividade
“Que estratégias para combater a desinformação? – O impacto das Fake News na democracia	ação de formação	27/nov/21	120 alunos	Ponte de Lima
Comunicação na conferência internacional “Media Literacy Week”	comunicação	28/out/21	Não especificado	Online
Comunicação no Seminário Bilateral eTwinning Portugal – Espanha	comunicação	22/out/21	Não especificado	Online

Nota: Informação compilada a partir do *website* do Iberifier.

OberCom

O OberCom - Observatório da Comunicação, criado no ano 1999, centra a sua ação na análise das dinâmicas comunicacionais contemporâneas e da paisagem mediática em Portugal. Nesse sentido investe na análise e apoio às políticas públicas, às empresas do sector e à investigação académica em ciências da comunicação. Conforme refere na secção Estatutos do seu site, este observatório procura documentar «com alguma amplitude, tendências e mudanças na Europa e internacionalmente por forma a analisar os sectores de Media portugueses num contexto alargado».

O OberCom é parceiro do EJO (European Journalism Observatory) em Portugal publicando regularmente os resultados dos estudos do OberCom na rede europeia EJO.

Na secção *Investigação* do seu *website*, o OberCom especifica que atualmente publica investigação nas áreas temáticas especificadas na tabela 31, das quais sobressai, no contexto deste relatório, a área “Consumo e Literacias de Media”. Recentemente, em abril de 2023, publicou o estudo *Literacia para os Media – Horizontes concetuais e mapeamento de atores e iniciativas em Portugal e no mundo*⁷⁰, conforme acima referido, em parceria e associação com o Iberifier, projeto que o OberCom integra.

A partir de 2021, o OberCom passou a integrar o GILM na qualidade de membro

⁷⁰Publicação disponível em: <https://obercom.pt/wp->

permanente, tendo estreitado a sua relação com a LM também por essa via.

Tabela 31 - Áreas temáticas sobre as quais o OberCom publica

1	Agências de Notícias, Mercado e Prospetiva
2	Cinema e Conteúdos Audiovisuais
3	Consumo e Literacias de Media
4	Covid-19 e crise pandémica
5	Desinformação e fake news
6	Digital News Report
7	Estudos de Caso Jornalísticos
8	Imprensa Mercado e Prospetiva
9	Internet em Portugal
10	Investigação
11	Media Management
12	Migração TDT
13	Mobilidade, Telemóveis e Media
14	Novas Tendências de Autoria
15	Novos Modelos de Negócio Media
16	Publicidade
17	Rádio Mercado e Prospetiva
18	Serviço Público e Valor Público dos Media
19	Sociedade de informação e Redes Sociais
20	Televisão Mercado e Prospetiva

Fonte: Website do OberCom, Secção *Investigação*, conforme consulta realizada em maio de 2023.

Associação Literacia para os Media e Jornalismo (ALMJ)

Formalizada na qualidade de associação, a Associação Literacia Para os Media e

[content/uploads/2023/04/Literacias_Final_28Abril.pdf](https://obercom.pt/wp-content/uploads/2023/04/Literacias_Final_28Abril.pdf)

Jornalismo (ALMJ) nasce a 20 de novembro de 2020. No entanto, o projeto **“Literacia para os Media e Jornalismo”**, que está na base da sua criação, começou a ser idealizado **em janeiro de 2017**, na sequência do **4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses**⁷¹, que aprovou uma **moção considerando urgente promover a literacia para os media**. Nesse contexto, o Sindicato dos Jornalistas Portugueses decidiu apresentar ao Ministério da Educação uma proposta de intervenção na área – um projeto de formação de professores em LM-concebida por jornalistas e académicos da área da comunicação. O projeto efetivar-se-ia através de uma parceria que envolve o Sindicato, a DGE e o Centro Protocolar de Formação para Jornalistas (Cenjor), com alto patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República. Começou a ser concretizado sob a forma de projeto-piloto a 26 de janeiro de 2019. De acordo com a informação que consta do seu website nesse piloto estiveram envolvidos 100 docentes, do 3.º Ciclo do Ensino Básico e Secundário, de 40 Agrupamentos de Escolas, distribuídos por cinco regiões do país: Alentejo (Évora), Algarve (Faro), Centro (Águeda), Lisboa (Lisboa) e Norte (Porto).

No presente, **a ALMJ tem por missão disponibilizar a professores e outros públicos metodologias, recursos e ferramentas que possam ser usadas em atividades de literacia para os media com alunos, comunidades escolar e educativa, ou outras**. Note-se que também é uma das entidades portuguesas que integram o Iberifier, sendo de notar que o Presidente da sua Assembleia-Geral, Vítor Tomé, embora não em representação da ALMJ, também faz parte do GILM como perito convidado.

A vertente da formação de professores é aquela em que a ALMJ se destaca conforme é visível na tabela 32.

⁷¹ O 4º Congresso dos Jornalistas, realizado entre os dias 12 e 15 de janeiro de 2017, teve como lema "Afirmar o Jornalismo". Informação sobre a

iniciativa disponível em <https://4congresso.jornalistas.eu/>.

Tabela 32 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela ALMJ – Caracterização geral

ALMJ									
TEMÁTICA	TIPO DE MEDIDA / ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	HIPERLIGAÇÃO	DATA DE ARRANQUE	DURAÇÃO	PÚBLICOS-ALVO	ÂMBITO GEOGRÁFICO	FINANCIAMENTO	AVALIAÇÃO DE IMPACTO
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Formação	Literacia para os Media e Jornalismo	www.associacaoliteracia.pt	2019	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...) Grupos minoritários (migrantes, refugiados,...)	Nacional	n/d	Sim
Literacia Digital Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Ação de formação	Formação de jornalistas em Literacia dos Media	www.associacaoliteracia.pt	novembro de 2017	Sem duração definida	Outros	Nacional	Organismos/instituições públicas	Não
Literacia Digital Literacia para o Jornalismo Desinformação	Ação de formação	Formação de outros públicos	www.associacaoliteracia.pt	setembro de 2022	Sem duração definida	Grupos minoritários (migrantes, refugiados,...) Outros	Nacional	EU/CE	Não
Desinformação	Ação de formação	Formação de jornalistas (em serviço e em formação) em combate à desinformação	www.associacaoliteracia.pt	julho de 2022	Sem duração definida	Outros	Nacional	EU/CE	Sim
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Ação de formação	"Da redação para a escolas" - Apoio à criação e monitorização de projetos de LM em escolas	www.associacaoliteracia.pt	maio de 2022	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	Sim
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Webinar	"Da redação para a escolas" - Visitas únicas a escolas	www.associacaoliteracia.pt	maio de 2022	Sem duração definida	Publico escolar (professores, alunos, ...)	Nacional	Organismos/instituições públicas	Não

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

MediaSmart

Website <https://www.mediasmart.com.pt/>

Criado em 2008, o MediaSmart é um programa sem fins lucrativos de literacia sobre a publicidade nos diversos media (meios de comunicação social). Desenvolve e fornece gratuitamente materiais pedagógicos a escolas, organizações infantis, professores e educadores, com o objetivo de que possam ser utilizados para ajudar as crianças – com idades entre os 7 e os 14 anos - a pensar de forma crítica sobre a publicidade no contexto das suas vidas diárias.

Conforme afirmado na secção do site que fala sobre o Programa, o MediaSmart «é um método de ensino que os educadores (professores e pais) podem adequar de acordo com a sua vontade pessoal. Cada professor é livre de utilizar aquilo que lhe parece interessante ou adaptável à sua disciplina e pode mesmo estender a reflexão a casos com os quais as crianças são confrontadas diariamente».

O financiamento do Programa MediaSmart ocorre através da indústria (Associação Portuguesa de Anunciantes) e do recurso a patrocinadores. O programa conta com o apoio do Governo.

Através do seu secretariado, que garante a implementação do programa no terreno, são ainda garantidas a atualização do seu *website*, são respondidas questões colocadas pelas escolas, professores, pais e alunos, são promovidas e acompanhadas a criação de novos materiais e é mantido o contato permanente com os Media Smart de toda a Europa. O programa é acompanhado por um grupo de peritos que decide sobre os seus objetivos pedagógicos.

⁷² Disponível para download em <https://www.mediasmart.com.pt/professores/licao-sobre-igualdade-de-genero-em-publicidade/>.

Vertente de formação de professores

Para poder prestar o apoio adequado aos professores na implementação do Programa, o mesmo conta com **um curso de Formação em regime de E-Learning** a partir de uma plataforma específica para o efeito, criada em parceria com a Universidade Católica Portuguesa. No seu *website* dispõe de uma secção especificamente vocacionada para esta vertente, na qual sobressai que o curso é estruturado de modo a permitir flexibilidade de aprendizagem, economia de tempo e aprendizagem personalizada.

No contexto da sua atividade relacionada com a **criação de recursos, sobressai como o mais recente (lançado em maio de 2022) a [Lição sobre Igualdade de Género em Publicidade](#)**⁷², destinado sobretudo a crianças entre os 12 e os 14 anos.

Os Filhos de Lumière

Website <https://www.mediasmart.com.pt/>

Os Filhos de Lumière é o nome de uma associação cultural nascida em 2000 vocacionada para a sensibilização em relação ao cinema, tendo por base a conceção, organização e a orientação de atividades destinadas maioritariamente a crianças e adolescentes. O objetivo é que os mesmos se envolvam nessas atividades procurando apreciar, analisar, compreender e criticar as obras que resultam da prática da arte cinematográfica.

Media Veritas

Website <https://www.mediasmart.com.pt/>

Promovido pela Associação Portuguesa de Imprensa (API) em parceria com o Google.org, o Media Veritas, apresenta-se como **um programa de combate à iliteracia**

mediática, contra a manipulação jornalística e a desinformação. Lançado em 2019 e com término em 2022, tem como objetivo **promover a Literacia dos Media junto de comunidades que considera mais vulneráveis: adolescentes, jovens e seniores.**

Em termos de financiamento, o programa conta com o apoio da Fundação norte-americana Tides. No que respeita ao envolvimento com outros parceiros nacionais, o programa integra o grupo de entidades parceira do já referido MUDA – Movimento pela utilização Digital Ativa.

De acordo com o *website* do programa, na concretização dos seus objetivos junto da comunidade sénior, o Media Veritas desenvolveu o projeto **Academia Media Veritas**⁷³, com apoio da Câmara Municipal de Gaia. O objetivo desse projeto foi capacitar a população desse concelho com mais de 55 anos para aceder, analisar, avaliar e agir sobre mensagens de media, tendo por base a realização de cinco sessões semanais, presenciais ou *online* (com duração de uma hora) em que se abordam conteúdos para a educação em jornalismo baseados na UNESCO com a finalidade de reduzir casos de manipulação de opinião e burlas online.

Na vertente da **sensibilização dos jovens, é referido o workshop “Escolas Media Veritas – A verdade nos Media”**, propondo como temas Os Media como construção social (redes sociais; a dependência do online e os jovens nos media); Por Detrás das Fake News (tipos de notícias falsas, *facto vs opinião*); A redação de um jornal (quem quer ser jornalista?, jornais impressos e digitais em Portugal).

Iniciativas promovidas por outros órgãos de comunicação social (não abrangidos pelas obrigações decorrentes da Diretiva)

Entre a comunicação social portuguesa também sobressaem algumas iniciativas de promoção de LM, com a particularidade de

serem **direcionadas sobretudo para o público infantil-juvenil**, nomeadamente enquanto público escolar.

Uma dessas iniciativas – Público na Escola – prima por ser um dos mais antigos projetos de referência em Portugal nesta área, sendo promovida pelo Público, um dos jornais diários nacionais. É também entre a comunicação social impressa que encontramos mais um duplo projeto com vários anos de implementação, o MediaLab, o laboratório jornalístico dos jornais diários Diário de Notícias e Jornal de Notícias. Embora não tanto pela sua longevidade, mas por constituírem exemplos de conteúdos criados por órgãos de comunicação social explicitamente pensados para o público infantil-juvenil, sobressaem o Expressinho (do semanário Expresso) e a Visão Júnior (da revista Visão).

Público na Escola

Website	https://www.publico.pt/publico-na-escola
----------------	---

O **Público na Escola** é um dos projetos portugueses de promoção da literacia mediática de maior longevidade, contando com mais de três décadas de atividade. Lançado oficialmente em 1990 juntamente com o Público, jornal diário nacional de informação generalista, responsável pela sua promoção. Conforme a sua designação deixa adivinhar, este projeto é dirigido sobretudo à **sensibilização do público escolar para questões do jornalismo**, estando alinhado com as estratégias de desenvolvimento das competências inscritas no “*Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*”, documento de referência do sistema educativo sobre o qual se reporta informação mais detalhada na secção B.

O projeto esteve em atividade entre 1990 e 2015. Nessa altura, devido à falta de recursos e de apoio, acabaria por ficar parado, tendo sido retomado no ano letivo

⁷³ No seu *website*, o MediaVeritas disponibiliza o Manual Academia Media Veritas 2020-2022.

2019/2020 numa parceria com o Ministério da Educação e a Fundação Belmiro de Azevedo, entidade responsável pelo seu financiamento.

Conforme informação disponível na página do Público na Escola, é referido que o projeto que é relançado mantendo os pressupostos iniciais, embora com essa existência digital integrada no website do Público. De acordo com os objetivos aí descritos, o projeto visa:

- Contribuir para uma relação mais próxima entre a atualidade mediática e a escola;
- Ajudar a descodificar a linguagem da imprensa e dos media em geral
- Promover o desenvolvimento do espírito crítico;
- Facultar ferramentas para pesquisar, avaliar, utilizar e criar a informação de forma eficaz, em qualquer formato;
- Disponibilizar propostas de atividades para sala de aula/biblioteca escolar, a partir de conteúdos do jornal PÚBLICO (numa primeira fase privilegiaremos o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário);
- Divulgar iniciativas em curso nas escolas no domínio da educação para os media;
- Promover contacto e articulação com outros projetos já em curso;
- Propor instrumentos de formação para professores;
- Dar voz aos alunos;
- Manter visitas às redações.

Entre as diferentes atividades que o Público na Escola desenvolve, merece destaque o Concurso Nacional de Jornais Escolares, para todos os níveis e ciclos da escolaridade obrigatória, concurso que já era dinamizado antes desta reedição do concurso que tem como principal objetivo dar a conhecer boas práticas de jornalismo escolar.

O investimento do jornal Público na promoção/desenvolvimento de projetos que visam melhorar as competências de LM dos cidadãos é refletido em outros projetos, cuja versão digital, é igualmente acolhida no website do jornal: **P Superior, Artéria, Vozes de Gaia**.

MediaLab-DN e Media/Lab/JN

Website	https://dn.medialabedu.org/ https://jn.medialabedu.org/
---------	--

O Diário de Notícias e o Jornal de Notícias são mais dois jornais diários nacionais de informação generalista que desenvolvem iniciativas de LM, nomeadamente através do **MediaLab-DN e do MediaLab-JN**. Criados em 2010⁷⁴, este projeto cria dois laboratórios de jornalismo, um no Diário de Notícias (com sede em Lisboa) e outro no Jornal de Notícias (com sede no Porto) que visam sensibilizar para a área de trabalho do jornalismo, a profissão de jornalista, a produção jornalística e o trabalho de uma redação. Os mais jovens, enquanto público escolar, as famílias e os seniores são alguns dos destinatários das iniciativas MediaLab.

⁷⁴ O livro “Educação para os media em Portugal: experiências, atores e contextos” remete para os projetos que estiveram na origem destes dois

laboratórios, reportando acerca da dinâmica que geraram aquando do seu surgimento (pág.

Tabela 33 - Iniciativas do programa MediaLab - disponíveis em diferentes anos

Media Lab LIVE - 100% online	Media Lab na Escola e na Comunidade
Workshop - Redação do Século XXI	Media Lab LIVE - 100% online
Workshop - Redação do Século XXI para os mais novos (1º e 2º ciclos)	Workshop - Redação do Século XXI
Pedro, o Jornalista! Agora na sua Escola (Pré-Escolar)	Workshop - Redação do Século XXI para os mais novos (1ª e 2ª ciclo)
Workshop - Noticiário de Rádio TSF	Pedro, o Jornalista, agora na sua Escola (Pré-Escolar)
Workshop - Distribuição em Redes Sociais	Workshop - Noticiário de Rádio TSF
Workshop - Faz a Tua 1ª Página	Workshop - Distribuição em Redes Sociais
Workshop - Trabalhar em Editorias	Workshop - Faz a Tua 1ª Página
Workshops Temáticos disponíveis 22/23	Workshop - Trabalhar em Editorias
Workshop - "Ecojornalistas: Missão 5Rs"	Workshops Temáticos disponíveis 2022/23
Workshop - "Falando da Europa"	Workshop - "Ecojornalistas: Missão 5Rs"
Workshop - "Repórter na 1ª Guerra Mundial"	
Workshop - "Falando de Ciência"	

Fonte: websites do MediaLabDN e do MediaLabJN

LUSA - Agência de Notícias de Portugal

Website <https://www.lusa.pt/>

A Lusa é a única agência de notícias portuguesa. Pela sua natureza, está vinculada a um Contrato de Prestação de Serviço (Noticioso e Informativo) de Interesse Público, que vigora durante um período de seis anos, datando o mais recente de 1 de janeiro de 2022⁷⁵ (em vigor até 31 de dezembro de 2027). Conforme explicita esse documento, a Lusa tem como «objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a prestação ao Estado Português de um

serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos».

Na resposta ao pedido de informação enviado pela ERC, a Lusa refere que a sua **incurção na área da LM acontece a partir do ano 2019.**

Quanto ao conceito que geralmente adota para se referir ao seu trabalho nesta área é literacia mediática/literacia dos media, sem, no entanto, indicar uma definição que utilize como referência, sua ou de outra fonte.

A Lusa afirma que a considera a LM um fator fundamental no combate à desinformação. Nesse sentido, tem orientado a sua ação nesta área para a formação quer de jornalistas quer de jovens. Com a finalidade de potenciar o seu combate à desinformação através da LM, a Lusa, em parceria com o Inesc-ID, do Instituto

⁷⁵ O documento está disponível na seguinte hiperligação para o website da LUSA:

<https://www.lusa.pt/about-lusa/servi%C3%A7o-p%C3%BAblico>.

Superior Técnico, pelo CNCS – Centro Nacional de Cibersegurança e pela in:know, tecnológica portuguesa (ver tabela 35), desenvolvem o projeto **Contrafake – que está hoje disponível online no website <https://combatefakeneews.lusa.pt/>**⁷⁶. Conforme definido na sua página de apresentação no website, Contrafake é «um projeto de agregação de informação e desenvolvimento de recursos computacionais e ferramentas tecnológicas, baseadas em inteligência artificial, para proteção e apoio aos profissionais de comunicação, cidadãos e instituições contra ações de desinformação veiculadas através das redes sociais e de outras fontes de informação digital». O projeto arrancou em 2020 e ficou concluído em 2022 tendo sido financiado com dinheiros comunitários, ao abrigo do já referido programa Portugal2020.

Conforme sistematiza a tabela 36 o trabalho em colaboração tem estado presente ao longo destes anos em que começou a investir em projetos de LM. Saliente-se a entrada em 2021, na qualidade de membro permanente para o GILM e o facto de fazer parte do *hub* ibérico do EDMO.

A tabela 35 lista as medidas/atividades reportadas pela própria Lusa na resposta ao pedido de informação enviado pela ERC.

Tabela 34 – Colaborações/Parcerias da Lusa na área da LM

Regularidade da Colaboração	Identificação dos agentes com quem a entidade colabora	Ano(s) da colaboração
Permanente (exs.: membros efetivos de grupos/redes de trabalho; associações)	Grupo de Trabalho sobre Literacia para os Media (GILM); Literacia e Educação para os Media Em linha (LEME)	2021
Regular (exs.: parcerias desenvolvidas para iniciativas específicas e que ocorrem regularmente)	Iberian Media Research and Fact-Checking (IBERIFIER);	2021
Esporádica/Pontual (ex: colaborações que ocorrem esporadicamente)	INESC ID (Contrafake)	2020-22
	CNCS (Contrafake e Cidadão CiberInformado)	2020-23
	INKNOW (Contrafake)	2020-22

76 Segundo relata a Lusa na apresentação do projeto disponível no website, o próprio website é anterior ao projeto Contrafake. O mesmo serviu de suporte à organização de duas conferências manipulação e

desinformação (um em Lisboa, e outra em Madrid), eventos organizados em parceria com a agência de notícias espanhola Efe.

Tabela 35 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela Lusa – Caracterização geral

LUSA									
Temática	Tipo de medida / atividade	Designação	Hiperligação	Data de arranque	Duração	Públicos-alvo	Âmbito geográfico	Financiamento	Avaliação de impacto
Desinformação / Fake News	Recurso online	Introdução de instrumentos de medidas de LM, em particular de combate à desinformação, na página internet Combate Fake News	https://combatefakenews.lusa.pt/	2019	Sem duração definida	População em geral	Nacional	n/d	Não
Desinformação / Fake News	Formação	Assinatura de protocolo com Sindicato dos Jornalistas e Técnicos de Comunicação Social da Guiné-Bissau para formação de jornalistas e outros profissionais envolvidos em projetos de combate às Fake News	n/a	junho 2020	Sem duração definida	População em geral	Nacional	n/d	Não
Literacia para os Media Literacia Digital Desinformação	Conferência	Conferência online "Desinformação em tempos de covid-19"	n/a	maio 2020	1 dia			Próprio	Não
Literacia para os Media Literacia para o Jornalismo	Conferência	Participação do Presidente do Conselho de Administração no 2.º Encontro Nacional de Literacia para os Media e Jornalismo	n/a	outubro 2022	Sem duração definida	População em geral	Nacional	Próprio	Não
Literacia para os Media Desinformação	Ação de formação	Ação de formação em jornalismo com componente de LM e combate à desinformação	n/a	Novembro 2021	7 dias		Internacional	Próprio	Não
Literacia para os Media Desinformação	Recursos online	Participação no projeto Contra-Fake, de combate à desinformação, que se prolongou até 2022	n/a	2021	Sem duração definida		Nacional	n/d	Não
Literacia para os Media Literacia Digital Desinformação	Ação de formação	Início do 1.º curso Cidadão Ciberinformado"	https://www.lusa.pt/pdfs/lusacnacs.pdf	junho 2020	Sem duração definida	População em geral	Nacional	Organismos/instituições públicas	Não
Literacia para os Media Desinformação	Conferência	Conferência "Combate às Fake News - Uma questão Democrática"	n/a	2019	1 dia	População em geral	Internacional Nacional	Próprio	Não
Literacia para os Media Desinformação	Conferência	Conferência "Confiar no Jornalismo - Fugir à Desinformação"	https://www.youtube.com/watch?v=ZbZtstgyvwo	27 abril 2023	1 dia	Publico escolar (professores, alunos, ...) População em geral	Nacional	Próprio Organismos/instituições públicas	Não

LUSA

Temática	Tipo de medida / atividade	Designação	Hiperligação	Data de arranque	Duração	Públicos-alvo	Âmbito geográfico	Financiamento	Avaliação de impacto
Literacia para os Media Desinformação	Recursos online	Serviço de notícias aberto sobre fake news no site lusa e no google news case	https://combatefakenews.lusa.pt /	2019 e 2023	Sem duração definida	População em geral	Internacional Nacional	Próprio	Não
Desinformação	Ação de formação	Formação Desinformação no âmbito do IBERIFIER	n/a	2023	Sem duração definida		Nacional	Próprio	Não

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

No caso de outros órgãos de comunicação social, os objetivos de desenvolvimento de competências de LM, nomeadamente dos públicos infantis e/ou juvenis têm sido inscritos na criação de produtos jornalísticos a eles destinados. Vejam-se alguns exemplos.

- A **“Visão Júnior”**, revista mensal de informação geral destinada a crianças e jovens, criada em 2004, integrada no projeto editorial da Visão. Além de estimular a leitura de jornais e a cidadania nos públicos mais jovens (através de iniciativas como o concurso “Miúdos a votos”⁷⁷), é também a via utilizada para promover a literacia dos media junto desses públicos através de iniciativas de diferente natureza;
- O Expresso, jornal semanário nacional, durante o primeiro confinamento de 2020 lançou o **“Expressinho”**, um suplemento informativo dirigido a crianças, produzido pela Estrelas & Ouriços;
- O **Jornalíssimo**⁷⁸, é um *site* de informação geral destinado a jovens a partir dos 12 anos de idade, mas que também é feito a pensar em pais, encarregados de educação, professores. Conforme explica a secção sobre do seu *website*, fundado em 2015, este projeto editorial pretende despertar nos jovens o interesse pela leitura da imprensa escrita, fomentar a curiosidade, promover o espírito crítico e a capacidade de questionar.

Em resultado dos pedidos de informação diretamente enviados pela ERC aos operadores de serviços de comunicação social audiovisuais, identifica-se ainda o trabalho realizado pela SIC.

SIC

A SIC, Sociedade Independente de Comunicação SA, é um operador de televisão privado português, que em outubro de 1994 lançou o seu primeiro serviço de programas a transmitir em Portugal: a SIC, canal generalista.

Em resposta ao pedido de informação da ERC, a SIC refere que **as preocupações com a LM são uma preocupação desde o início da sua atividade, embora remeta para o ano 2000 o início da sua ação mais efetiva.** Concretiza o posicionamento que tem tido em relação à LM da seguinte forma: «Desde a sua constituição que a SIC, nomeadamente, a SIC Generalista, tem tido uma preocupação geral com a informação do seu público. A SIC Notícias veio, em resultado da sua temática, constituir um forte contributo para os esforços informativos, reflexivos e interventivos do público nas temáticas da atualidade. A evolução tecnológica e a sensibilização para a mesma têm sido de grande relevo na atividade do operador. A acrescer a isto, tem havido uma preocupação crescente com as temáticas da saúde, numa luta constante contra a desinformação. O objetivo é ter um público cada vez mais informado, alerta, opinativo e autónomo nas tomadas de decisão». Ou seja, associa **a literacia mediática diretamente à literacia da informação noticiosa e à sua função de informar os públicos.**

⁷⁷ Esta é uma iniciativa promovida em conjunto com a Rede de Bibliotecas Escolares e VISÃO Júnior, que promove simultaneamente leitura e cidadania. Existe desde o ano letivo 2016/2017.

⁷⁸ Hiperligação para o *website*: <https://jornalissimo.com>.

Tabela 36 - Medidas/Atividades de promoção e desenvolvimento de competências de LM levadas a cabo pela SIC – Caracterização geral

SIC								
Temática	Tipo de medida / atividade	Designação	Hiperligação	Data de arranque	Duração	Públicos-alvo da medida	Âmbito geográfico	Avaliação de impacto
Desinformação / Fake News	Informação	Reportagem "O impacto da exposição das crianças aos ecrãs"	https://sicnoticias.pt/programas/essencial/2021-11-24-O-impacto-da-exposicao-das-criancas-aos-ecras-2323c253?utm_source=site&utm_medium=share&utm_campaign=mail	23 de novembro de 2021	1 dia	Publico escolar (professores, alunos, ...) População em geral Famílias	Internacional Nacional	Sim
Desinformação / Fake News	Informação	Reportagem Fake News: a ilusão da verdade	https://sicnoticias.pt/arquivo/a-ilusao-da-verdade	março de 2021	1 dia	População em geral	Internacional Nacional	Sim
Desinformação / Fake News	Informação	Reportagem A Insustentável Leveza da Mentira	https://opto.sic.pt/vod/d487248e-6f31-455a-a4fc-ed7951a54b23	23 de março de 2021	1 dia	População em geral	Internacional Nacional	Sim
Desinformação / Fake News	Informação	Reportagem Os perigos das fake news na saúde mental	https://sicnoticias.pt/especiais/desafios-da-mente/2021-01-29-Os-perigos-das-fake-news-na-saude-mental-ffbafd9	29 de janeiro de 2021	1 dia	População em geral	Internacional Nacional	Sim
Desinformação / Fake News	Informação	Projeto "Polígrafo SIC Europa"	https://www.facebook.com/watch/hashtag/poligrafosiceuropa?__eep__=6%2F https://sicnoticias.pt/arquivo/poligrafo-sic-europa	1 de janeiro de 2021	Sem duração definida	População em geral	Internacional Nacional	Sim
Desinformação / Fake News	Informação	Programa 15 25	https://opto.sic.pt/series/15or25/b748c0bc-97b6-4d58-b098-b0caa837e62f	setembro de 2020	Sem duração definida	População em geral	Internacional Nacional	Sim
Desinformação / Fake News	Informação	Polígrafo SIC	https://sicnoticias.pt/programas/poligrafo	1 de abril de 2019	semanal 10 meses por ano	População em geral	Internacional Nacional	Sim

SIC								
Temática	Tipo de medida / atividade	Designação	Hiperligação	Data de arranque	Duração	Públicos-alvo da medida	Âmbito geográfico	Avaliação de impacto
			e OPTO					
Desinformação / Fake News	Informação	Programa "Alô Portugal"	https://sic.pt/programas/aloportugal/	2008 na SIC Internacional 2018 na SIC Generalista	Sem duração definida	População em geral	Internacional Nacional	Sim
Literacia Digital Novas tecnologias	Informação	Programa "O Futuro Hoje"	https://sicnoticias.pt/programas/futurohoje	novembro de 2007	Sem duração definida	População em geral	Internacional Nacional	Sim

Fonte: Dados organizados pela ERC com base na resposta ao pedido de informação realizado. Colunas com informação relativas à temática e tipo de medida/atividade classificadas pela ERC.

Na vertente de projetos radiofónicos, além da **Rádio Zig-Zag**, especificada na secção A, a propósito das atividades de LM da concessionária de serviço público, identifica-se:

- A **Rádio Miúdos**⁷⁹, da responsabilidade de uma associação com o mesmo nome. É uma rádio exclusivamente *online*, com emissão 24 horas/7 dias por semana, que teve início com emissões experimentais em novembro de 2015. O seu público-alvo são todas as crianças, pais e educadores, portugueses, luso-descendentes ou falantes de português que vivem em Portugal, no estrangeiro e nos PALOP, de modo a facilitar a sua relação com a língua e a cultura portuguesas.

Além dos conteúdos exclusivamente *online*, a Rádio Miúdos, desde 2022, está a desenvolver dois projetos que, pelas suas características e objetivos, podem ser inscritos na área da LM:

- O **“Rádio-Escolas”**, que pretende **implementar rádios escolares em Escolas de Ensino Básico** (1º ao 9º ano) como mini incubadoras, dentro das escolas, orientadas para a promoção da cidadania participativa, de cidadãos informados, ativos e participativos, criando formas de cidadania regular.
- O **“Miúdos Surdos na Rádio Miúdos”** é um canal que "dá voz" aos miúdos surdos, em igualdade de oportunidades relativamente aos miúdos ouvintes.

Bibliotecas

As bibliotecas e redes de bibliotecas também surgem entre os agentes que dinamizam o campo da LM, umas vezes como promotores de atividades, outras através da abertura e associação dos seus espaços físicos às atividades dinamizadas por outros intervenientes. Em Portugal, além da

intervenção estratégica da RBE (reportada na Secção B deste relatório) ao nível das centenas de bibliotecas escolares e da própria ação individual dessas bibliotecas escolares, também é possível associar ao campo da LM a intervenção de outros organismos, embora com outro tipo de participação:

- A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), que, entre outras atribuições, é o organismo coordenador do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas que articula com os municípios, que gerem essas bibliotecas, tem vindo a participar sobretudo como divulgador de iniciativas de LM. Em 2022, o organismo foi designado para acompanhar a implementação do projeto **“Comunicação Digital de Proximidade”**, tendo a DGLAB selecionado a Associação de Municípios da Região de Setúbal e a sua Rede Intermunicipal de Bibliotecas como parceiros para a sua implementação. Este projeto tem como objetivo aproximar a comunicação social digital dos cidadãos, nomeadamente através de um Estúdio Móvel Digital. «Para além de um Estúdio Móvel, o projeto prevê a instalação de equipamentos de comunicação nas bibliotecas dos vários municípios da AMRS: Alcácer do Sal, Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra e Setúbal, onde serão concretizadas sessões de formação em literacia mediática e promovidas oficinas de comunicação multimédia. Para além da produção de conteúdos digitais e da sensibilização para a importância da comunicação digital, serão disponibilizados recursos para experimentação e produção de pequenas comunicações, bem como para o desenvolvimento de projetos individuais ou coletivos de produção de

⁷⁹ Hiperligação para a Rádio Miúdos: <https://www.radiomiudos.pt/>.

- conteúdos mediáticos e sua comunicação»⁸⁰.
- A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD), entidade sem fins lucrativos que visa proteger a atividade dos seus associados, tem vindo a desenvolver o projeto **“Literacia da Informação e Pensamento Crítico no Ensino Superior: Combater a Desinformação”**⁸¹, que visa corresponder às necessidades dos jovens, através dos bibliotecários das Instituições do Ensino Superior (IES), para que esses profissionais os ajudem a capacitar para a prossecução dos seus trabalhos académicos e científicos, mas também na aprendizagem ao longo da vida e na resolução de problemas do quotidiano, como é o caso do combate à desinformação, sendo sobretudo a este nível que evidencia a relação com a LM, já que o seu primeiro foco é sobretudo a literacia da informação. A BAD também é uma das entidades que integra o conselho consultivo do GILM.

Escolas, Instituições de Ensino Superior e Centros de Investigação

Escolas, instituições do ensino superior e centros de investigação são igualmente agentes com forte envolvimento em iniciativas de LM em Portugal. Quer como participantes em atividades dinamizadas por outros agentes (a título de exemplo refira-se a operação *7 dias com os media*), quer como promotores dos seus próprios projetos/atividades. Embora tenha sido iniciado o levantamento de dados acerca da sua intervenção, dada o número de entidades em causa, neste primeiro relatório optou-se por não se apresentar dados/ distinguir informação acerca de nenhum em particular.

⁸⁰ De acordo com informação de uma notícia de 12 de julho de 2022 consultada no *website* da DGLAB: <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/noticias/Paginas/Comunicacao-Digital-Proximidade.aspx>.

⁸¹ Os materiais do projeto encontram-se disponíveis em https://bad.pt/formacao/projetos/combater_desinformacao/.

Formação de Professores

Em Portugal o Decreto-Lei n.º22/2014 de 11 de fevereiro⁸² estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio. De acordo com o documento, os professores abrangidos são: da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário em exercício efetivo de funções em agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas da rede pública; Que integram a carreira de educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário que lecionam português no estrangeiro, das escolas públicas portuguesas no estrangeiro e nas escolas europeias; Do ensino particular e cooperativo em exercício de funções em escolas associadas de um Centro de Formação de Associação de Escolas (CFAE)⁸³; aos docentes que exercem funções legalmente equiparadas ao exercício de funções docentes.» Conforme estabelecido pelo referido decreto, o **Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC)** é a entidade portuguesa responsável pela acreditação das entidades formadoras e das ações de formação contínua de professores, bem como acompanhar o processo de avaliação do sistema de formação contínua e realizar a acreditação dos cursos de formação especializada.

As ações de formação podem ter as seguintes modalidades: a) Cursos de formação; b) Oficinas de formação; c) Círculos de estudos; d) Ações de curta duração. As três primeiras modalidades têm

uma duração mínima de 12 horas e são acreditadas pelo CCPFC. As ações de curta duração têm uma duração mínima de três horas e máxima de seis horas.

De acordo com o referido diploma, podem ser entidades formadoras:

- a) Os Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAE);
- b) As instituições de ensino superior;
- c) Os centros de formação de associações profissionais ou científicas sem fins lucrativos;
- d) Os serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência;
- e) Outras entidades públicas, particulares ou cooperativas, sem fins lucrativos, acreditadas para o efeito.

Este é um diploma geral, aplicável às diferentes áreas de formação⁸⁴ que os docentes podem fazer. De modo a procurar mapear exemplos de entidades propõem ao CCPFC formações na área da LM, foi feita uma pesquisa no *website* do mesmo por palavras-chave. A tabela 37 congrega os resultados de uma dessas pesquisas.

⁸² Hiperligação para o diploma: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/22-2014-570766>.

⁸³ OS CFAE são entidades formadoras com estatuto, competências, constituição e as regras de funcionamento estabelecido no Decreto-Lei nº127/2015 de 7 de julho. Hiperligação para o diploma: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/127-2015-69736208>. No seu website, a RBE disponibiliza uma hiperligação para os CFAE: <https://www.rbe.mec.pt/np4/Formacao-CFAE>.

⁸⁴ De acordo com o Decreto-lei n.22/2014 as áreas de formação contínua são:

- a) Área da docência, ou seja, áreas do conhecimento, que constituem matérias curriculares nos vários níveis de ensino;
- b) Prática pedagógica e didática na docência, designadamente a formação no domínio da organização e gestão da sala de aula;
- c) Formação educacional geral e das organizações educativas;
- d) Administração escolar e administração educacional;
- e) Liderança, coordenação e supervisão pedagógica;
- f) Formação ética e deontológica;
- g) Tecnologias da informação e comunicação aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar.

Tabela 37 - Exemplos de formações em áreas da LM propostas para acreditação junto do CCPFC – maio de 2023

Designação da proposta de formação	Entidade formadora	Destinatários da formação	Nº de horas acreditadas	Modalidade	Regime de Frequência	Validade da formação
EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA	Escola Superior de Educação de Santarém	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	25	Curso de Formação - Disciplina Singular do Ensino Superior	b-learning	07.07.2023
EDUCAÇÃO PARA OS MÉDIA E LITERACIA DIGITAL	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto	Professores dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário	50	Curso de Formação	Presencial	14.12.2023
EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA E PARA A CIDADANIA: COMO POTENCIAR O USO DO DIGITAL NA ESCOLA	Universidade Lusófona do Porto	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	50	Oficina de Formação	Presencial	08.04.2024
IMPrensa ESCOLAR E EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA	Centro de Formação da Casa do Professor	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	25	Curso de Formação	e-learning	20.09.2024
EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA E PARA A CIDADANIA: COMO POTENCIAR O USO DO DIGITAL NA ESCOLA	Direção-Geral da Educação	Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário	50	Oficina de Formação	Presencial	03.11.2024
EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA E PUBLICIDADE - CONCEITOS E ATIVIDADES EM CIDADANIA	Direção-Geral da Educação	Educadores de Infância, Professores dos Ensinos Básico, Secundário e de Educação Especial	30	Curso de Formação	e-learning	09.02.2025
EDUCAÇÃO PARA OS MÉDIA – AS LITERACIAS NA FLEXIBILIZAÇÃO DO CURRÍCULO	NOVA ÁGORA - CENTRO DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS	Professores dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário	15	Curso de Formação	Presencial	17.10.2025
NOTÍCIAS E EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA	UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO	Educadores de Infância e Professores do Primeiro Ciclo e dos Ensinos Básico e Secundário	25	Curso de Formação	Presencial	31.10.2025
EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA DIGITAIS	CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALMADA	Professores dos Ensinos Básico e Secundário	25	Curso de Formação	e-learning	13.02.2026
LEITURAS EM PAPEL, LEITURAS EM ÉCRAN: BIBLIOTECAS, INCLUSÃO E LITERACIAS NOS CAMINHOS DA AGENDA 2030	CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS ANTÓNIO SÉRGIO	Educadores de Infância, Professores dos Ensinos Básico e Secundário e de Educação Especial	25	Curso de Formação	e-learning	20.12.2024
BIBLIOTECA ESCOLAR, LEITURA E LITERACIAS PARA O(S) CURRÍCULO(S)	CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES LUÍS ANTÓNIO VERNEY	Educadores de infância, professores do ensino básico e secundário	25	Curso de Formação	e-learning	28.03.2025

Designação da proposta de formação	Entidade formadora	Destinatários da formação	Nº de horas acreditadas	Modalidade	Regime de Frequência	Validade da formação
INSERT – ESTRATÉGIA EDUCATIVA DIGITAL PARA UMA LITERACIA FÍLMICA INCLUSIVA E FLEXÍVEL	ESCOLA DAS ARTES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	Professores do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário	13	Curso de Formação	b-learning	30.05.2025
A LITERACIA FÍLMICA NA ESCOLA: PERCURSOS E DISCURSOS DO CINEMA	CEFOPNA - CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO NORDESTE ALENTEJANO	300, 320, 330, 400, 410 e 600	25	Curso de Formação	Presencial	02.10.2023
EDUCAÇÃO PARA OS MÉDIA E LITERACIA DIGITAL	FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO	Professores dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário	50	Curso de Formação	Presencial	14.12.2023
A LITERACIA FÍLMICA NA ESCOLA: PERCURSOS E DISCURSOS DO CINEMA	CENTRO DE FORMAÇÃO DE BASTO	Professores dos Grupos 300, 320, 330, 400, 410 e 600	25	Curso de Formação	Presencial	02.10.2023
JORNALISMO DIGITAL - LABORATÓRIO INTENSIVO	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	Professores dos Grupos 200, 210, 220, 300	25	Curso de Formação	Presencial	01.07.2024
LITERACIA DOS MEDIA E JORNALISMO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM OS MEDIA E ACERCA DOS MEDIA	Direção-Geral da Educação	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial	40	Oficina de formação	Presencial	04.10.2024
LITERACIA DOS MEDIA E JORNALISMO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM OS MEDIA E ACERCA DOS MEDIA	CAMÕES, INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA (CAMÕES, I.P.)	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial	40	Oficina de formação	Presencial	04.10.2024
LITERACIA DOS MEDIA E JORNALISMO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM OS MEDIA E ACERCA DOS MEDIA	CENTRO DE FORMAÇÃO 'LEONARDO COIMBRA' - (ANPEB)	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial	40	Oficina de formação	Presencial	04.10.2024

Fonte: Website do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC). Tabela sistematizada a partir de pesquisa realizada em maio de 2023 com base nas palavras-chave: educação para os media; literacia fílmica e jornalismo. A palavra-chave literacia mediática e literacia dos media não devolveu resultados de pesquisa. Por se tratar de um exercício meramente exemplificativo da diversidade de formações disponíveis, foram incluídas todas as formações pesquisadas, nomeadamente a partir da palavra-chave literacia digital (que devolvia um maior número de resultados).

Tendo por referência os agentes mapeados de forma mais detalhada neste relatório, é de notar que na sua atividade alguns também incluem a vertente de formação de professores como é o caso da Associação Literacia para os media e Jornalismo - programa "Da redação para as Escolas" - <https://associacaoliteracia.pt/peca-uma-formacao/>, da Direção Geral de Educação, do Plano Nacional de Leitura, da Rede de Bibliotecas Escolares . De notar que o próprio GILM tem acreditado os seus Congressos Literacia, Media e Cidadania como formação certificada para professores.

Website <https://www.cenjor.pt/>

Além dos professores, também os jornalistas, profissionais e estudantes de comunicação são potenciais formadores nessa área. Em Portugal, no contexto da formação profissional destes profissionais importa destacar a experiência que é realizada pelo CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. Criado através da Portaria n.º 667/86⁸⁵, de 7 de novembro e resulta de um protocolo celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Direção-Geral da Comunicação Social, o Sindicato dos Jornalistas, a Associação de Imprensa Diária e a Associação da Imprensa Não Diária (atual Associação Portuguesa de Imprensa – API).

Conforme descreve a secção Sobre do seu *website*, o Cenjor é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, que tem por atribuições promover atividades de educação e de formação profissional destinadas sobretudo

Recorde-se que o Conselho Nacional de Cibersegurança (CNCS) também disponibiliza formações, que podem ser realizadas não só pelos professores, mas por quaisquer interessados na área da cibersegurança (<https://www.cncs.gov.pt/pt/cursos-e-learning/>).

Formação de jornalistas/profissionais do jornalismo

Cenjor

a jornalistas e outros trabalhadores das empresas jornalísticas. Através dessas formações, é esperado que seja melhorado o serviço prestado à comunidade. A formação ministrada abrange, essencialmente, as técnicas jornalísticas nas áreas da Imprensa, Rádio, Televisão, Digital, Multimédia e Fotografia.

Parte da atividade do centro é de âmbito local, nacional e internacional⁸⁶. De modo a corresponder a necessidades formativas específicas, o Cenjor tem vindo a apostar na atividade formativa especializada sobre temas relevantes no tratamento (seminários/workshops temáticos), estabelecendo para tal acordos e protocolos com atividades públicas/privadas.

A integração do Cenjor na equipa portuguesa do Iberifier (o hub ibérico do EDMO - European Digital Media Observatory)⁸⁷ é um dos exemplos desta orientação do Cenjor para as formações especializadas, nomeadamente em termos de LM. Com efeito, no contexto desse projeto, cabe ao Cenjor a promoção de

parcerias com outros centros, institutos e universidades, no âmbito da Associação Europeia de Formação em Jornalismo (EJTA).

⁸⁷ A respeito do Iberifier consultar o ponto que é dedicado à sua atividade na secção D do presente relatório.

⁸⁵ Hiperligação para a portaria n.º 667/86, de 7 de novembro: <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/667-1986-221137>

⁸⁶ Na vertente internacional, nomeadamente a nível europeu, o CENJOR desenvolve programas de formação (que vão além dos países da EU) em

ações de formação no domínio da educação para os media. As ações de formação que vão sendo dinamizadas são disponibilizadas pelo Centro na secção “Cursos” Iberifier do seu website, as quais, conforme expectável dada a área central de intervenção do EDMO, têm privilegiado sobretudo a ligação entre a LM e o combate à desinformação. Os destinatários são jornalistas, profissionais de comunicação ou estudantes de comunicação. Elencam-se as seguintes formações incluídas nesse projeto:

- Literacia digital em ação contra a desinfodemia – Workshop gratuito de quatro horas⁸⁸

- Literacia digital em ação contra a desinfodemia – Ação de sensibilização gratuita de uma hora⁸⁹

No período em destaque neste relatório, também é de notar a participação do Cenjor como parceiro do GILM – Grupo Informal sobre Literacia Mediática no contexto da operação 7 dias com os Media 2020 – edição sem sair de casa⁹⁰. Nesse contexto foram criados sete recursos educativos que se mantêm atuais.

Tabela 38 - Recursos criados pelo Cenjor em parceria com o GILM no contexto dos 7 dias com os media 2020

Designação do desafio	Público-alvo	Objetivos	Ficha da atividade	Vídeo do desafio
Desinformação: identificar “notícias falsas”	Jovens (3.o ciclo e secundário)	Aprender a identificar uma “notícia falsa”; Saber explicar os critérios que conduziram à identificação das “notícias falsas”	https://drive.google.com/file/d/1xKcNlOqRYWxYaIzE5FSyzcwwXdeqnMzK/view	https://www.youtube.com/embed/HKym1eLxu1o?start=1&feature=oembed
Criar e partilhar vídeos de qualidade com o smartphone	Jovens (3.o ciclo e secundário) e Famílias	Usar de forma competente o smartphone para filmar e editar vídeo; Compreender como os aspetos técnicos constroem e condicionam a mensagem	https://drive.google.com/file/d/1-dT6qUsPg4dMXGSyjeksoAc7DFA4gFVI/view	https://www.youtube.com/embed/NQQgdVo-tA?feature=oembed
Retratos sonoros e a voz como legenda do som	Jovens (3.o ciclo, secundário, universitários) e Famílias	Perceber a importância dos elementos sonoros e da voz na reportagem radiofónica; Aprender a comunicar e a expressar-se através da linguagem radiofónica	https://drive.google.com/file/d/1NfOBKN7LI_TsRBu069CPIGjcQ9r7Y0Ou/view?fbclid=IwAR1zSIJ2LgNxX7qNqRr3TPjAX4-XBT0VZJ1G1LldiOQkRim-mBE4SrMfT5w	https://www.youtube.com/embed/rAvb3sn4Byg?start=1&feature=oembed
Da notícia à ficção, o poder da manipulação	Jovens (3.o ciclo, secundário, universitários), Famílias	Perceber que notícias e imagens são uma representação construída da realidade; Compreender alguns processos de construção das notícias e imagens; Desenvolver o pensamento crítico	https://drive.google.com/file/d/1AwVT5KRO3vpns3K5WtZkLT9YDB-K8T-e/view	https://www.youtube.com/embed/laFSmyz6WAY?start=1&feature=oembed
Usar um kit profissional de som e imagem	Jovens (ensino secundário, profissional, universitário)	Usar de forma competente e criativa, na produção de vídeo, os equipamentos de captação de som e imagem; Compreender como os aspetos	https://drive.google.com/file/d/1O9ELm_L56ZnqXBDkDewrjS5qVx9WU1zl/view	https://www.youtube.com/embed/2hVpcE5YJmE?start=1&feature=oembed

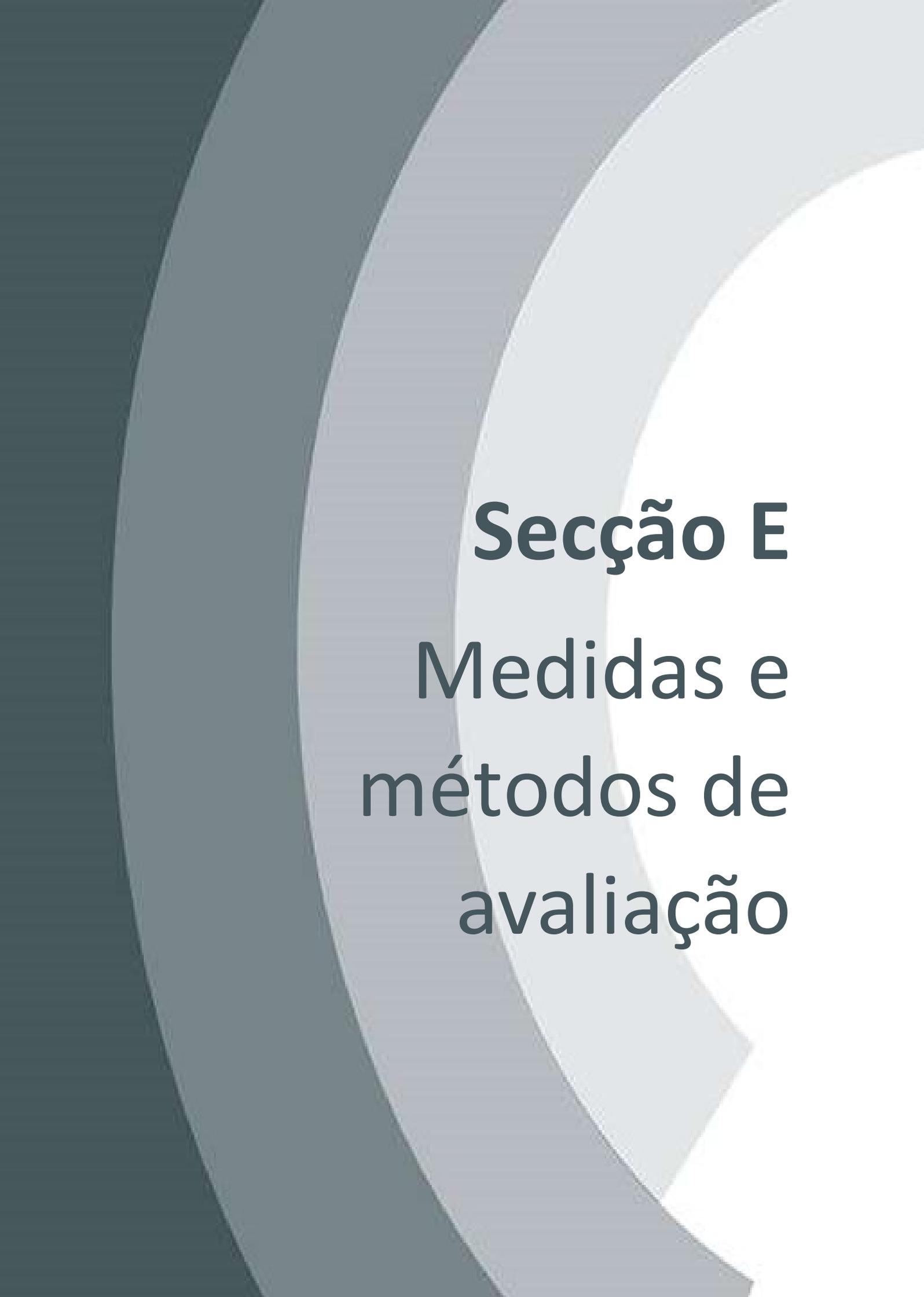
⁸⁸ A informação detalhada sobre este workshop está disponível na seguinte hiperligação: <https://www.cenjor.pt/desinfodemia-workshop/>.

⁸⁹ A informação detalhada sobre esta ação de sensibilização está disponível em <https://www.cenjor.pt/desinfodemia-sensibilizacao/>.

⁹⁰ A operação 7 dias com os Media, criada em 2013, define-se como a semana portuguesa de literacia mediática, sendo promovida em Portugal pelo GILM. Informação sobre esta iniciativa e sobre a atividade do GILM no ponto correspondente da secção B.

Designação do desafio	Público-alvo	Objetivos	Ficha da atividade	Vídeo do desafio
		técnicos constroem e condicionam a mensagem		
A importância do fotojornalismo	Jovens (3.º ciclo, secundário, universitários) e Famílias	Perceber a importância do fotojornalismo; Saber usar a fotografia para criar uma reportagem fotográfica	https://drive.google.com/file/d/1o2Ml1EwiHj000jD8PtFyR3PyRbumXWQ8/view	https://www.youtube.com/embed/NEq1dXA4au0?feature=oembed
Informação e dados	Jovens (secundário, universitário) e Famílias	Perceber a importância de dados rigorosos e objetivos para combater a desinformação e as opiniões não fundamentadas; Saber pesquisar dados objetivos e rigorosos em fontes credíveis	https://drive.google.com/file/d/1XggSfa571748eIPwkeuRgUPbIZUPQRJe/view	https://www.youtube.com/embed/tzYDoTrOEaQ?feature=oembed

Fontes: website 7 dias com os Media (<https://7diascomosmedia.gilm.pt/desafios/>). Vídeos disponíveis no canal Youtube do GILM (<https://www.youtube.com/@7diascomosmedia/playlists>)



Secção E
Medidas e
métodos de
avaliação

O mapeamento de medidas e atividades elencadas ao longo do relatório, mesmo não sendo exaustivo em relação à realidade, permite constatar que **a avaliação de impacto é uma das dimensões do trabalho (quicá aquela em que tal mais acontece) que apresenta menor investimento.** Neste primeiro estudo as razões para que tal aconteça não foram aferidas. No entanto, várias hipóteses são suscetíveis de ser colocadas: escassez de recursos (financeiros, materiais, humanos) que tal trabalho exige; pela exigência que representa em termos de conhecimento e de tempo investido, pela dificuldade em encontrar modelos/instrumentos/medidas adequados e eficazes, especialmente se considerarmos que uma avaliação de impacto nesta área exige acompanhamento ao longo do tempo; por desconhecimento e/ou desvalorização. **Quando existe tende a ser tendencialmente/exclusivamente quantitativa, baseada em números de destinatários alcançados e/ou baseada em autoavaliações e autoavaliações desses destinatários.**

No caso das experiências realizadas em contexto de educação formal, o qual tem a mais-valia de permitir estender no tempo o acompanhamento das medidas/iniciativas dinamizadas - estão previstos referenciais, compostos por objetivos e descritores de desempenho para os diferentes níveis de ensino, que podem ser utilizados como referência de apoio à avaliação por professores/formadores do percurso dos alunos.

No que respeita a ERC, importa notar que, por si, as competências que lhe foram atribuídas com a transposição da DSCS apontam no sentido de investir em medidas e métodos de avaliação. Com efeito, em relação a fornecedores de serviços de PPV sob sua jurisdição essa exigência é explícita na lei, na medida em que, recorde-se, cabe

ao regulador avaliar a adequabilidade de medidas e instrumentos utilizados nessas PPV para promover o desenvolvimento de competências de LM dos seus utilizadores (bem como a sensibilização feita nesse sentido), o mesmo acontecendo no caso do acompanhamento à nova obrigação nesta matéria da concessionária do serviço público nacional de rádio e televisão. **Já no que toca à responsabilidade pela produção dos relatórios para a CE, no modo como essa atribuição foi transposta na lei nacional, exige que se acompanhe a evolução das competências de LM em Portugal, de onde se inferem necessidades de avaliação que vão muito além de mapeamentos trianuais.**

Até ao momento a ERC não adotou/desenvolveu nenhum modelo de avaliação. Da sua própria experiência enquanto promotor de iniciativas que visam desenvolver competências de LM tem ficado maioritariamente no nível descritivo, com base em diagnósticos quantitativos e/ou em autoavaliações dos destinatários envolvidos.

A colaboração no projeto europeu *EduMediatest*⁹¹ - coordenado pelo Conselho Audiovisual da Catalunha e desenvolvido em parceria entre entidades oriundas de sete países - foi das poucas experiências que permitiram ao regulador testar um modelo de avaliação, que tinha por base um questionário composto por exercícios que testavam competências e conhecimentos de literacia mediática em diferentes áreas, com proeminência para os relacionados com os media digitais. Além do nome do projeto, o *EduMediatest* dá o nome ao seu principal *outcome*, ou seja, uma ferramenta digital que se propõe como recurso auxiliar de avaliação de competências de LM em contexto escolar, em alunos com idades entre os 14 e os 18 anos. Em termos teóricos e concetuais, o projeto tem como referente a proposta de avaliação de competências

⁹¹ Já referido na secção B do presente relatório a propósito da atividade da ERC. Recorde-se aqui o relatório realizado pela ERC que coloca em evidência a experiência realizada em Portugal, disponível em:

<file:///C:/Users/afons/Downloads/ERC%20-%20Relat%C3%B3rio%20Nacional%20do%20projeto%20EduMediaTest.pdf>

mediáticas que vem sendo desenvolvida nas pesquisas de Joan Ferrés, investigador espanhol especialista em comunicação audiovisual e educação, a qual se estrutura com base em seis dimensões de avaliação: 1) Linguagem; 2) Tecnologia; Processos de interação; Produção e Difusão, Ideologia e Valores; Estética. Para potenciar a ferramenta, seria relevante fortalecer o investimento para que a mesma pudesse ser alimentada com mais de diferentes exercícios, bem como com novos recursos educativos de apoio às fragilidades diagnosticadas.

No contexto do presente relatório, a ERC não investiu nesse processo de identificação de medidas e métodos de avaliação principalmente pela exigência de recursos que tal tarefa exige para que, como finalidade, possa ter uma aplicação adequada, objetiva, justa e transparente. Além disso, conforme dito e demonstrado neste relatório, em Portugal o próprio cenário de regulação relativo a este ponto ainda está a dar os primeiros passos: o serviço público de televisão ainda não formalizou a apresentação de um plano e no caso dos fornecedores de PPV a intervenção regulatória encontra-se num estágio muito inicial a diferentes níveis (não só no caso das obrigações de LM), nomeadamente o da prospeção das plataformas existentes.

Como em qualquer outro contexto, é inegável que a adoção de medidas e métodos de avaliação apresentará sempre benefícios, resistências e limitações. No contexto da avaliação (da evolução) das competências de LM isso poderá ser mais verdade. Para que possa ser adequada e capaz de traduzir a realidade existente, exige que seja um processo contínuo, prolongado

no tempo. Seja qual for o caminho a seguir, é essencial o trabalho que vise especificamente mapear e comparar experiências, métodos e modelos de avaliação. Quiçá, a informação recolhida através deste relatório agilize esse processo.

“COMEDIG - Competências de Literacia Digital e Mediática em Portugal”

O mapeamento realizado no presente relatório permitiu identificar, no período em análise, um projeto de investigação realizado em Portugal que teve como principal objetivo a avaliação de competências de literacia mediática, uma vez mais tendo o meio escolar como referência: “COMEDIG - Competências de Literacia Digital e Mediática em Portugal”⁹². Embora tenha arrancado antes do período de referência deste relatório, desenvolveu-se ao longo do mesmo, sob coordenação da Universidade de Coimbra, numa colaboração que envolve peritos na área de outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais.

Segundo a informação disponível na secção do seu website designada “Plano de Trabalho”, o projeto estruturou-se em três fases correspondentes aos seus três principais objetivos:

- FASE 1 – com o objetivo de definir o perfil de competências de literacia digital e mediática em diferentes níveis de escolaridade. Nessa fase, aponta-se como resultado a elaboração Um Modelo Conceptual para a Avaliação da Literacia Digital e Mediática, que identifique as dimensões integrantes das competências digitais e mediáticas, e um conjunto de indicadores

⁹² Hiperligação para o *website* do projeto COMEDIG: <https://www.uc.pt/fpce/comedig/Homepage/>. Com dois seminários realizados (um virtual em novembro de 2020, o final em formato presencial em junho de 2022), está disponível online uma gravação do primeiro, que visou proporcionar um espaço para a reflexão sobre as tendências, os desafios e as oportunidades que emergem na área da educação para os media:

<https://www.facebook.com/watch/?v=749843428942797>. O Projeto é cofinanciado pelo COMPETE 2020, Portugal 2020 e União Europeia, através do FEDER e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia I.P./MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC). Neste relatório, também surge referido na secção D a propósito das atividades em que participa o MILObs – Observatório Média, Informação e Literacia.

- operacionais, necessários para a sua avaliação.
- FASE 2 – com o objetivo de avaliar **o nível de competências digitais e mediáticas na comunidade escolar e identificar as necessidades de formação complementar**. Neste caso, o resultado proposto é uma caracterização dos perfis de literacia digital e mediática em função do modelo conceptual pré-estabelecido, com destaque para as áreas deficitárias e necessidades formativas identificadas.
 - FASE 3 – com o objetivo: Elaborar recursos educativos digitais e oferecer orientações para a formação no âmbito de literacia digital e mediática, de modo a suprir as necessidades educativas previamente identificadas. Como resultado desta fase a criação de dois recursos educativos destinado a promover as competências mediáticas e digitais, um manual em forma de *eBook* para professores com recomendações no que respeita à educação para os media. Uma aplicação móvel para alunos que promova a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências através de atividades interativas e lúdicas.

Entre os destinatários do projeto sobressaem: Alunos no ensino básico, ensino secundário e ensino superior; Professores de todos os níveis de ensino; Investigadores; Dirigentes de estabelecimentos de ensino e formação; Técnicos de juventude, formadores e educadores de adultos; Parceiros sociais e organizações da sociedade civil.⁹³

⁹³ Na própria secção do *website* intitulada Recursos são disponibilizadas hiperligações para outros trabalhos de investigação sobre avaliação de competências de LM. Entre esses projetos, por ter testado a avaliação de competências de LM em adultos, chama-se aqui a atenção para o projeto “Literacia mediática e cidadania. Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa”, desenvolvido entre 2009 e 2013 no contexto de uma tese de doutoramento no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES). O estudo envolveu a aplicação de um inquérito por

Num momento em que a política pública nesta área propõe a adoção de um Plano Nacional de LM, o contexto é certamente propício a que os interessados e envolvidos na dinamização desta área possam também refletir conjuntamente sobre as questões de avaliação de modo a articular a ponderar as especificidades, idiosincrasias e necessidades da diversidade de experiências existentes no terreno, que, no seu todo, permitem seguir o rasto ao que existe.

questionário e de uma prova de literacia mediática a uma amostra de cerca de 500 estudantes adultos. O produto final desta investigação está disponível para consulta em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8666/1/TESE_FINAL_Paula_Lopes_JURI.pdf. Chama-se a atenção em particular para os anexos técnicos do estudo, disponíveis nas páginas 340 a 348.



Secção F

Considerações finais

E. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas secções precedentes, foi reunida informação de modo a corresponder à entrega do primeiro relatório de Portugal sobre Literacia Mediática (artigo 93.ºA da Lei da Televisão e Serviços Audiovisuais a Pedido, Lei n.º27/2007), tendo por base as orientações da Comissão Europeia definidas para o âmbito deste primeiro documento, nomeadamente privilegiando o período de referência apontado para o mesmo (setembro de 2020- outubro de 2022).

Embora sem mapear de forma exaustiva as medidas/atividades existentes em Portugal que visam promover/desenvolver competências de LM, este documento procura fazer um primeiro retrato de parte da diversidade de intervenções existentes (associando-as aos agentes que as promovem). Sistematizam-se aqui algumas ideias:

- A recente transposição da Diretiva sobre os Serviços de Comunicação Social Audiovisual (DSCSA) para o quadro normativo nacional, Lei n.º27/2007, vem trazer competências específicas no âmbito da LM à RTP (Art. 51º, alínea f)), concessionária do serviço público de televisão, e aos fornecedores de serviços de Plataformas de Partilha de Vídeo (PPV) (Art. 69º- C, alínea h)). Os restantes órgãos de comunicação social (audiovisuais e não só) não estão abrangidos por estas obrigações.
- Neste contexto, o operador público ficou formalmente obrigado à conceção e implementação de um plano de literacia que, até ao momento, não é conhecido. No Projeto Estratégico 2021-2023 da RTP há referências explícitas à LM e ao modo como o operador a interpreta, nomeadamente relacionando-a com o combate à desinformação. Em todo o caso, a RTP tem integrado nas suas linhas de atuação um conjunto de atividades que a própria enquadra na literacia mediática (e.g. iniciativas como a RTP Play, App RTP e portal RTP Ensina). No relatório são apresentadas as medidas e atividades que o operador enquadra neste domínio.
- Já os fornecedores de serviços de PPV são responsáveis por aplicar medidas e instrumentos eficazes em matéria de literacia mediática e sensibilizar os utilizadores. No período a que este relatório reporta apenas duas plataformas se tinham registado na ERC, enquadradas no operador de serviços de comunicações e multimédia MEO: Sapo Vídeos e Meo Kanal. A integração de funcionalidades e mecanismos de proteção de públicos vulneráveis e controlo parental, estão entre algumas das medidas sinalizadas pelo próprio MEO para efeitos de LM. Em simultâneo a empresa identifica o seu envolvimento com esta área através da Fundação Altice, de que faz parte, integrando iniciativas de sensibilização e uso responsável das telecomunicações (“Comunicar em Segurança”) e promoção da inclusão digital (“MUDA – Movimento pela Utilização Digital Ativa).
- Em termos de política pública, no período de referência, identificam-se medidas que denotam intervenção na área, nomeadamente o reforço do Plano Nacional de Cinema ou o incentivo e criação da plataforma digital LEME – Literacia e Educação para os Media em Linha. Sobressai, no entanto, em novembro de 2022, o anúncio pelo Ministério da Cultura da intenção de avançar com um Plano Nacional de Literacia Mediática (PNLM), que deverá ser conhecido durante o segundo semestre deste ano (de acordo com novo anúncio feito pela mesma tutela em abril de 2023).

- Apesar da inexistência, para já, de uma estratégia nacional, sobressai um aspeto forte: o investimento na colaboração por parte de vários dos agentes que intervêm nesta área⁹⁴. De facto, é evidente o esforço que vem sendo feito há vários anos por diferentes agentes no terreno no sentido de articular a sua ação e de cooperar em objetivos comuns, mesmo durante as circunstâncias e restrições causadas pela pandemia de Covid-19.
- A evidência desse esforço de cooperação é identificável a partir de muitas das atividades sinalizadas neste documento algumas com largos anos de existência. Refira-se, a título de exemplo, a operação 7 dias com os Media, que se apresenta como a semana portuguesa de promoção da LM e que é promovida pelo GILM – uma estrutura de cooperação que envolve vários parceiros, entre os quais a própria ERC.
- Importa salientar o papel dos agentes que, apesar de não terem obrigações formais no domínio da literacia mediática, têm investido na sua promoção e desenvolvimento há vários anos.
- A diversidade de medidas/atividades existentes é espelhada na intervenção de agentes com diferentes origens e missões: instituições públicas, organismos governamentais, associações e organizações, bibliotecas, escolas/agrupamentos de escolas dos ensinos básico/secundário, organismos do ensino superior e media são alguns exemplos.
- A quantificação exata da multiplicidade de intervenções, a realizar-se de forma contínua, exigiria um trabalho árduo em termos de estudo/investigação, desde logo por questões de natureza concetual; de facto, algumas intervenções com objetivos de LM podem estar enquadradas sob outras designações; do mesmo modo poderão existir iniciativas que se autodefinem como sendo de LM, mas que na prática podem não o ser; O crescente número de iniciativas que se autodesignam como promoção de competências de literacia digital é um exemplo que espelha essa dificuldade.
- A promoção e o desenvolvimento de competências de literacia mediática nos programas curriculares de escolaridade obrigatória estão enquadrados sob a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, sendo os Media um dos 17 domínios que a integra. A literacia mediática surge, assim, associada à educação para os media, tanto de forma transversal às várias disciplinas curriculares como na disciplina de cidadania e desenvolvimento. Não se constitui, contudo, como uma disciplina autónoma nos currículos do ensino obrigatório.
- O Referencial de Educação para os Media, dirigido à educação pré-escolar, ensino básico e ensino secundário e o Referencial Aprender com a Biblioteca Escolar são dois documentos orientadores para intervenção nesta área pelas escolas.
- Também no ensino superior existe oferta educativa relacionada com a educação para os media e a literacia mediática. Nomeadamente no plano de estudos de alguns cursos das áreas das ciências de educação, ciências da comunicação, media e jornalismo, sociologia, na maior parte dos casos como unidades curriculares desses cursos.
- A formação profissional de professores e formadores integra as ofertas formativas proporcionadas por diferentes agentes. Entre as analisadas refira-se as iniciativas da Associação Literacia para os Media e Jornalismo (ALMJ) e do Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR).
- Em termos de financiamento nesta área o retrato a que se chega não é conclusivo. Em termos formais identificam-se programas que têm vindo a disponibilizar fundos para a promoção de projetos nesta área e outros que não sendo especificamente para essa

⁹⁴ No relatório “Media Literacy Report Recommendations for key principles, best practices and a Media Literacy Toolbox for Video-sharing Platforms”, realizado pelo Action Group 3 do ERGA de 2021, a questão da colaboração é salientada como um dos key-principle- Multistakeholder aspect – da LM.

área, acabam por ser utilizados em propostas que promovem o desenvolvimento de competências de LM;

- Além dos organismos públicos vocacionados para o financiamento, também as fundações desempenham um papel como agentes financiadores, bem como algumas instituições públicas; importa ainda salientar que há financiamentos mais difíceis de contabilizar, nomeadamente o que é assumido pelos próprios agentes com intervenção neste terreno.
- Nos anos mais recentes, em particular nos relativos ao presente relatório, conforme se constata a partir das temáticas em destaque nas medidas/atividades identificadas, é notória a prevalência do investimento em iniciativas vocacionadas sobretudo para o combate à desinformação *online* e com objetivos de desenvolvimento de competências digitais, o que pode ter descurado outras áreas da LM relevantes para a formação dos cidadãos.
- No que toca à relação com o Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO), é de referir que Portugal integra o hub ibérico- IBERIFIER. A representação portuguesa no hub é feita pela Agência Portuguesa de Notícias, Lusa, a Associação Literacia para os Media e Jornalismo, o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas - CENJOR, o Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, o Observatório de Comunicação- OBERCOM, o Polígrafo e a Universidade de Aveiro. Até ao momento, a ERC não tem qualquer relação formal com este projeto, embora já o tenha contactado e acompanhe o seu trabalho.
- Até à data o país não adotou nenhum modelo de avaliação de impacto de iniciativas regionais ou nacionais no domínio dos meios de comunicação social, embora a LTSAP preveja a necessidade de avaliação em relação ao serviço público de rádio e televisão e aos fornecedores das plataformas de partilha de vídeo.

Em seguida recupera-se a tabela 1 apresentada na Introdução (que sistematiza a estrutura de relatório e questões propostas pela CE nas Orientações relativas ao âmbito dos relatórios), com as adaptações realizadas no modelo efetivamente seguido. Relativamente a cada pergunta das secções A a D acrescentam-se comentários que pretendem apoiar a leitura do relatório e facilitar um balanço entre o que se intui ser a informação pretendida e a alcançada.

Secções do Relatório	Questões específicas	Informação disponibilizada			Comentários adicionais
		Sim	Parcialmente	Por concretizar	
A. Medidas jurídicas e/ou políticas	Que medidas legislativas e outras medidas de natureza jurídica aplicáveis aos serviços de comunicação social audiovisual e aos fornecedores de plataformas de partilha de vídeos aplica ou, se for caso disso, prevê o seu país aplicar para promover e desenvolver competências de literacia mediática?	X			
	No seu país, é imposta aos serviços de comunicação social audiovisual e aos fornecedores de plataformas de partilha de vídeos a obrigação de aplicar medidas de literacia mediática?	X			
	Que medidas políticas mais abrangentes existem no seu país para promover e desenvolver competências de literacia mediática?		X		Sinalizadas de forma genérica; pelas fronteiras nem sempre claras, seria necessário realizar um trabalho que permitisse aprofundar e estudar, em termos de políticas públicas, por um lado as que se destinam a promover competências de literacia mediática, por outro as que se destinam a promover competências de literacia digital
	Como avalia a adequação das medidas de literacia mediática aplicadas pelos fornecedores de plataformas de partilha de vídeos sob a jurisdição do seu país, tendo em conta o conjunto de instrumentos de literacia mediática?			X	Medidas e métodos de avaliação ainda por definir; coletada informação junto dos serviços de comunicação audiovisual visados para reporte de medidas/atividades realizadas no período de referência.
B. Medidas organizativas	No seu país, que autoridades ou entidades são responsáveis pela promoção e pelo desenvolvimento de competências de literacia mediática, bem como pela supervisão do cumprimento das eventuais obrigações impostas aos fornecedores de serviços de comunicação social audiovisual e aos fornecedores de plataformas de partilha de vídeos? Que atribuições específicas lhes foram confiadas?	X			
	No seu país, que autoridades ou entidades são formalmente responsáveis pela promoção e pelo desenvolvimento de competências de literacia mediática? Que atribuições específicas lhes foram confiadas?		X		Pergunta que decorre da anterior, de modo a poder complementar informação sobre intervenções formais em relação à LM em outros campos que não o dos media diretamente visados pela DSCSA e da regulação é disponibilizada informação sobre outras entidades públicas que além da ERC possuem atribuições formais no campo da promoção da LM
	Pode fornecer informações sobre a(s) estrutura(s) de cooperação das partes interessadas e as diferentes partes interessadas que cooperam com as autoridades e entidades do seu país para efeitos das suas atividades de literacia mediática?		X		Disponibilizada informação sobre a estrutura em que a ERC está diretamente envolvida
	Que medidas foram tomadas no seu país para incluir a promoção e o desenvolvimento de competências de literacia mediática nos programas curriculares dos vários níveis de educação formal?	X			Iniciado, mas não concluído o processo de recolha de informação sobre o ensino superior
	E na formação profissional inicial e contínua de professores/formadores?		X		Contextualiza-se o modo como está pensada a formação de professores e outros formadores (exemplo jornalistas); seria útil

Secções do Relatório	Questões específicas	Informação disponibilizada			Comentários adicionais
		Sim	Parcialmente	Por concretizar	
C. Financiamento público e outros mecanismos de financiamento da literacia mediática					Incluir um levantamento das opções de formação nesta área existentes ao nível do ensino superior.
	Pode descrever a dimensão e o(s) calendário(s) dos recursos financeiros públicos afetados no seu país à promoção e ao desenvolvimento de competências de literacia mediática e os instrumentos de financiamento utilizados para financiar atividades de literacia mediática, incluindo os que se destinam a atrair financiamento privado?		X		Sistema de financiamento é complexo. Muita informação não está publicamente disponível, nem catalogada de modo a ser diretamente associável à área da LM. Para ser rigoroso, exige contacto/trabalho junto dos responsáveis pelo financiamento.
D. Atividades de participação e sensibilização em literacia mediática	Que atividades de participação ou sensibilização realiza o seu país ou foram levadas a cabo por intervenientes no mercado, organismos científicos ou organizações não-governamentais para promover e desenvolver competências de literacia mediática?		X		Dada a diversidade de intervenções existentes, foi descartada à partida a exaustividade.
	O seu país estabeleceu meios de comunicação estruturados com os polos nacionais do Observatório Europeu dos Meios de Comunicação Digitais (EDMO) ou explorou essa possibilidade?	X			
E. Medidas e métodos de avaliação	O seu país utiliza ou pretende introduzir medidas para avaliar o impacto de iniciativas regionais ou nacionais no domínio dos meios de comunicação social que promovam a literacia mediática, incluindo indicadores de aferição do desempenho para avaliar o impacto dos seus métodos e medidas de literacia mediática? Em caso afirmativo, enumere e descreva essas medidas e os seus resultados.			X	Conforme sinalizado na secção A, com os recursos disponíveis não foram adotadas medidas e métodos de avaliação; o número de meios de comunicação com obrigações formais na área da LM circunscreve-se ao serviço público de rádio e televisão e aos fornecedores de PPV.

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1 - ESTRUTURA DE RELATÓRIO E QUESTÕES PROPOSTAS NAS ORIENTAÇÕES RELATIVAS AO ÂMBITO DOS RELATÓRIOS DEFINIDAS PELA CE	8
TABELA 2 - DESCRITORES UTILIZADOS PARA REPORTE DAS MEDIDAS E ATIVIDADES DESTACADAS - PROPOSTA DE CORRESPONDÊNCIA DESSES DESCRITORES COM OS PRINCÍPIOS-CHAVE DE INICIATIVAS DE LM PROPOSTOS PELO ERGA	14
TABELA 3 – ENTIDADES A QUE A ERC DIRIGIU PEDIDOS DE INFORMAÇÃO	16
FIG. 1 PRINCIPAIS ETAPAS ATÉ À PUBLICAÇÃO DA LEI QUE TRANSPÔS A DIRETIVA.....	18
TABELA 4 - ATRIBUIÇÕES LEGAIS EM MATÉRIA DE LM DECORRENTES DA TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA	19
TABELA 5 – MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA RTP – CARACTERIZAÇÃO GERAL	25
TABELA 6 – IDENTIFICAÇÃO DAS PPV REGISTRADAS PELA MEO	29
TABELA 7 - Nº DE UTILIZADORES E Nº DE VISUALIZAÇÕES ANUAIS DAS PLATAFORMA SAPO VÍDEOS E MEO KANAL (ANOS 2020, 2021 E 2022)	30
TABELA 8 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA MEO – CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	32
TABELA 9 – SISTEMATIZAÇÃO DE PROPOSTAS DE MEDIDAS DE LM E RELACIONADAS COM A LM QUE CONSTAM DOS PROGRAMAS DOS XXII E XXIII GOVERNOS CONSTITUCIONAIS.....	34
FIG. 2 – IMAGEM DO WEBSITE QUE ALOJA A PLATAFORMA LEME.....	38
TABELA 10 - ESTATUTOS DA ERC - ARTIGOS QUE SUSTENTAM A AÇÃO DA ERC EM LM (ANTES DA DSCSA)	44
TABELA 11 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA ERC – CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	45
TABELA 12 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELO GILM – CARACTERIZAÇÃO GERAL	51
TABELA 13 – SISTEMA EDUCATIVO EM PORTUGAL – ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA (POR NÍVEIS E CICLOS DE ENSINO, ANOS DE ESCOLARIDADE E IDADE DOS ALUNOS ESPERADA PARA A FREQUÊNCIA DESSES NÍVEIS E CICLOS DE ENSINO).....	53
FIG. 3 IMAGEM DO ESQUEMA CONCETUAL DO PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	55
TABELA 14 - ORGANIZAÇÃO DOS DOMÍNIOS DA ÁREA CURRICULAR DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO DEFINIDOS.....	56
PELA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA - POSICIONAMENTO DO DOMÍNIO DOS MEDIA.....	56
TABELA 15 - FORMAS DE INTEGRAÇÃO DA ÁREA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA EM TERMOS CURRICULARES	56
FIG. 4 IMAGEM DA CAPA O REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA (2014) – VERSÃO PORTUGUESA.....	57
TABELA 16 - TEMAS ESTRUTURANTES DO REFERENCIAL DE EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA (2014) E DAS APRENDIZAGENS ESPERADAS	58

TABELA 17 – EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO DO REM EM TERMOS DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE TEMAS, SUBTEMAS, OBJETIVOS GERAIS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS (EXEMPLO PARA O TEMA 1 DOS 12)	59
TABELA 18 – EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO DO REM EM TERMOS DE DESCRITORES DE DESEMPENHO POR NÍVEIS E CICLOS DE ENSINO PARA CADA TEMA/CONJUNTO DE SUBTEMAS (TEMA 1 DE 12)	60
TABELA 19 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA DGE – CARACTERIZAÇÃO GERAL	63
FIG. 5 NÚMERO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES POR DISTRITO EM SETEMBRO DE 2022	70
TABELA 20 – HIPERLIGAÇÕES PARA OS RELATÓRIOS DE APLICAÇÃO DO REFERENCIAL APRENDER COM A BIBLIOTECA ESCOLAR	73
TABELA 21 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA RBE – CARACTERIZAÇÃO GERAL	74
TABELA 22 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELO PNL – CARACTERIZAÇÃO GERAL	84
TABELA 23 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELO PNC – CARACTERIZAÇÃO GERAL	86
TABELA 24 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA FCT – CARACTERIZAÇÃO GERAL	89
TABELA 25 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELO INCODE – CARACTERIZAÇÃO GERAL	90
TABELA 26 – FINANCIAMENTOS DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN NO ÂMBITO DO EMIFUND – EUROPEAN MEDIA AND INFORMATION FUND	104
TABELA 27 - FINANCIAMENTOS DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN NO ÂMBITO DO PROGRAMA CIDADÃOS ACTIV@S	105
TABELA 28 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELO MILOBS – CARACTERIZAÇÃO GERAL	110
TABELA 29 - ENTIDADES PORTUGUESAS QUE INTEGRAM O HUB IBÉRICO	126
TABELA 30 - INICIATIVAS DE LITERACIA MEDIÁTICA DESENVOLVIDAS PELO IBERIFIER EM PORTUGAL NO PERÍODO DE REFERÊNCIA (SETEMBRO 2020 - OUTUBRO 2022)	127
TABELA 31 - ÁREAS TEMÁTICAS SOBRE AS QUAIS O OBERCOM PUBLICA	128
TABELA 32 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA ALMJ – CARACTERIZAÇÃO GERAL	130
TABELA 33 - INICIATIVAS DO PROGRAMA MEDIALAB - DISPONÍVEIS EM DIFERENTES ANOS	134
TABELA 35 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA LUSA– CARACTERIZAÇÃO GERAL	136
TABELA 36 - MEDIDAS/ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LM LEVADAS A CABO PELA SIC – CARACTERIZAÇÃO GERAL	139
TABELA 37 - EXEMPLOS DE FORMAÇÕES EM ÁREAS DA LM PROPOSTAS PARA ACREDITAÇÃO JUNTO DO CCPFC – MAIO DE 2023	144
TABELA 38 - RECURSOS CRIADOS PELO CENJOR EM PARCERIA COM O GILM NO CONTEXTO DOS 7 DIAS COM OS MEDIA 2020	147

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cardoso, G., Baldi, V., Tomé, V. (Coord.) (2023). *Literacia para os Media – Horizontes concetuais e mapeamento de atores e iniciativas em Portugal e no mundo*. OBERCOM – Observatório da Comunicação. https://obercom.pt/wp-content/uploads/2023/04/Literacias_Final_28Abril.pdf

Centro Nacional de Cibersegurança Portugal. (2019). *Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço 2019-2023*. <https://www.cncs.gov.pt/docs/cncs-ensc-2019-2023.pdf>

Conde, E., Mendinhos, I., Correia, P. (Coord.). (2017). *Aprender com a biblioteca escolar. Referencial de aprendizagens associadas ao trabalho das bibliotecas escolares na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário*. Rede de Bibliotecas Escolares [https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=99&file](https://www.rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=99&fileName=referencial_2017.pdf) Name=referencial_2017.pdf

Comissão Europeia. (2018). *Código de Conduta sobre Desinformação*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/2018-code-practice-disinformation>

Comissão Europeia. (2022). *Código Reforçado de Conduta sobre Desinformação*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/2022-strengthened-code-practice-disinformation>

Despacho n.º 15377/2013. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência (2013). *Adoção do Plano Nacional de Cinema (PNC)*. Diário da República, 2.ª série, N.º 229 (26 de novembro de 2013). <https://files.dre.pt/gratuitos/2s/2013/11/2S229A0000S00.pdf>

Despacho n.º 1088/2019. Presidência do Conselho de Ministros, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. (2019). *Criação de Quadro Dinâmico de Referência de Competência Digital no âmbito do InCode2030*, Diário da República, n.º 22, 2.ª série (31 de janeiro de 2019). <https://files.dre.pt/2s/2019/01/022000000/0418404186.pdf>

ERC- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2020). *Parecer Legislativo que pretendeu dar resposta a um Pedido da Comissão de Cultura e Comunicação, sobre a proposta de lei n.º 44/XIV/1.ª — Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808*. Deliberação ERC/2020/143 (29 de julho de 2020) <https://www.erc.pt/document.php?id=NTFmNmVmY2YtNmM4ZC00OGE3LTlhMzAtMWYyM2M5ZWQ5MWE1>.

ERGA- European Regulators Group for Audiovisual Media Services. (2021). *Recommendations for key principles, best practices and a Media Literacy Toolbox for Video-sharing Platform*. ERGA. <https://erga-online.eu/wp-content/uploads/2021/12/ERGA-AG3-2021-Report-on-Media-Literacy.pdf>.

Lei 53/2005. Assembleia da República. *Criação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social*. (2005). Diário da República n.º 214/2005, Série I-A (8 de novembro de 2005): pp. 6396 – 6409. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/53-2005-583192>

Lei n.º 27/2007. Assembleia da República. *Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido*. (2007). Diário da República n.º 145/2007, Série I (30 de julho de 2007). <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2007-34561375>

Lei n.º 74/2020. Assembleia da República. *Transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva (UE) 2018/1808*. (2020). Diário da República n.º 226/2020, Série I (19 de novembro de 2020). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/74-2020-148963298>

Lopes, F. (coord.). (2023). *Serviço Público de Media, Livro Branco*. Ministério da Cultura. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDY3MQYAKFAjnQUAAAA%3d>.

Monteiro, R. (Coord.). (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf

Oliveira Martins (Coord.). (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção Geral da Educação. https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

Parlamento Europeu e Conselho da Europa, “Diretiva 2010/13/EU”, *Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual, Jornal Oficial da União Europeia*. L/95 (10 de março de 2010):1-24. <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/audiovisual-media-services-directive-avmsd.html>

Parlamento Europeu e Conselho da Europa, “Diretiva 2018/1808/EU”, *Alteração da Diretiva 2010/13/UE relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à oferta de serviços de comunicação social audiovisual (Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual), para a adaptar à evolução das realidades do mercado*. L/303 (14 de novembro de 2018):69-92. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32018L1808>

Parlamento Europeu e Conselho da Europa, *Orientações nos termos do artigo 33.º -A, n.º 3, da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual sobre o âmbito dos relatórios dos Estados-Membros relativos às medidas de promoção e de desenvolvimento de competências de literacia mediática*, Jornal Oficial da União Europeia. C/66 (23 de fevereiro de 2023):3-9. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52023XC0223\(01\)&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52023XC0223(01)&from=EN)

Pereira, S. (Org.). (2011). *Literacia dos media. Declaração de Braga.*, Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania", Braga, Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Pereira, S., Pinto, M. (et al.). (2014). *Referencial de Educação para os Media*. Ministério da Educação e Ciência. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/referencial_educacao_media_2014.pdf

Pinto, M. (Coord.). (2011). *Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://www.erc.pt/download.php?fd=8548&l=pt&key=08fe2894b389d4790aa0cfd013884d54>

Pinto, M. (2014). Estudo sobre Educação para os Media em Portugal: experiências, actores e contextos. O trabalho em rede na definição de uma política de literacia mediática. In Ilana Eleá (ed. lit.), *Agentes e vozes: um panorama da mídia educação no Brasil, Portugal e Espanha* (pp.157-164). Universidade de Gotemburgo, The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, Nordicom. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/44755/1/Pinto_Manuel_2015_trabalho-em-rede.pdf

Plano Nacional de Leitura 2027. (2017). *Quadro Estratégico Plano Nacional de Leitura 2027*. <https://www.pnl2027.gov.pt/np4EN/file/8/QE.pdf>

Recomendação n.º 6/2011. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação e Ciência. *Recomendação sobre Educação para a Literacia Mediática*. (2011). Diário da República n.º 250, 2.ª série (30 de Dezembro de 2011). https://www.cnedu.pt/content/antigo/images/stories/2011/PDF/Recom_Educao_Literacia_Meditica.pdf

Rodrigues, D. (Coord.). (2021). *Recomendação A voz das crianças e dos jovens na educação escolar*, Conselho Nacional de Educação. https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/Recomendacao_A_voz_das_crianças_e_dos_jovens_2021.docx.pdf.

RTP. (2020). *Projeto Estratégico RTP 2021-2023. As mãos no presente. Os olhos no futuro*. <https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2018/05/Plano-Estrategico-RTP-2021.pdf>

